

ECONOMIA

Imposto: desconto de 10% na cota única do IPVA vai só até quarta (10)

ANTECIPADO O desconto para quem antecipar o pagamento integral do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) só vai até essa quarta-feira (10). O abatimento é de 10% no valor do tributo, que pode ser pago em qualquer agência do Banco do Brasil, Bradesco e Bancoob. Para isso, basta apresentar o número do Registro Nacional de Veículo (Renavam).

A tabela do IPVA com o cronograma completo de pagamento de cada final de placa está disponível no site da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz): www.sefaz.ba.gov.br. Para saber o valor a ser pago, o contribuinte pode acessar o site, ir na aba Inspectoria Eletrônica, clicar em IPVA e depois em Valor. Em seguida, basta colocar o número do Renavam para ver quanto terá que pagar.

Uma segunda opção de pagamento é a quitação do valor do IPVA no vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de acordo com o número final da placa de cada veículo. Nesse caso, o desconto é de 5%. Outra possibilidade é parcelar o imposto em três vezes, bastando para isso observar a data de vencimento da primeira cota na tabela.

5%

é o desconto para quem quitar o valor no vencimento da 1ª cota

Lojas participantes do Liquida Salvador poderão parcelar ICMS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Campanha do varejo baiano segue até a próxima segunda-feira, 8 | Foto: Adilton Venegeroles | Ag. A TARDE

Os lojistas participantes da Liquida Salvador 2021 poderão parcelar o pagamento do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** de fevereiro em duas vezes, de acordo com informação da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA).

'O parcelamento do **ICMS** é um estímulo importante, sobretudo em um cenário econômico difícil como o atual', disse o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, por meio de nota divulgada pela Secretaria Estadual de Comunicação (Secom).

A campanha do varejo baiano, realizada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador (CDL), segue até o

dia 8. Mais de cinco mil estabelecimentos, entre shoppings e lojas de rua da capital baiana e da Região Metropolitana de Salvador (RMS) participam da 23ª edição.

De acordo com a Sefaz-BA, os contribuintes não varejistas e inativos não podem participar da campanha. Já os optantes pelo Simples Nacional foram englobados neste ano. Além disso, o nome do participante deve constar na relação da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, ICMS

LOJISTAS PARTICIPANTES DA LIQUIDA SALVADOR PODEM PARCELAR ICMS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os lojistas participantes da Liquida Salvador 2021, campanha que está em sua 23ª edição e será realizada até 8 de fevereiro, contam com o apoio do **Governo do Estado**, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), podendo parcelar o pagamento do **ICMS** de fevereiro em duas vezes, conforme o decreto 20.199, de 29 de janeiro.

As parcelas vencerão nos dias 9 de março e 9 de abril. A campanha é realizada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador (CDL) e engloba também municípios da Região Metropolitana, como Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus e Simões Filho.

'O parcelamento do **ICMS** é um estímulo importante, sobretudo em um cenário econômico difícil como o atual', avalia o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**. O comércio varejista, lembra Vitório, é um setor muito representativo para a **economia** baiana.

'A Liquida Salvador tem se mostrado benéfica para todos os envolvidos, contribuindo com a movimentação da **economia** baiana'.

O recolhimento por antecipação tributária relativo às aquisições interestaduais de mercadorias efetuadas durante o mês de fevereiro também pode ser parcelado em duas vezes. Nesse caso, os vencimentos serão nos dias 25 de março e 26 de abril. Os contribuintes não varejistas e inativos não podem participar da campanha. Já os optantes pelo Simples Nacional foram englobados neste ano. O nome do participante deve constar na relação da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia.

Para mais informações, o contribuinte pode entrar em contato com o call center da Sefaz-Ba, pelo 0800 0710071 (horário administrativo), ou pelo e-mail faleconosco@sefaz.ba.gov.br.

Foto: ilustrativa

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Economia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, ICMS

Lojas da Liquida Salvador poderão parcelar o ICMS de fevereiro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

De acordo com a Sefaz, os contribuintes não varejistas e inativos não podem participar da campanha. Já os optantes pelo Simples Nacional foram englobados neste ano. O nome do participante deve constar na relação da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia.

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Comércio, Economia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, ICMS

Os lojistas participantes da Liquida Salvador 2021 poderão parcelar o pagamento do **ICMS** de fevereiro em duas vezes, conforme o decreto 20.199, de 29 de janeiro. As parcelas vencerão nos dias 9 de março e 9 de abril. A campanha de promoção do varejo baiano começou no dia 1º e prossegue até o dia 8.

A campanha é realizada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador (CDL) e Federação das CDLs da Bahia. Abrange também municípios da Região Metropolitana, como Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus e Simões Filho.

O **comércio** varejista, de acordo com o secretário da Fazenda da Bahia, **Manoel Vitorio**, é um setor muito representativo para a **economia** baiana. 'A Liquida Salvador tem se mostrado benéfica para todos os envolvidos, contribuindo com a movimentação da **economia** baiana'.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 05/02/2021	



Lojistas participantes da Liquida Salvador podem parcelar ICMS de fevereiro

5 fevereiro 2021



Os lojistas participantes da Liquida Salvador 2021, campanha que está em sua 23ª edição e será realizada até 8 de fevereiro, contam com o apoio do Governo do Estado, por meio da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba)**, podendo parcelar o pagamento do ICMS de fevereiro em duas vezes, conforme o decreto 20.199, de 29 de janeiro. As parcelas vencerão nos dias 9 de março e 9 de abril. A campanha é realizada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador (CDL) e engloba também municípios da Região Metropolitana, como Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus e Simões Filho.

“O parcelamento do ICMS é um estímulo importante, sobretudo em um cenário econômico difícil como o atual”, avalia o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. O comércio varejista, lembra Vitorio, é um setor muito representativo para a economia baiana. “A Liquida Salvador tem se mostrado benéfica para todos os envolvidos, contribuindo com a movimentação da economia baiana”.

O recolhimento por antecipação tributária relativo às aquisições interestaduais de mercadorias efetuadas durante o mês de fevereiro também pode ser parcelado em duas vezes. Nesse caso, os vencimentos serão nos dias 25 de março e 26 de abril. Os contribuintes não varejistas e inativos não podem participar da campanha. Já os optantes pelo Simples Nacional foram englobados neste ano. O nome do participante deve constar na relação da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia.

Para mais informações, o contribuinte pode entrar em contato com o call center da Sefaz-Ba, pelo 0800 0710071 (horário administrativo), ou pelo e-mail faleconosco@sefaz.ba.gov.br.

Fonte: Ascom/ Sefaz

O secretário estadual de Turismo (Setur), Fausto Franco, acredita que a recuperação do turismo na Bahia só acontecerá a partir de 2023. Embora aposte que 2021 será melhor do que o ano anterior, o titular da Setur avalia que o cenário ainda será muito difícil por causa da pandemia da Covid-19. "Este ano será de muitas barreiras para serem vencidas. Em 2022, vamos respirar melhor para, em 2023, ter um fluxo retomado", ressaltou, em entrevista à **Tribuna**. Franco disse ainda que, só com o cancelamento do Carnaval, a estimativa é que a Bahia perca mais de R\$ 1 bilhão neste ano. "No caso da Bahia, que tem um carnaval, um réveillon, festas de aglomeração, as nossas perdas são muito maiores do que os estados que não têm essa característica", frisou. Ainda na entrevista, o secretário fala sobre as ações da pasta para minimizar o efeito da pandemia, e crítica a postura do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no enfrentamento à doença. Fausto falou ainda sobre a importância da reativação de 16 sinos da Basílica Santuário Nossa Senhora da Conceição da Praia, no bairro do Comércio, em Salvador, que voltaram a ecoar depois de 30 anos, com a ajuda de um sistema totalmente automatizado.



O SECRETÁRIO estadual de Turismo (Setur), Fausto Franco, acredita que a recuperação do turismo na Bahia só acontecerá a partir de 2023

ENTREVISTA **FAUSTO FRANCO**

"A recuperação do turismo só acontecerá mesmo em 2023", diz Fausto Franco

GUILHERME REIS
EDITOR DE POLÍTICA
RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER
PAULO ROBERTO SAMPAIO
DIRETOR DE REDAÇÃO

Tribuna – Como o senhor avalia o impacto da

pandemia da Covid-19 no setor do turismo da Bahia?

Fausto Franco – Muito ruim, né, porque o turismo, junto com o entretenimento, foi o setor mais atingido e o que mais vai demorar a voltar na sua plenitude. E ninguém estava preparado no mundo para uma pandemia dessa proporção e dessa longevidade, que está se apresentando. Então, evidentemente, o impacto foi muito grande. A gente teve, no primeiro momento, os fechamentos de restaurantes, pousadas e hotéis, que fecharam por não ter volume de pessoas. Para ter uma ideia, em Salvador, no final de março a abril, ficou com quatro voos diretos diários. Cerca de 95% a menos da capacidade de fluxo de voos. Foi uma parada brutal de toda a cadeia produtiva. Lá para junho, julho, a gente começou a ter uma reabertura ainda tímida e, a partir do feriado de 7 de Setembro, começamos a ter um leve retorno. Tivemos um final de ano intenso, mas, se compararmos com 2019 e 2020, muito menor. Nós tivemos 63 navios de cruzeiro parando somente na capital baiana, e esse ano tivemos zero. Então, é evidente vivemos menos fluxo. Conseguimos voltar com 85% da malha aérea do que tinha pré-pandemia, mas mesmo assim aquém do que deveria ter. Comparado com outros estados, nosso aumento foi muito significativo. Por quê? Algumas razões explicam isso. A Bahia é um estado muito central sob o ponto de vista geográfico. A gente é o único estado que faz fronteira com mais oito estados. Então, uma pessoa que sai hoje de São Paulo e vai para Porto Seguro gasta 1 hora e meia. Para Fortaleza, gasta 3 horas e meia. É muito mais confortável (ir para a Bahia), do ponto de vista psicológico da palavra. Então, isso nos ajudou e a gente teve um fluxo grande de ocupação. Não só de hotel, mas de aluguel de casas também. O índice chegou a 100% de ocupação. Agora, em

fevereiro, por conta dessa segunda onda, a gente está bastante atento porque houve uma diminuição grande de reservas, em virtude também de não haver carnaval. A gente vai ter um cenário de 21 ainda muito difícil. Estamos fechando junto com a Seplan (Secretaria de Planejamento) e a Sefaz (Secretaria da Fazenda) as perdas que o carnaval vai representar para o estado. Mas asseguro que as perdas são muito grandes, com certeza, passando de R\$ 1 bilhão. Mas ainda não tenho esse número de forma oficial. No caso da Bahia, que tem um carnaval, um réveillon, festas de aglomeração, as nossas perdas são muito maiores do que os estados que não têm essa característica.

Tribuna – Há alguma possibilidade de haver carnaval ainda neste ano?

Fausto Franco – A gente não vai ter festa de aglomeração no formato que nós conhecemos sem antes a grande maioria da população estar vacinada. E, pelo ritmo das coisas, pelo negacionismo do governo federal, a gente ainda está muito aquém do que precisa. É muito improvável a gente ter festa de aglomeração no formato que a gente conhece em 2021.

Tribuna – Quais são as ações que a Secretaria de Turismo tem implementado para minimizar as perdas no setor?

Fausto Franco – A gente entende que pode fazer turismo, sem necessariamente aglomeração. Essa semana passou por aqui o Rali Náutico. São 160 jet skis que saíram de Salvador para Ilheus, depois de por Barra Grande, Porto Seguro e Itacaré. Todos os competidores fizeram teste. Oito deram positivo e não participaram do evento. Então, se pode fazer atividades sem aglomerar. A gente tem maior litoral do Brasil, tem história, cultura, arte, gastronomia. Tem coisas que a gente pode fazer sem necessariamente aglomerar. A gente tem que enaltecer o turismo regional, turismo de família, para destinos mais próximos. As vezes, de carro. Temos que aproveitar essas janelas e criar possibilidades.

Tribuna – Só com a vacina contra a Covid-19 é que vamos ter realmente uma retomada da economia?

Fausto Franco – Sem dúvida. A recuperação do turismo na sua forma linear acredito que só aconteça mesmo em 2023. 2021 será um ano muito difícil, mas de muita esperança porque as pessoas, de alguma forma, já estão começando a se vacinar. Tem se aumentado a quantidade de vacinas. Existe uma fila grande de prioridades e o mundo inteiro desejando a vacina, mas já é um alento. Mas a gente só vai ter uma normalidade a partir de uma imunização coletiva, e dificilmente vai acontecer neste ano de 2021. Este ano será de muitas barreiras para serem vencidas. Em 2022, vamos respirar melhor para, em 2023, ter um fluxo retomado.

Tribuna – Mas 2021 será melhor do que o ano anterior? Essa é a projeção?

Fausto Franco – Melhor sim, mas muito diferente e aquém da pre-pandemia.

Não vai ter festa de aglomeração sem antes a maioria da população estar vacinada.

é inevitável. Mesmo com algumas pessoas vacinadas, a gente não pode esquecer que a pandemia continua entre nós. Existem muitas pessoas com receio de viajar, de se expor, de sair de casa. Então, não dá para dizer que vai ser igual a 2019, por exemplo. Mas será melhor do que 2020, porque a própria ciência está mais preparada para o vírus. A gente conhece mais o vírus. A gente tem mais preparo. As pessoas estão cansadas do isolamento social, apesar do vírus não estar cansado da gente. Mas existe um desejo de viajar. Isso mostra as pesquisas no Brasil e no mundo que as pessoas querem viajar. Ate a forma da gente fazer encontros no turismo de negócios, hoje é tudo virtual. E isso vai impactar na quantidade de voos. Não é só no Brasil, mas no mundo inteiro. Quem pagava, sustentava a malha aérea

era o turismo de negócios. Hoje em dia, se você tinha 20 voos de Salvador para São Paulo, tem 10 porque não há tanta necessidade de visitar clientes que já estão na sua rede. Consequentemente, é que esses voos fiquem mais caros, e fique mais difícil fazer turismo. Ai é que pode ter a oportunidade que vai ser uma sobre a de avião, de piloto, para fazer o turismo de contemplação. É a oportunidade que vai surgir, mas terá muito menos fluxo de Salvador para São Paulo.

Tribuna – Como o senhor avalia as medidas adotadas no início da pandemia, que impactaram o turismo?

Fausto Franco – Super-necessárias. Se olhar a postura do governador Rui Costa desde o primeiro momento da pandemia, é de muito respeito à ciência, à medicina. Inclusive, com a união, na época, com o prefeito ACM Neto e agora com o prefeito Bruno Reis, apesar das diferenças políticas e ideológicas. A população foi colocada sempre em primeiro lugar. Se comparar a Bahia com outros estados, a gente tem uma situação re-

lativamente confortável ao vírus, mostrando um equilíbrio entre os gestores. Infelizmente, a gente não vê esse equilíbrio, liderança, em nível nacional. Um dos motivos que as pessoas preferem ir para a Bahia é porque entende que aqui tem liderança. Infelizmente, em outros estados, não há nenhum tipo de controle, de questionamento ao modo como a população usa o serviço, os bares, restaurantes, praias. Agora, não adianta o Estado fazer a parte se a população não entender que precisa fazer isso. Não tem polícia, estrutura estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Se a população não tiver consciência, não tem gestor público que dê jeito.

Tribuna – O senhor acha que, se a postura do governo federal e da população tivesse sido diferente, a gente estaria com mais possibilidade de retomar o turismo e a economia de modo

geral?

Fausto Franco – Certez absoluta, se desde o primeiro momento o governo federal tivesse

com a repercussão que esse projeto tem tido, com os benefiteiros que têm apoiado essa iniciativa. E a gente tem expandido para o interior do estado, que tem muitas igrejas com potencial turístico, histórico, maravilhoso e precisa ser mais valorado.

Tribuna – Como estão as obras do Prodetur? Sofreram impactos



por causa da pandemia?

Fausto Franco – Sim. Bastante, porque algumas coisas fugiram totalmente do controle. Primeiro, a pandemia, que nós já falávamos. Tivemos em 2020 o ano mais chuvoso dos últimos 40 anos. Tivemos, principalmente, no segundo semestre, muita falta de insumos até em questão do auxílio emergencial. Isso tudo fez atrasar as obras. A gente gostaria de ter entregue antes do verão, mas não foi possível. Mas todas estão em fase bem adiantadas. Algumas estão com 90% de execução. A gente vai entregar todas as intervenções ainda no primeiro semestre de 2021, e isso vai dar uma nova guinada no nosso turismo. Forá isso, estamos investindo na qualificação de mão de obras. Não adianta investir em atracadores, por exemplo, se a população não entender o bem que tem para ela.

Tribuna – A ponte Salvador-Itaparica trará benefícios para o turismo?

Fausto Franco – Não só para o turismo, mas para a economia do estado como um todo, porque a ponte vai deixar o estado muito mais perto da sua capital. Alguns municípios vão chegar a 250 quilômetros de distância a menos. Regiões serão beneficiadas. Muitos empresários do Brasil e do exterior com interesse, alguns com terrenos adquiridos. Isso vai ser um novo vetor de desenvolvimento do estado como um todo. O turismo será protagonismo, mas toda a cadeia produtiva vai ganhar com essa ponte. Só com empregos diretos na construção serão 10 mil pessoas, em momento que a gente precisa de emprego e renda para o estado. Acho que esse projeto vem num momento muito oportuno para todos nós.

entendido a gravidade. Com o ministro (da Saúde, Luiz Henrique) Mandetta, estava tendo uma postura muito coerente e o presidente da República começou a ignorar, a passar por cima do que o ministro falava. Tanto é que ele acabou saindo. Imagine que o líder maior da nação que aglomera, não usa máscara, diz que é gripezinha, a população de modo geral fica no mínimo confusa. Quem vou ouvir? Quem vou obedecer? Faltou e continua faltando essa liderança nacional para agir com coerência, seriedade e equilíbrio.

Tribuna – Teremos a reativação dos sinos das igrejas em Salvador. Qual a importância desta medida?

Fausto Franco – É muito singular. Primeiro é um projeto que eu tive a ideia logo quando cheguei na secretaria. A gente não via essas igrejas tocando os sinos. Eu sempre viajei muito para fora, e via que os sinos tocavam. E voltei com isso na cabeça, muito inquieto. E insisti no projeto. Descobri uma igreja no Rio de Janeiro que tinha esse sistema que pode programar os horários, e tinha chancela do Iphan. Fui atrás de benefiteiros simpáticos à causa. Isso foi ganhando corpo. Hoje, temos nove igrejas em a Conceição da Praia tem uma particularidade impar, porque é a única igreja que tem 16 sinos e que pode tocar músicas sacras. E é a nossa padroeira. Tem todo esse simbolismo que vai repercutir não só para os baianos, mas também para os turistas. Independente da religião. O sino é um chamamento a Deus no momento em que a gente precisa de um algo para nos confortar, para termos de amuleto, alicerce. Estou muito feliz

Economia



AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

Arthur Lira tira relatório do projeto do MDB

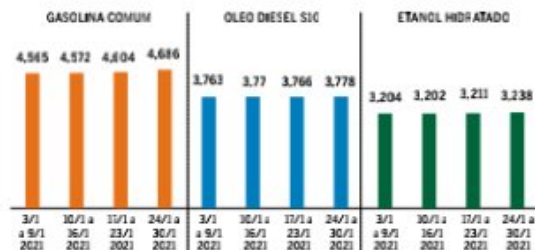
Presidente da Câmara propõe para parlamentar de sua base de apoio globo.br/3eq00W

ENTENDA A TRIBUTAÇÃO

A COMPOSIÇÃO DO PREÇO DE CADA COMBUSTÍVEL	GASOLINA	DIESEL	ETANOL
Tributação (Janeiro, 2ª semana média)	43,3%	25,0%	34,8%
ICMS (Imposto estadual, varia conforme o estado)	25% a 34%	12% a 25%	13,3% a 32%
PIS/COFINS (Imposto federal)	R\$ 0,7925/litro (Gasolina A) R\$ 0,1305/litro* (Etanol Anidro)	R\$ 0,3515/litro (Diesel A) R\$ 0,1481/litro** (Etdiesel)	R\$ 0,1305/litro (Produtor) R\$ 0,1105/litro (Distribuidor)
CIDE (Imposto federal)	R\$ 0,1000/litro (Gasolina A)	R\$ 0,0000/litro (Diesel A)	R\$ 0,0000/litro

* Etanol anidro é o combustível produzido exclusivamente para ser misturado à gasolina A. Juntos, formam a gasolina C, vendida nos postos. ** Etdiesel é misturado ao diesel.

PREÇOS AO CONSUMIDOR (VALOR MÉDIO)



Fonte: Federação Nacional da Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) e ANP

MUDANÇA NO ICMS

NA CONTA DOS ESTADOS

Bolsonaro propõe reduzir preço de combustível alterando tributo estadual

DANIEL GULLINO, GABRIEL SHINGHARA, ERUNO ROSA, GERALDA DOCA E JOÃO SOUZA VIA VOZ editoria@globo.com.br

PreSSIONADO por caminhoneiros, o presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem que vai propor ao Congresso um projeto de lei para mudar as regras do ICMS sobre combustíveis. O plano foi decidido durante reunião com ministros e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco. A medida, que consiste em alterar o funcionamento de um tributo estadual, foi criticada por especialistas e pelo governador de São Paulo, João Dória. O pacote para tentar diminuir o preço do diesel nas bombas inclui ainda uma redução do PIS/COFINS sobre combustíveis que, segundo o governo, poderia ser feita sem a necessidade de compensar a perda de arrecadação com ele-

vação de outro imposto.

A proposta para alterar o ICMS deve ser apresentada semana que vem. Segundo o presidente, o objetivo é dar "previsibilidade". Ele não detalhou o projeto, mas afirmou que há duas possibilidades: ou que o imposto passe a ser calculado a partir do preço da refinação ou que tenha um valor fixo em cada estado. Hoje, o tributo é cobrado no momento do abastecimento, em aliquotas que variam em cada unidade da federação e incidem sobre a média dos preços dos últimos 15 dias.

— Nós pretendemos ultimar um estudo e, caso se justificar, seja juridicamente possível, apresentaremos ainda na próxima semana (com o projeto) fazendo que o ICMS venha incidir sobre o preço dos combustíveis nas refinarias ou um valor fixo para o álcool, a gasolina e o diesel. E quem vai definir esse percentual ou esse valor fixo serão as respectivas Assembleias Legislativas — disse Bolsonaro, que negou que o governo vai interferir na política de preços da Petrobras.

O presidente afirmou que não haverá queda na arrecadação para estados, mesmo com outra metodologia, sem explicar como isso ocorreria.

Essa não é a primeira vez que Bolsonaro sugere a medida. O presidente propôs as mesmas alterações no ano passado, mas não chegou a enviar texto ao Congresso. A novatativa voltou a ser criticada ontem. Em São Paulo, Dória afirmou que a ideia ameaça o equilíbrio fiscal dos estados.

— Não é cabível que o presidente queira vulnerabilizar o equilíbrio fiscal dos estados, transferindo a responsabilidade pela eliminação ou redução do ICMS sobre combustíveis.

O economista Fabio Klein, especialista em contas públi-

O ICMS NOS ESTADOS

Os combustíveis respondem pela maior percentual de arrecadação de ICMS dos estados, chegando, em média, a 25% do total com o tributo



Editoria de Arta

com a tributação estadual e atribui o problema à política de preços da Petrobras, que prevê reajustes baseados na paridade do mercado internacional. No texto, o colegiado defende a aprovação da reforma tributária para corrigir distorções e destaca que tributos federais, como PIS e Cofins, também contribuem para a formação do preço na bomba.

A Petrobras, por sua vez, informou, em comunicado, que a empresa tem 12 meses para alinhar o valor da gasolina e de diesel vendidos no Brasil com o do exterior: "Desse modo, em dado trimestre, os preços domésticos podem eventualmente se situar abaixo do preço de paridade de importação desde que essa diferença seja mais do que compensada nos trimestres seguintes".

ALÍVIO SEM COMPENSAÇÃO

Além das mudanças no ICMS, Bolsonaro disse que reduzirá a cobrança de PIS/COFINS sobre combustíveis. Nos últimos dias, o presidente havia dito que só poderia adotar essa medida se a renúncia fosse compensada por outra fonte de recursos, como o aumento dentro do tributo. Ontem, no entanto, ele e o ministro da Economia, Paulo Guedes, mudaram de posição. Segundo eles, o alívio tributário seria bancado pela arrecadação acima do projetado, por causa da recuperação da economia.

— O consumo de diesel em janeiro foi na ordem de (aumento de) 19%, levando em conta janeiro do ano passado. Então, como isso aumenta a arrecadação, o Paulo Guedes sugere diminuir o PIS/COFINS sem uma fonte de compensação — disse Bolsonaro.

Guedes, por sua vez, afirmou que é preciso um "jogo de compensação" para reduzir impostos, sem dar detalhes.

— Por um lado, ele (Bolsonaro) gostaria de zerar esse imposto federal (PIS/COFINS), hoje de R\$ 0,35. Se cada centavo são R\$ 575 milhões. Ou seja, R\$ 0,02, R\$ 1 bilhão. Isso exige uma compensação pelo compromisso de responsabilidade fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê que qualquer renúncia fiscal seja acompanhada de uma compensação. Perguntado sobre a possibilidade de que o plano seja ilegal, o Ministério da Economia afirmou que a redução do PIS/COFINS não se enquadraria na restrição.

O economista José Roberto Alonso, professor do Instituto Brasileiro de Direito Público e considerado um dos pais da LRF, diz que desconhece regra que permita a medida.

— Sabe-se de vários projetos parlamentares criando gastos sob o mesmo pretexto, que o Executivo sempre vetou.

cas da consultoria Tendências, observou que, na prática, a proposta é como se o governo quisesse criar um sistema tributário à parte.

— Além disso, vejo intervenção do governo federal, já que ICMS é um assunto estadual. E, ao agir dessa maneira, o governo vai contra a tese liberal que defende, já que se trata de comportamento intervencionista para a formação do preço final de um produto.

UM QUARTO DA ARRECAÇÃO

Para o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, para haver alíquota única de ICMS é preciso consenso entre os estados.

— A Constituição proíbe as chamadas isenções heterônomas, em que um ente da federação se submete a outro.

A ideia, no entanto, é vista como positiva pelo presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e

de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda. Ele diz que o estabelecimento de um valor fixo em todo o país pode ajudar a reduzir a guerra fiscal e a sonegação no setor. Hoje, cada estado tem uma alíquota diferente. No Rio, a incidência de ICMS na gasolina, por exemplo, é de 34%, maior que em São Paulo (15%), Minas Gerais (31%) e Espírito Santo (27%).

— Isso faz com que as empresas cruzem fronteiras, comprem o combustível mais barato e não paguem a diferença do ICMS, aumentando o mercado irregular. Mas, na atual crise econômica, é uma mudança complexa, já que, em média, o ICMS de combustível representa um quarto da arrecadação com o tributo — comentou Miranda.

Em nota, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda (Canselaz) afirmou que a alta nos preços não tem relação

continuada como era. E já estamos nós de volta ao Dia da Marmota.

O sistema tributário brasileiro é um desafio à racionalidade e a forma como a tributação é feita no setor de combustíveis não foge à regra. O melhor jeito de resolver a vida de caminhoneiros, empresários e trabalhadores, em geral, passa pela adoção de uma nova forma de cobrar impostos. Mas nada é tão Dia da Marmota quanto a discussão de uma reforma tributária no Brasil, certo?

globo.globo.com/analitico

ANALÍTICO

Presidente quer lançar seu próprio Dia da Marmota

RENATO ANDRADE renato.andrade@globo.com

O Dia da Marmota começou a ser observado nos Estados Unidos por volta de 1886, em Punxsutawney, na Pensilvânia. Mas a data foi eternizada mundialmente em 1993, graças ao filme "Feitiço do

tempo", um campeão da Sessão da Tarde.

Ao que tudo indica, o presidente Jair Bolsonaro quer lançar seu próprio Dia da Marmota e viver uma versão verde-amarela do papel de Bill Murray,

que não conseguia sair do frio do dia 2 de fevereiro naquele pequeno distrito americano. Ao menos é o que podemos concluir diante da repetida tentativa do inquilino do Palácio do Alvorada de agradar aos caminhoneiros usando o chapéu dos governadores.

Ontem, três dias após o Dia da Marmota oficial, Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes disseram que o governo quer dar uma mão para a turma da estrada usando dois caminhos: reduzindo dois tributos federais que incidem

sobre os combustíveis e mudando as regras de cobrança do ICMS, o principal imposto dos estados.

A tentativa de agradar aos caminhoneiros usando como instrumento a ameaça de alterar um tributo de responsabilidade dos governadores é exatamente a mesma do ano passado.

No dia 2 de fevereiro de 2020, no Dia da Marmota, Bolsonaro usou as redes sociais para criticar os governadores por estarem "reprezando" a redução dos preços da gasolina e do diesel nas refinarias da Petrobras e

prometeu que enviaria ao Congresso um projeto de lei para mudar a forma de cobrança do ICMS.

No dia seguinte, um grupo de 23 governadores pediu ao presidente que abrisse mão de receitas de impostos federais como PIS, Cofins e Cide. A resposta do Planalto veio em tom de desafio:

— Eu zero o federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui, agora. Eu zero o federal hoje e eles zeram o ICMS. Se topa, eu aceito — disse Bolsonaro. Bravatas à parte, tudo

Bolsonaro diz que estuda projeto de lei para mudar ICMS sobre combustíveis

Proposta não reduziria os preços, afirmam especialistas

Presidente nega interferir no preço da Petrobras e afirma que também estuda reduzir PIS e Cofins

Fábio Pupo e Gustavo Uribe

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta sexta-feira (5) que o governo estuda apresentar um projeto de lei ao Congresso para que o ICMS (um imposto estadual) passe a ser cobrado sobre o preço nas refinarias, e não nos postos de gasolina.

"Caso seja juridicamente possível, apresentaremos na próxima semana, fazendo com que o ICMS venha a incidir sobre o preço do combustível nas refinarias. E quem vai definir esse percentual? Serão as respectivas Assembleias Legislativas", afirmou o presidente.

O governo federal tem discutido eventuais formas de compensar a alta no preço dos combustíveis, que tem levado a movimentos grevistas de caminhoneiros. Nesta semana, no entanto, um ato marcado por parte da categoria fracassou.

Segundo Bolsonaro, o projeto busca dar mais previsibilidade aos valores cobrados. "Pretendemos fazer um projeto de lei complementar a ser apresentado ao Parlamento de forma que a previsibilidade do ICMS se faça presente, assim como o PIS/Cofins, em que temos um valor fixo para o preço do litro de R\$ 0,35", disse.

O preço do combustível nas refinarias, etapa anterior à chegada do produto aos postos de gasolina, é mais baixo. "Se o estado está arrecadando 'X' por litro de combustível usando uma metodologia, vai arrecadar com nossa proposta 'menos X' por outra metodologia", afirmou o presidente da República.

Apesar de falar na menor tributação, Bolsonaro disse em outro momento que acredita que não haverá impacto fiscal para os estados.

"Quem vai definir o valor fixo de ICMS é a sua respectiva Assembleia Legislativa. Não vai haver nenhuma interferência nossa do que é cordado pelos senhores governadores", afirmou. "E cada estado poderá fazer o valor fixo para ICMS. Teremos uma concorrência leal e saudável entre os estados", disse.

Há mais de um ano, Bolsonaro responsabiliza governadores pelo aumento de preço nas bombas. Em fevereiro de 2020, o presidente criticou os estados falando que o valor do tributo prejudicava o consumidor e que uma possível medida seria uma lei complementar para o ICMS passar a ser um valor fixo por litro, e não mais aplicado à média de preços nas bombas.

O anúncio desta sexta foi feito por Bolsonaro ao lado dos ministros Walter Braga Netto (Casa Civil), Paulo Guedes (Economia), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo).

Os membros do governo ainda estudam a viabilidade jurídica da proposta.

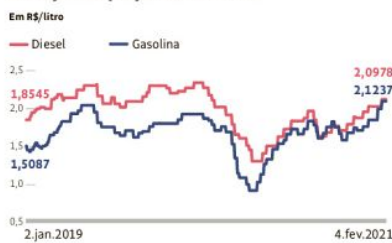
"Os estudos têm como objetivo conferir segurança jurídica e um rigoroso diálogo federativo, respeitando a autonomia dos entes, e oferecer uma solução que seja crível, juridicamente sustentável e, portanto, segura", afirmou o advogado-geral da União (AGU), José Levi Mello do Amaral.

Outras medidas também são estudadas. O governo avalia diminuir o PIS e Cofins (tributos federais) aplicado a combustíveis, mas ressalta que é preciso uma forma de compensação para não infringir a Lei de Responsabili-



Jair Bolsonaro durante anúncio sobre projeto de mudar ICMS de combustíveis, ao lado de Paulo Guedes

Evolução dos preços nas refinarias



Composição do preço final



Fontes: CBI e Petrobras

dade Fiscal.

"A palavra compensação é exatamente compromisso com a responsabilidade fiscal. Tem que ter uma compensação", afirmou Guedes. Segundo Bolsonaro, também é estudada alguma medida ligada ao preço do gás.

De acordo com a Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes), o ICMS (imposto estadual) varia de 12% a 25% do preço do diesel.

Também são aplicados sobre o produto os impostos federais PIS e Cofins, que correspondem atualmente a R\$ 0,3515 por litro de diesel A e R\$ 0,1480 por litro de biodiesel.

Bolsonaro afirmou que o governo não vai interferir na política de preços da Petrobras e aproveitou para ressaltar que as medidas econômicas têm respaldo de Guedes — a não ser em caso de uma "questão

social gravíssima".

"Tenho determinado ao Guedes, sempre converso com ele porque as decisões que tratam de economia obrigatoriamente têm que passar por ele. Jamais darei palpite na economia. A palavra final, eu sou o presidente, mas é dele. Não sei que apareça uma questão social gravíssima. Daí nós voltaremos a conversar com mais ministros para falar sobre a política econômica", disse Bolsonaro.

O governo avalia internamente a volta do auxílio emergencial para vulneráveis, principalmente após pressões do Congresso. A equipe econômica costuma ser resistente à medida, mas Guedes já admite seu retorno — embora em outros moldes e com a condição de haver compensações fiscais.

Guedes aproveitou para defender que a reforma tributária caminhe na direção da desoneragem. "O governo Bolsonaro vai reduzir e simplificar impostos, diminuir a interferência do estado na economia", afirmou.

Até hoje, Guedes apresentou ao Congresso apenas a proposta que une PIS e Cofins na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Entre especialistas, são apontados cálculos de que o texto apresentado, na verdade, aumenta a carga tributária.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que o governo, ao longo da atual gestão, nunca interferiu no preço dos combustíveis ou em qualquer outro assunto interno da empresa.

Ele ressaltou que a política de preços da empresa é influenciada pelo mercado global, assim como outras commodities, como minério de ferro, soja, café e açúcar. "Fazer diferente disso foi de desastro no passado", disse.

Culpa dos reajustes é da Petrobras, dizem Fazendas estaduais

Bernardo Caram

BRASÍLIA Após o presidente Jair Bolsonaro anunciar que pretende mudar a cobrança de imposto estadual sobre combustíveis, o Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda) afirmou nesta sexta-feira (5) que a culpa pela alta de preços é da Petrobras, e não da tributação nos estados.

"Não houve ou há alteração, por parte dos estados, na incidência dos seus impostos ou na política e administração tributária dos combustíveis. Os expressivos aumentos nos preços dos combustíveis ocorridos a partir de 2017 não apresentam nenhuma relação com a tributação estadual. Foram frutos da alteração da política de gerência de preços por parte da Petrobras", disse o Comsefaz em nota.

Desde outubro de 2016, a Petrobras passou a praticar preços internacionais. Em julho de 2017, a estatal decidiu que as alterações poderiam ser diárias, alegando que estava perdendo mercado para importações de companhias privadas.

Com a escalada do preço do petróleo e da taxa de câmbio, os frequentes reajustes passaram a ser questionados e motivaram a paralisação dos caminhoneiros em 2018, que levou o governo a conceder subsídios ao preço do diesel.

Os secretários de Fazenda afirmam que a volatilidade de preços é o real problema nessa área.

"Desde 2018, as Fazendas estaduais têm divulgado notas públicas sobre a necessidade de reparar as disfunções da atual política de preços".

Lance Maior IMPEDÍVEL LEILÃO DE VEÍCULOS EXTRAJUDICIAL ONLINE 10 E 11 DE FEVEREIRO DE 2021 ÀS 13H30

Gerente A. Cáglio - JUCESP 822, Leilão Oficial, por intermédio da plataforma Lance Maior Leilões, torna pública, os Leilões de venda e arrematação dos veículos, conforme relação a seguir - Chassis:

WDC2G6CW4H32120;	WPIAA2929CA097;	WAUGFCFAXHA0032;	93W245H34E21394;
WMWVW1702K2G704;	WMWVY110X43D056;	JMVLVY97WBA002;	9B872ZEC4R86941;
WDDHFW9W9F81486;	3AVFEB1079PA176;	WBAVL3102BWN582;	9B131951021496;
WBAWXX710XFDG776;	SAJAA07V491R357;	WVGSV65N9BWS438;	KT4310530174725;
			BAPFZZFH8108083;

VERIFICAÇÃO DOS LOTES: Irá de 10:00h às 17:15h de ter. a (021) 0141-3463 Dh. Local: Rua Taubaté, Ferreira, Apto. 108 Sabara, São Paulo, SP - informações e contato lancemaiorleiloes.com.br - tel: (11) 2366-9273 / 2366-9274 / 5665-8728 COMD024505. Os bens são vendidos sem garantia e sem garantia. Dado os alto preço, multa, exatidão, e outros fatores, não se pode garantir nenhum tipo de lucro. Devemos a compra e venda. Portanto, também não se pode garantir o valor do bem. No entanto, se o comprador não quiser aceitar, deve ser informado antes de 10 dias antes das condições de aquisição. Informações e contato lancemaiorleiloes.com.br. Acesse NOSSO PORTAL www.lancemaiorleiloes.com.br. FAÇA O SEU CADASTRO E SEU LANCE!

Governo deve enviar projeto para fixar ICMS sobre combustíveis



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Redução do PIS/Confins também está em estudo | Foto: Marcelo Camargo | Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta sexta-feira, 5, que deve enviar ao Congresso um projeto de lei complementar para fixar a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, sobre o valor do combustível aos consumidores. De acordo com ele, outra proposta é que o ICMS seja cobrado sobre o preço dos combustíveis na refinaria, e não no preço médio nas bombas, como é feito atualmente.

'Nós pretendemos ultimar um estudo e, caso seja juridicamente possível, apresentaremos [o projeto] ainda na próxima semana, fazendo com que o ICMS venha a incidir sobre os preços dos combustíveis nas refinarias ou que tenha um valor fixo para o álcool, a gasolina e o diesel. E quem vai definir esse percentual ou valor fixo serão as respectivas assembleias legislativas [de cada

estados]', explicou o presidente.

Bolsonaro reuniu-se, na manhã desta sexta-feira, com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e diversos ministros para discutir preço dos combustíveis e formas de reduzi-lo ao consumidor, em especial em decorrência dos impactos no transporte de cargas, que afetam os caminhoneiros. Desde o início do ano, a Petrobras reajustou duas vezes o preço da gasolina e uma vez o preço do diesel. No caso da gasolina, a alta acumulada nas refinarias foi de cerca de 13%, enquanto o óleo diesel teve aumento de 4,4%.

Desde 2016, a Petrobras segue uma política de variação do preço dos combustíveis que acompanha a valorização do dólar e a cotação do petróleo no mercado internacional. Os reajustes são realizados de forma periódica e, de acordo com Castello Branco, essa é a melhor forma de manter a estabilidade econômica. 'Fazer diferente disso foi desastroso no passado. A Petrobras perdeu US\$ 40 bilhões e os efeitos se espalhou para o restante da economia, contribuiu para piorar a percepção de risco do Brasil, o que tem reflexo nas taxas de câmbio, juros e inflação e desestimula os investimentos', disse.

Depois da definição dos preços nas refinarias, na composição final do diesel, por exemplo, cerca de 9% são impostos federais (PIS e Cofins) e 14% são de ICMS. Os demais custos, segundo dados da própria Petrobras, são distribuição e revenda (16%), custo do biodiesel (14%) e realização da estatal (47%). Com isso, o valor final ao consumidor chega a ser o dobro do das refinarias.

Por outro lado, quando a Petrobras reduz o preço, nem sempre este é repassado ao consumidor, diz Castello Branco. Segundo ele, de janeiro a maio do ano passado, a empresa reduziu em 40% os preços dos combustíveis na refinaria, mas, nos postos a redução foi só de 14%.

De acordo com Bolsonaro, o projeto em estudo visa dar transparência e previsibilidade ao consumidor sobre o preço final dos combustíveis, como é feito com o PIS/Confins, que tem o valor fixo de R\$ 0,35 sobre o diesel, enquanto o ICMS é variável, e cada estado decide o seu valor. A média nacional da alíquota de ICMS sobre o diesel é em torno de 16%, com variação de 12% a 25% entre os estados.

Além disso, se a opção for a cobrança de ICMS sobre o valor nas refinarias, isso evitaria a bitributação e reduziria o preço final aos consumidores, já que o valor que chega nas bombas tem o peso dos impostos federais e demais custos, acrescentou Bolsonaro. 'Se o ICMS incide no preço da bomba, estão cobrando ICMS de PIS/Confins também, imposto em cima imposto, uma bitributação.'

Redução do PIS/Cofins

O governo federal também estuda a redução do PIS/Confins sobre combustíveis como compensação ao aumento da **arrecadação**. A previsão da equipe econômica é de crescimento do PIB em torno de 3,5% neste ano, o que, de acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, pode ser repassado à população em forma de desoneração de impostos, gradualmente.

'Como o Brasil começa a retomar o crescimento, os parâmetros fiscais mostram uma **arrecadação** crescente, e realmente tem acontecido isso. Então, em vez disso se transformar em aumento de **arrecadação** para o governo federal, podemos desonerar cada vez mais esse impostos', disse Guedes. 'Ele [Bolsonaro] gostaria de zerar esse imposto federal [PIS/Cofins], hoje em R\$ 0,35 por litro de diesel, só que cada centavo são R\$ 575 milhões [a menos em **arrecadação**]. Então, isso exige uma compensação pelo compromisso de responsabilidade fiscal', completou.

Ainda de acordo com Guedes, o governo não vai esperar a reforma tributária, que deve levar em torno de seis meses para ser aprovada no Congresso. A decisão, segundo ele, sairá em até duas semanas. 'Não vai dar para esperar a reforma. Vamos rever os parâmetros de crescimento da economia deste ano e, se tiver um aumento substancial, nós podemos atuar em uma ou duas semanas nessa direção. Esses são os estudos que estão sendo conduzidos', disse.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Para tentar reduzir preço de combustíveis, governo propõe que ICMS seja pago nas refinarias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Jade Coelho

Em uma resposta às demandas sobre o preço dos combustíveis apresentadas por motoristas de caminhão, de aplicativos e taxistas, o governo federal vai propor que o **ICMS** (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) seja pago nas refinarias.

O argumento do Planalto é de que deste modo será possível a redução da carga tributária e assim o preço poderá ficar menor para o consumidor final. Mas o governo ainda estuda a viabilidade política para apresentar ao Congresso o projeto.

A estratégia foi definida em reunião do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), com os ministros da Economia Paulo Guedes e Infraestrutura Tarcísio Gomes Freitas, e também com o presidente da Petrobras Roberto Castello Branco.

A informação foi divulgada pelo presidente Jair Bolsonaro em coletiva ao lado do ministros e de Castello Branco, na manhã desta sexta-feira (5).

O governo federal afirmou que está totalmente descartada a interferência na Petrobras. Paulo Guedes destacou que "o governo está engajado nos mecanismos de suavização".

O presidente da estatal, por sua vez, explicou que os preços dos combustíveis são determinados de forma global. "Assim como a soja, minério de ferro, café, a Petrobras segue portanto cotações internacionais", disse.

Castello Branco ainda destacou que no passado a interferência do governo na Petrobras em relação aos preços de combustíveis foi negativa. Segundo ele, esse controle piora a percepção de risco do Brasil e tem reflexo na taxa de câmbio, nos juros e inflação.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Para governadores, ICMS não pode ser alterado por 'remendos' para resolver 'pressões'



Autor: Gerson Camarotti

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), criticou nesta sexta-feira (5), ao blog, a proposta do presidente Jair Bolsonaro de alterar o sistema de cobrança do ICMS sobre os combustíveis.

"O ideal é que o tema fosse debatido em âmbito da reforma tributária, e não por remendos feitos para resolver demandas e pressões específicas", afirmou Leite.

Ouidos pelo blog, governadores das cinco regiões do país demonstraram preocupação com a proposta. Eles veem na iniciativa do presidente uma forma de "usar o chapéu" dos estados para fazer aceno aos caminhoneiros.

Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira (5) que o governo avalia um projeto para estabelecer um valor fixo do ICMS sobre combustíveis ou a incidência do ICMS sobre o preço dos combustíveis nas refinarias. O

imposto em questão é de **arrecadação** estadual.

O presidente anunciou a proposta após reunião com ministros e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em que foram discutidas maneiras de conter a disparada dos preços de combustíveis no país.

"Não houve discussão prévia sobre isso e, portanto, não há como me manifestar com mais propriedade. Espero que queiram ouvir e debater com os governadores", disse Eduardo Leite.

"A questão de mudanças nas modalidades de **arrecadação** pode ser discutida. Porém, é preciso considerar que a questão é muito sensível, visto que o setor representa entre 20 e 30% da receita em alguns estados. E não interessa a ninguém, nem ao governo federal e nem ao povo, que os estados fiquem inviabilizados", reforçou.

O governador gaúcho ainda lembrou que o governo federal "quer que a parte dele no custo final seja discutida no longo prazo - e buscando o mesmo resultado fiscal da PIS/COFINS, jogando prejuízos para os estados no curto prazo."

Diálogo e planejamento

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), alerta que o impacto dessa eventual mudança no ICMS para os estados de uma mudança no ICMS nos estados ser feita sem diálogo e planejamento.

'A mudança do ICMS representa em média uma queda de 15% da **arrecadação** do Combustível. No entanto, como o combustível representa em média 20% do ICMS total dos Estados, o valor é significativo. Exemplo, se um Estado arrecada 1bi/mês, 200 milhões seria de combustível e esta mudança tiraria 30 milhões destes 200/mês. E dos municípios, pois 25% do arrecadado de ICMS vão para os municípios', disse Câmara.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - Arrecadação

Bolsonaro diz que governo quer ICMS de combustíveis fixo ou cobrado sobre a venda nas refinarias



O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira (5) que o governo avalia um projeto para estabelecer um valor fixo de ICMS sobre combustíveis ou a incidência do ICMS no preço dos combustíveis vendidos nas refinarias.

Bolsonaro deu a declaração após uma reunião com ministros e com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, sobre maneiras de conter a disparada dos preços de combustíveis no país.

O presidente afirmou que o governo faz estudos sobre as propostas para o ICMS sobre combustíveis e que, se for comprovada a viabilidade jurídica, apresentará um projeto sobre o tema ao Congresso na semana que vem.

"Nós pretendemos é ultimar um estudo e, caso seja viável, seja juridicamente possível, nós apresentaremos ainda na próxima semana, fazendo com que o ICMS sobre a incidir sobre o preço dos combustíveis nas refinarias ou um valor fixo para o álcool, a gasolina e o diesel. E quem vai definir esse percentual ou esse valor fixo serão as respectivas assembleias legislativas", afirmou o presidente.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Guilherme Mazui e Luiz Felipe Barbiéri

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira (5) que o governo avalia um projeto para estabelecer um valor fixo de ICMS sobre combustíveis ou a incidência do ICMS no preço dos combustíveis vendidos nas refinarias.

Bolsonaro deu a declaração após uma reunião com ministros e com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, sobre maneiras de conter a disparada dos preços de combustíveis no país.

O presidente afirmou que o governo faz estudos sobre as propostas para o ICMS sobre combustíveis e que, se ficar comprovada a viabilidade jurídica, apresentará um projeto sobre o tema ao Congresso na semana que vem.

"Nós pretendemos é ultimar um estudo e, caso seja viável, seja juridicamente possível, nós apresentaremos ainda na próxima semana, fazendo com que o ICMS

venha a incidir sobre o preço do combustível nas refinarias ou um valor fixo para o álcool, a gasolina e o diesel. E quem vai definir esse percentual ou esse valor fixo serão as respectivas assembleias legislativas", afirmou o presidente.

O ICMS é um imposto estadual, cobrando sobre venda de produtos. As tarifas variam de acordo com as mercadorias. Alterações no modelo dependem de aprovação no Congresso. Atualmente, o ICMS é cobrado no momento da venda do combustível no posto de gasolina. O valor na bomba é maior que nas refinarias.

Na formação do preço dos combustíveis, além do ICMS, entram também tributos federais: a Cide e o PIS/Cofins. Além disso, entram na conta valores de custo e lucros da Petrobras, distribuidoras e postos.

Segundo a Petrobras, a composição de preço pago pelo consumidor do diesel S-10 nas principais capitais é a seguinte:

16%: distribuição e revenda

14%: custo do biodiesel

14%: ICMS

9%: Cide e Pis/Pasep e Cofins

47%: Petrobras

Estados

Uma eventual alteração no ICMS dos combustíveis mexeria com a **arrecadação** dos estados, que já enfrentam dificuldades financeiras, agravadas pela pandemia de COvid-19. Politicamente, o tema é delicado e encontra resistências.

Petrobras

Bolsonaro também disse que o governo federal não vai interferir nos preços praticados pela Petrobras.

"Temos esse compromisso, bem como respeitar contratos e jamais intervir, seja qual forma for, contra outras instituições, como no caso aqui a nossa Petrobras. Jamais controlaremos preços da Petrobras. A Petrobras está inserida em contexto mundial de políticas próprias, e nós a respeitamos", completou o presidente.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

POLÍTICA

politica@grupopos.com.br

INTERNET Leia mais conteúdo sobre política no portal A TARDE

www.atarde.com.br/politica

AGÊNCIA BRASIL

Um decreto publicado no Diário Oficial da União de hoje atualiza a lista de despesas primárias obrigatórias da União que não podem sofrer limitação de empenho...

Foram incluídas na lista de despesas primárias a emenda constitucional que instituiu o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a lei complementar que trata dos repasses obrigatórios da União para estados...

Sancionada em dezembro de 2020, a LDO define as metas e prioridades anuais do governo federal, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, e fixa limites para os orçamentos dos poderes Legislativo e Judiciário...

Em nota, a Secretaria-Geral da República explicou que o texto da LDO que a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram em 16 de dezembro não levava em conta normas legais recém-aprovadas.

BOLSONARO

País registra um novo pedido de impeachment a cada 11 dias

DA REDAÇÃO

Em média, um cidadão brasileiro protocola um pedido de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a cada 11 dias. Os dados são da Câmara de Deputados.

Foram 68 processos desde que Bolsonaro tomou posse até a primeira semana de fevereiro, conforme apurou reportagem da Folha de S. Paulo. Na maioria das vezes os pedidos são independentes, apresentados em momentos distintos e por motivações diversas.

ORÇAMENTO Texto publicado hoje no Diário Oficial altera a relação de gastos obrigatórios do governo que não podem sofrer limitação na sua utilização

Decreto atualiza trecho da LDO sobre despesas da União

Wilson Dias / Agência Brasil / 27.12.2018



Mudança em lei leva em conta obrigação da União repassar R\$ 58 bilhões a estados, municípios e o DF até 2037

Complementar nº 176, de 29 de dezembro do ano passado. Os incisos atualizados são o X; XII e XLV. A principal atualização em relação ao texto anteriormente aprovado foi no inciso XLV, que passa a levar em conta a obrigação legal da União repassar R\$ 58 bilhões a es-

tados, municípios e ao Distrito Federal entre os anos de 2020 e 2037. Estabelecida pela Lei Complementar 176, a transferência temporária de recursos federais visa a compensar os outros entes da Federação pelas perdas de arrecadação causadas pela Lei Kandir, de 1996.

Estas transferências estão condicionadas à renúncia a eventuais direitos contra a União. De acordo com a Lei Complementar, a União passará os R\$ 58 bilhões conforme o seguinte cronograma: R\$ 4 bilhões ao ano, de 2020 e 2030. De 2031 a 2037, o repasse será reduzido progressivamente em R\$ 500

milhões ao ano, até que, em 2037, seja de R\$ 500 milhões. Entenda a LDO Da parcela total devida, a União entregará diretamente 75% ao próprio estado e 25% aos municípios. O modelo orçamentário brasileiro é definido pela

Constituição Federal e composto de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Entre as definições estão a meta fiscal, os programas prioritários e o salário mínimo. Além disso, o texto pode autorizar o aumento das despesas com pessoal, regulamentar as transferências a entes públicos e privados, disciplinar o equilíbrio entre as receitas e as despesas, indicar prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos, entre outras.

RACHA

Baleia Rossi abre as portas do MDB para Rodrigo Maia

DA REDAÇÃO

O presidente do MDB e candidato derrotado na eleição da Câmara dos Deputados, Baleia Rossi, abriu as portas do partido para o ex-presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM). O convite foi feito após a divisão interna no Democratas envolvendo o pleito, já que a base do partido retirou o apoio à Baleia e foi em direção ao grupo de Arthur Lira (PP-AL), que se tornou o novo presidente da Câmara.

Convite foi feito após a divisão interna no Democratas, envolvendo sucessão à presidência da Câmara dos Deputados

Após as divergências, inclusive com o ex-prefeito de Salvador e presidente da sigla, ACM Neto, Maia deve deixar o partido e migrar para uma nova legenda.

De acordo com informações do jornal O Globo, um aliado próximo de Maia afirmou que o mesmo vê possibilidade de ir para o MDB com entusiasmo, pois considera o partido bem estruturado e com uma boa atuação no cenário político.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA Torna pública a REABERTURA do PREGÃO ELETRÔNICO 02/21, menor preço por lote, objeto: fornecimento de medicamentos e medicamentos veterinários.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFARNAUM PREGÃO PRESENCIAL SRP 01/21. Menor valor por item. Objeto: fornecimento de derivados do petróleo e combustíveis líquidos automotivos (gasolina comum, etanol, óleo diesel S-10 e óleo diesel S-500).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA Faz saber aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL 04/21, objeto: aquisição de mobiliário escolar que se realizará às 10h do dia 17/02/21, se realizará às 10h do dia 18/02/21.

MUNICÍPIO DE CORIBE CNPJ Nº 13.912.084/0001-81 CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021. O Município de Coribe - Estado da Bahia, torna público que nos termos da Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNE nº 038/2009 combinada com a nº 025/2012 e nº 029/2013 e a Lei nº 8.666/93 e alterações, estará realizando a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios, através de Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas, Associações e Individuais para atender a demanda da merenda escolar neste Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES PREGÃO PRESENCIAL SRP 05/21. Dia 18/02/21 às 8:30h. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios. Menor preço por lote. PREGÃO PRESENCIAL SRP 06/21. Dia 18/02/21 às 10:30h. Objeto: aquisição de material de limpeza em geral. Menor preço por lote.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES PREGÃO ELETRÔNICO SRP 03/21. Objeto: aquisição de medicamentos e material penso. Dia 19/02/2021 às 8:30h. PREGÃO ELETRÔNICO 04/21. Objeto: Locação de Veículos Diversos, com motorista. Dia 19/02/2021 às 14h. Edital: www.licitacoes-e.com.br e no Diário Oficial do Município. Cândido Sales/Ba, 08 de fevereiro de 2021. Aline Nogueira Lima Alves. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE WAGNER PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2021-A Prefeitura Municipal de Wagner por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar Sessão Pública de Licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021, no dia 18 de fevereiro de 2021, às 09h00, do tipo MENOR PREÇO ITEM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL PREGÃO ELETRÔNICO 08/21. Menor preço global. PA 86/21. Objeto: Aquisição de Brindes para funcionários do magistério e de apoio da rede municipal de educação, que participaram dos treinamentos a serem ministrados após a realização da Jornada Pedagógica de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRÁ PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 01/2021 AVISO DE LICITAÇÃO Objeto: Aquisição de materiais elétricos para manutenção da rede de iluminação pública do Município de Ipirá. Dia 22/02/2021 às 09 h. Informações na Prefeitura Municipal, sala de licitações das 08 e 12 hs. Ipirá-Ba, 08/02/2021. Murilo Tadeu da Silva Lima - Pregoeiro

CAIXA EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO DE VENDA DE IMÓVEIS - DECENTES DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA Anexo I - AVISO DE VENDA Edital de Leilão Público no 0001/2021/1º LEILÃO Edital de Leilão Público no 0002/2021/2º LEILÃO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da Gerência de Filial Ailenar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/SA, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da EMGEOA ou de propriedade da CAIXA, discriminados no Anexo II do Edital.

COMARCA DE IRECÊ - BAHIA - CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS - IRECÊ - BAHIA EDITAL: EDILTON ALMEIDA DE MOURA, Oficial do Registro de Imóveis e Hipotecas, desta Comarca de Irecê - Bahia, na forma da Lei, etc., FAZ PÚBLICO, para ciência dos interessados, em cumprimento ao Art. 19 da Lei 6.766 de 19/12/1979, bem como os art. 942 e 1.319, do Código de Normas e Procedimentos do TJBA, que pela Empresa CONSTRUTORA IRECÊ LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 18.151.587/0001-03, com sede à Rodovia BA - 052, Km 353 nesta cidade de Irecê - Bahia, representada neste ato pelo seu sócio administrador o Sr. EDIGAR MARTINS DE SOUSA, brasileiro, viúvo, comerciante e agropecuarista, port. Da C.I. RG nº 01.153.504-03 SSP/BA e CPF: 029.825.365-87, residente e domiciliado à Rua Aurélio José Marques, 28-C, Centro, nesta cidade de Irecê - Bahia. FOI DEPOSITADO, neste Cartório, os documentos necessários, exigidos pelo Art. 18 da Lei 6.766 de 19/12/1979, para registro do Loteamento com a denominação LOTEAMENTO NOVO IRECÊ, situado no perímetro urbano desta cidade de Irecê - Bahia, com área de 653.436,64 m², sendo Sistema Viário - 171.599,17 m²; Áreas Livres de Uso Público (áreas verdes e sistema de lazer) - 307.95,94; Área Institucional - (equipamentos urbanos e comunitários) - 13.198,26 m²; Área de Lotes: Residenciais - 309.857,30 m² e Comerciais - 127.985,97 m²; m2, contendo 1.363 (mil trezentos e sessenta e três) Lotes. Terreno registrado sob nº 2/20.306, em 18/05/2020. O referido Loteamento foi aprovado pela Prefeitura Municipal desta cidade, em 15/09/2020, conforme Decreto Municipal Nº 321/2020. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados quanto ao domínio do referido imóvel, deverão ser apresentadas dentro do prazo de 15 dias, contados da última publicação do total de 03 (três). Findo o prazo e não havendo reclamações, será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados, neste Cartório, nas horas regulamentares. Irecê - Bahia, 28 de janeiro de 2021. Edilton Almeida de Moura - Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ PREGÃO ELETRÔNICO SRP 01/21. ID: 854812. Objeto: aquisição de água mineral acondicionada em embalagem retornável (garrafa) de 20l e em caixa com copos de 200ml. Abertura de propostas: dia 19/02/21 às 8h. Sessão pública: dia 19/02/2021 às 9:30h. Menor preço por lote. PREGÃO ELETRÔNICO SRP 02/21. ID: 853636. Objeto: serviços de apoio operacional, para prestação de serviços de mão de obra e prestação de serviços continuados de apoio às atividades operacionais e administrativas. Abertura de propostas: dia 22/02/21 às 8h. Sessão pública: dia 22/02/2021 às 10h. Menor preço por lote. PREGÃO ELETRÔNICO SRP 03/21. ID: 855816. Objeto: aquisição de materiais destinados ao setor de iluminação pública. Abertura de propostas: dia 23/02/21 às 8h. Sessão pública: dia 23/02/21 às 9h. Menor preço por lote. Edital: http://portal.município.ba.gov.br/diário e www.licitacoes-e.com.br. Informações: na CPL, Praça Duque de Caxias, s/n, Jequeizinho, de 8 às 12h, tel. 7335268042. Jequiê/Ba, 08 de fevereiro de 2020. Juliana Bispo dos Santos. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUIPE CNPJ Nº 14.147.946/0001-90 PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 O Pregoeiro Municipal torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 destinada à AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO. A entrega e abertura dos envelopes de propostas e documentos será no dia 17 de fevereiro de 2021, às 09:00h, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Praça Adonias Filho, 16, Centro - Itajuípe - Bahia. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no setor de Licitações, na sede da PMI das 8:00 às 13:00h. Demais publicações e informações através do correio eletrônico: licitaitajuipe@hotmail.com ou pelo tel. (73) 3238-1712. Itajuípe - Bahia, 05/02/2021. CHARLES O. DOS SANTOS - Pregoeiro - Decreto 006/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 O Pregoeiro Municipal torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 destinada à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. A entrega e abertura dos envelopes de propostas e documentos será no dia 17 de fevereiro de 2021, às 09:00h, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Praça Adonias Filho, 16, Centro - Itajuípe - Bahia. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no setor de Licitações, na sede da PMI das 8:00 às 13:00h. Demais publicações e informações através do correio eletrônico: licitaitajuipe@hotmail.com ou pelo tel. (73) 3238-1712. Itajuípe - Bahia, 05/02/2021. CHARLES O. DOS SANTOS - Pregoeiro - Decreto 006/2021

ECONOMIA & NEGÓCIOS

INTERNET Leia mais sobre finanças no Portal A TARDE

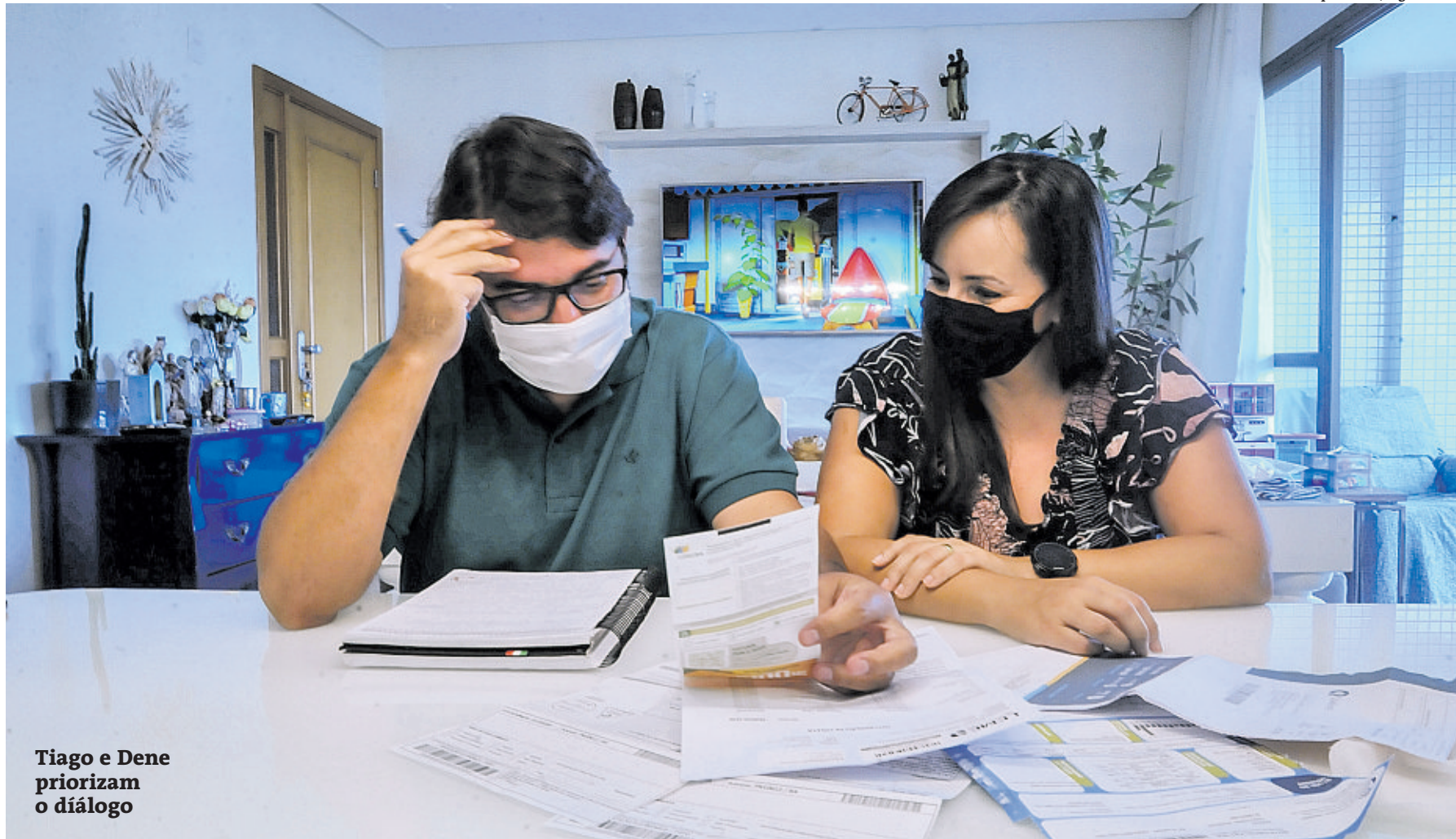
www.atarde.com.br/economia

economia@grupotarde.com.br

FINANÇAS Desordem nas contas conjuntas é um dos principais motivos de desarmonia

Organização financeira ajuda a garantir a convivência do casal

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE



Tiago e Dene priorizam o diálogo

LUÍSA CARVALHO*

O Brasil registrou número recorde de divórcios em 2020. Durante o segundo semestre do ano passado, a quantidade de separações extrajudiciais registrada foi a maior desde 2007, segundo levantamento realizado pelo Colégio Notarial do Brasil (CNB). O desgaste dos relacionamentos no decorrer do isolamento social, que promoveu uma convivência muito mais constante entre casais, é indicado como o principal fator para a alta dos números.

Especialistas apontam a falta de organização financeira como um dos motivos para a desarmonia de casais em qualquer contexto. Na pandemia, com as maiores dificuldades econômicas e o convívio familiar mais intenso, se torna essencial saber cuidar das finanças em conjunto para garantir a boa convivência.

Uma das premissas básicas para manter a harmonia no planejamento financeiro conjunto é a expressão, bastante popular, "o combinado não sai caro". Pode até parecer clichê, mas, para o economista conselheiro do Conselho Regional de Economia (Corecon/BA) Edval Landulfo, é fundamental tê-la em mente. Seja para casais, colegas de quarto ou amigos e parentes que dividem os gastos da residência, as regras-chaves são

sempre dialogar e respeitar os compromissos feitos.

"Se eu sou desorganizado financeiramente, eu posso deixar de pagar qualquer coisa menos o combinado dentro da residência porque outras pessoas dependem disso", afirma o conselheiro do Corecon/BA.

Distribuição das contas Landulfo considera um erro que casais não estejam informados sobre o valor exato do salário um do outro. A compreensão de quanto ganha cada cônjuge ajuda na organização da divisão dos

Quando há disparidade, quem ganha mais pode pagar despesas mais caras

O alcance de metas da vida conjunta depende do alinhamento de desejos do casal

gastos e possibilita que ela seja feita de forma mais coerente e justa. Ele sugere que a distribuição das contas seja feita por igual caso ambos ganhem uma remuneração muito parecida. Quando há disparidade salarial, quem ganha mais pode pagar as despesas mais caras, como licenciamento ou aluguel.

A planejadora financeira pessoal Fernanda Prado também considera que a falta de transparência sobre a situação financeira de cada parte do casal é um problema. Principalmente quando existem dívidas envolvidas. "Há quem não queria compartilhar ou ainda tente escondê-las do cônjuge porque sente vergonha de tê-las", observa a planejadora. Além de afetar a confiança do parceiro, não conversar sobre situações como essa tornam mais difícil o planejamento de metas financeiras conjuntas, já que um pode estar na expectativa de um gasto grande em uma viagem de férias ou na compra de um eletrodoméstico, por exemplo, enquanto o outro não consegue arcar nem com dívidas menores.

O alcance de metas também depende do alinhamento de desejos do casal. Fernanda explica que, antes de transformar os sonhos em objetivos, o casal precisa entrar em consenso e ambos devem estar dispostos a focar na prioridade. "Tem que fazer sentido para ambos e

ser uma vontade genuína dos dois", diz. Do contrário, dificilmente haverá êxito no projeto.

Investir juntos

Existem algumas opções para a realização de investimentos com um parceiro. Abrir uma conta conjunta é uma alternativa para quem deseja que a aplicação seja feita no nome de ambos. O casal pode também optar por ter uma única conta em nome de uma das partes em que os dois realizam os aportes.

Um terceiro caminho é cada um investir no próprio nome para um objetivo comum, dividindo o investimento. De qualquer que seja a forma adotada, a planejadora financeira destaca que é importante que o casal tenha clareza de que estão buscando o investimento adequado para a meta e se certificar de que tem uma boa reserva de liquidez para a família.

O internacionalista Tiago Jones da Silva, 37, e a advogada Dene Mascarenhas Dantas, 41, acreditam que o fundamental para o bom funcionamento das finanças na vida conjugal é não ter segredo. Antes de fazer a divisão dos gastos, o casal dialoga com constância sobre como cada um está financeiramente.

"Se não for bem conversado, dá problema", garante Tiago. Para eles, é importan-

te não só conversar sobre o orçamento familiar, como também a respeito da educação financeira. Tiago e Dene costumam se inteirar sobre o tema através de vídeos de especialistas na internet, da leitura de livros sobre o assunto e sempre trocam as informações aprendidas.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

Fernanda pontua necessidade de transparência



Divulgação

FINANÇAS CONJUNTAS

ACOMPANHE A ECONOMIA Para tomar melhores decisões financeiras, é importante, em qualquer contexto, ter o hábito de estar por dentro do noticiário econômico, em momentos de crises e incertezas essa necessidade se intensifica. Esteja por dentro do assunto através dos noticiários e de especialistas em economia

CONSULTE UM ESPECIALISTA No caso de dúvidas e impasses na hora de organizar a vida financeira conjunta, o auxílio de profissionais especializados em consultoria financeira pode ser necessário. O consultor tem a função não de criar regras, mas de sugerir os melhores caminhos para o casal lidar com seus dilemas

FAÇA REUNIÕES MENSIS Separe algum tempo para, uma vez por mês, planejar o orçamento do mês seguinte e conversar sobre a sua situação financeira e a do cônjuge. Prefira estabelecer esse diálogo em dias e horários menos cansativos em que ambos tenham tempo livre e disposição para a escuta

Não há prazo decadencial para pedir o seguro-desemprego na crise da Covid-19



Direito previdenciário Luciano Martinez

Juiz do Trabalho, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da UFBA

lucianomartinez.ba@gmail.com @lucianomartinez10

As dificuldades burocráticas e a crise da Covid-19 me fizeram perder o prazo de 120 para me habilitar ao benefício do seguro-desemprego. E agora? ANÔNIMO

Resposta: De fato. Para requerer o benefício o trabalhador terá um prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua dispensa, mas somente exercitável a partir do sétimo dia. Pois bem. O prazo decadencial de 120 dias foi fixado mediante a Resolução 467/2005 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Apesar da dúvida que pode pairar sobre a legalidade de um prazo decadencial ser criado por ato administrativo, é importante anotar que o Co-

defat agiu com autorização expressa da Lei 7.998/90 que lhe atribuiu a missão de adotar procedimentos relativos ao pagamento do benefício aqui em discussão (vide inciso V do art.19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990). Não por outro motivo, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU, reunida em 27 de junho de 2012, nos autos do processo 2008.50.50.002994-0, uniformizou a tese de que é legal a fixação do prazo máximo de cento e vinte (120)

dias para requerimento de seguro-desemprego pela Resolução 467/2005 do Codefat. Ok, tudo bem. Mas o que ocorre com quem perde esse prazo? A resposta é simples: extrapolado o prazo decadencial há a perda do direito de fruir o benefício. Mas esse prazo corre mesmo nos tempos do coronavírus? Aí surge uma informação muito importante... É que, nos termos da Resolução n. 873, de 24 de agosto de 2020, do Codefat, ficou suspensa a exigência de observância desse prazo decadencial de 120 dias pa-

ra que o trabalhador exerça seu direito de requerer a habilitação no Programa do Seguro-Desemprego, até que cesse o estado de calamidade pública e de emergência de saúde pública decorrentes da pandemia do coronavírus (Covid-19). A suspensão temporária do prazo decadencial, aliás, é aplicável aos requerimentos iniciados após a declaração do estado de emergência pública e ocasiona o deferimento de recursos e solicitações oriundas do interessado, ainda que judicial, que questio-

nem a notificação automática de "fora do prazo de 120 dias". Diante disso, você, leitor, não perdeu o prazo! Detalhe final: o STF, em 30 de dezembro de 2020, nos autos da medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade 6.625 DF, reconheceu a extensão do estado de calamidade pública que justificou a adoção de medidas profiláticas e terapêuticas extraordinárias. Segundo nossa perspectiva, essa decisão manteve os efeitos da Resolução 873/2020 aqui mencionada.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Abertura da colheita em Luís Eduardo Magalhães onde a Bahia vira um “Bahião”

Na semana passada a ministra Tereza Cristina, numa teleconferência participando da abertura nacional da colheita, disse: “o ouro do agro brasileiro vai ser cada vez mais respeitado, mostrando a qualidade e a sustentabilidade com que nossos produtores plantam e colhem a soja para nosso consumidor brasileiro, mas também para muitos países que usam e necessitam cada vez mais do ouro brasileiro”. A ministra fez uma analogia entre o ouro metal com o ouro grão, abordando a importância do

suprimento de alimentos para o mundo. A soja significa cerca de 50% da colheita dos grãos. Mas acrescentaria que iremos ver o milho dar saltos consideráveis de produção e bater recordes nos próximos anos da mesma forma.

O secretário de agricultura da Bahia, Lucas Costa, também enfatizou: “São os produtores que sustentam a Bahia e o Brasil”. Adicionou ainda na sua fala que: “o governo apoia cada vez mais os produtores de uma agricultura que mais cresce no país, respeitando sempre a ciência e a tecnologia”.

Estamos partindo para as colheitas no Brasil, deveremos ter uma safra maior do

Estamos partindo para as colheitas, deveremos ter uma safra maior do que a anterior

que a anterior. Além dos grãos, algodão, madeiras, citricultura, cana de açúcar com etanol, os biocombus-

“E que Bahião” (como um dia exclamou Luiz Gonzaga ao se admirar com o tamanho da Bahia)

tíveis, carnes, lácteos, café, sem esquecer da hortifruticultura, do cacau, e dos exemplos extraordinários como de Canudos (Bahia) e região onde o cooperativismo desenvolve os frutos do sertão, agrega valor e vende para o mundo doces da nossa caatinga.

Doravante viveremos cada vez mais no moderno capitalismo do que foi batizado como o padrão “ESG”. Em inglês significa E de environment – meio ambiente, S de “social” – a responsabilidade com as comuni-

dades, os seres humanos, a dignidade da vida, G de “governance”. A governança, a qualidade dos líderes e a forma justa com a qual se desenvolve a liderança, com os valores éticos prevalecendo. Da mesma forma o nosso agronegócio já está inserido nessa nova lei do mercado. Com ESG, nosso “ouro grão” será cada vez mais campeão.

É um Brasilzão. “E que Bahião” (como um dia exclamou Luiz Gonzaga ao se admirar com o tamanho da Bahia).

MIRIAM HERMES

Com a maior costa litorânea do Brasil, somando mais de 1.100 quilômetros de extensão, e uma estrutura hídrica continental com grandes rios e reservatórios, a Bahia registrou crescimento das atividades de pesca e aquicultura nos últimos anos, passando de 162 mil toneladas (ton.) em 2017, para 135 mil ton. em 2019.

Incrementar a produção para mais de 100 ton. de pescado por ano é a primeira meta do projeto de piscicultura na Barragem de Pedras, no médio Rio de Contas, que está em execução pela Cooperativa dos Piscicultores de Tanhaçu e Região (Coopstar).

Com foco na piscicultura produtiva serão beneficiados nesta etapa 20 famílias que já produzem em tanques escavados em Tanhaçu e em tanques-rede na barragem, que banha os municípios de Iramaia, Jequié, Manoel Vitorino e Maracás.

O projeto foi selecionado em 2020 pela Bahia Pesca, empresa vinculada à Seagri, e já começou a receber parte dos R\$ 500 mil para alavancar e fortalecer a atividade na região. Estão previstas regularizações ambientais, compra de matrizes reprodutoras geneticamente melhoradas, além de requalificação do laboratório para produção de alevinos.

De acordo com o presidente da Coopstar, Alan Guimarães, o objetivo é chegar a 160 ton/ano, principalmente de tilápia, peixe exótico bem adaptado nas águas da Bahia e boa aceitação dos consumidores. Por enquanto o grupo, criado há mais de 12 anos, direciona a produção ao mercado regional do Sudoeste.

“Vamos ampliar a capacidade produtiva e batalhar uma unidade de abate para colocar a nossa produção nos grandes mercados consumidores, escapando dos atravessadores”, afirmou.

Embora os números da produção baiana de pesca e aquicultura em 2020 ainda não tenham sido publicados, a produção de alevinos passou de 7 milhões em 2019 para 8 milhões no ano passado nas estações da Bahia Pesca, com distribuição gratuita para produtores da agricultura familiar.

Iniciativa piloto

Conforme o presidente da Bahia Pesca, Marcelo Oliveira, o projeto do Médio Rio de Contas é um entre muitos existentes em várias regiões do estado e para 2021 o órgão



Jan Penalva / Bahia Pesca / 13.3.2015

Produção
de pescado
em tanques

AGRO Estado registou crescimento das atividades de pesca e aquicultura de 2017 para 2019

Projeto em Rio de Contas promete elevar produção de peixe da Bahia

tem o propósito de ampliar os investimentos em diversas áreas da atividade. Uma das metas é a troca de matrizes, “o que garante um ganho de peso de até 30% em cada unidade, com o mesmo manejo utilizado atualmente”, explicou.

Entre outros ele citou o projeto que foi implantado nos últimos anos na Barra-

20

famílias devem ser beneficiadas pelo projeto de piscicultura na Barragem de Pedras, na região do médio Rio de Contas, em execução pela Coopstar

gem Bandeira de Melo, em Itaeté, atingindo 350 famílias com linhas de crédito especiais, instalação de dois mil tanques-rede para aumentar a produção também na Chapada Diamantina.

“Este ano vamos instalar o 1º Parque Aquícola na barragem de Ponto Novo”, afirmou Oliveira, destacando que será utilizada a lâmina d’água da represa para desenvolver o projeto que prevê a produção anual de 700 ton. e deverá servir de base para ser replicado em outras barragens já existentes no estado.

Aquicultura engloba toda criação de animais que crescem na água e piscicultura é apenas a criação de peixes.

Segundo Marcelo Oliveira, o órgão apoia também projetos para ampliação da

capacidade da pesca oceânica, que tem a região sul e extremo sul como principais polos, inclusive com sinalização da chegada de novas empresas.

Neste sentido o crescimento de 12% no movimento do terminal pesqueiro de Ilhéus no ano passado, somando 300 mil ton. desembarcadas, foi apontado por Oliveira como indicativo do desenvolvimento da atividade na região e das vantagens logísticas que o terminal oferece.

Vale do São Francisco

Em outra frente a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) mantém o programa de repovoamento do rio, das lagoas marginais e dos

afluentes com espécies nativas.

Com este propósito produziu 9,4 milhões de alevinos em 2020 nos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura. No oeste baiano, região do médio São Francisco, o Centro de Xique-Xique foi responsável pela produção de 1,9 milhão de alevinos no ano passado, principalmente de tambaqui, curimatã, piau e pacu.

O rio, com 48,2% de toda bacia hidrográfica na Bahia, é importante fonte hídrica não apenas para moradores ribeirinhos, mas também de regiões distantes, cujas águas chegam em canais e servem para consumo humano e animal, bem como para atividades irrigadas e criação de peixes em locais

com clima semiárido e histórico de secas.

“O peixe é a principal fonte de consumo de proteína animal. Por vezes, sendo a única”, disse o chefe do Centro Integrado de Xique-Xique, Antônio do Nascimento, acrescentando que as ações de peixamento ajudam a manter a cultura e garantir a permanência das famílias na região.

Presidente da Associação de Palmas e Passos, em Serra do Ramalho, Claudemir Pereira, salientou que as atividades de peixamento nos rios e lagoas marginais revitaliza estes espaços, assegurando não apenas fonte de alimentação, mas também de renda para os pescadores artesanais e os produtores em tanques escavados.

ESPERANÇA Imunização dos maiores de 80 anos traz alívio às famílias

Receber a 1ª dose da vacina gera emoção entre os idosos

THIAGO CONCEIÇÃO

Emoção e alívio marcaram o início da vacinação contra a Covid-19 dos idosos com mais de 90 anos em Salvador, no decorrer da última semana. E a partir desta segunda-feira, 8, as doses também serão destinadas a pessoas com idade igual ou superior a 85 anos. Com a quinta-feira, 11, voltada ao começo da imunização para idosos com idade igual ou superior a 80 anos. Hoje, a vacinação será exclusiva para idosos em Salvador.

De acordo com a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), na capital, a estimativa é alcançar 30 mil idosos na faixa dos 80 anos. Caso cheguem mais doses, o prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), afirmou que há possibilidade de iniciar a vacinação dos idosos acima de 60 anos em até duas semanas, em coletiva no último dia 5. Em Salvador, das pouco mais de 90 mil doses da CoronaVac recebidas, mais de 76 mil já foram aplicadas, das quais mais de 4,5 mil foram em pessoas a partir dos 90 anos. Os dados são do Vacinômetro da prefeitura, sistema que permite acompanhar a imunização em tempo real.

Expectativa

O aposentado Juraci Lima, de 81 anos, morador de São Gonçalo do Retiro, diz que está preparando o braço para receber a vacina contra a Covid-19. “A expectativa é boa. É uma mistura de alegria e anseio pela maior proteção contra esse vírus. O braço já está pronto para receber a vacina. Em breve, espero que todos possam tomar a vacina”, conta.

Para o secretário da Saúde de Salvador, Léo Prates, a vacinação dos idosos é fundamental para o enfrentamento dos impactos causados pela Covid-19. “Os idosos são drasticamente afetados pelo coronavírus, com maior probabilidade de agravos. Então a gente começa melhor o próprio sistema de saúde. E pelo lado humano, é uma alegria inenarrável. E ainda temos a segunda dose, então

é essencial manter todos os cuidados até lá”, diz Prates.

Adielma Nizarala, médica infectologista da SMS, explica que a ampliação da imunização dos idosos ajuda na redução de internações nas diferentes faixas etárias. “Daí a importância do comparecimento para a vacinação. A vacina é segura e foi testada. À medida que vamos vacinando, o vírus tem menor possibilidade de achar uma pessoa que não esteja com o sistema imunológico preparado”, acrescenta. Das 8 às 17 horas, a vacinação dos idosos em Salvador ocorre em três drive-thrus: no 5º Centro, na Avenida Centenário; Atacadão de Fazenda Coutos, no Subúrbio; e Parque de Exposições, na Avenida Paralela. Além disso, quatro postos estão aptos para a imunização. O 5º Centro de Saúde, USF Plataforma, USF Cajazeiras-Jaguaripe e CSU Pernambuco.

Esperança

No 5º Centro de Saúde, o olhar da aposentada Helena Alves, de 100 anos, deixou evidente a emoção de tomar a primeira dose da vacina contra a Covid-19. “É muita emoção e felicidade. É isso que posso dizer agora”.

O sorriso de Alfredo Abade, de 97 anos, só ficou escondido pela máscara de proteção. “Deus é quem sabe de tudo. E após tudo que passamos, é uma felicidade ser vacinado”, disse. Dinorá Mauadie, de 91 anos, descreveu como “maravilhosa” a sensação de cumprir o primeiro passo de imunização contra o novo coronavírus.

Além dos vacinados, os profissionais de saúde que aplicam a vacina contra a Covid-19 relatam o sentimento de esperança. “Nesse período de pandemia, a esperança da população é o que faz a gente continuar trabalhando”, diz a técnica de enfermagem Pamela Ramos, 35. “Quando estamos aqui, atuando cerca de oito horas por dia na imunização, a alegria dos vacinados traz força para seguir na luta diária”, relata Edenilson Nascimento, 51, técnico de enfermagem.



Helena Alves, de 100 anos: 'É muita emoção'

Fotos: Shirley Stolze / Ag. A TARDE



Dona Dinorah, 98 anos, não escondeu a emoção



Alfredo Abade, de 97 anos: 'É uma felicidade ser vacinado'



“É motivo de alegria observar a vacinação dos idosos, pois são grupo de risco”

LÉO PRATES, sec. da Saúde



“A vacina é segura e foi testada; é importante comparecer à vacinação”

ADIELMA NIZARALA, médica infectologista

SOBRE A VACINAÇÃO

PREPARAÇÃO

Antes de comparecer aos locais de vacinação, é necessário que o idoso ou responsável verifique se o nome está na lista de habilidades, no site vacinaexpress.saude.salvador.ba.gov.br

AGENDAMENTO

Ainda por meio do Vacina Express, pode ser feito o agendamento para vacinação em casa do idoso que estiver acamado. O serviço é limitado a 100 pessoas por dia

CADASTRAMENTO

Caso o nome do idoso não esteja na lista do Vacina Express, ele ou o responsável poderá fazer o cadastramento no 5º Centro de Saúde e receber a dose. É necessário levar a carteira de identidade, CPF e comprovante de residência

RECADASTRAMENTO

Nos casos de recadastramento do SUS para a vacinação, ele pode ser feito de forma presencial, no 5º Centro de Saúde, ou online, pelo site recadastramento.saude.salvador.ba.gov.br

RECOMENDAÇÃO

Mesmo após tomar a vacina, a recomendação é que a pessoa continue seguindo as orientações de prevenção contra a Covid-19, a exemplo da higienização das mãos, uso de máscara e evitar aglomerações. Não é recomendado tomar doses de vacinas que são de fabricantes diferentes, pois pode se ter alguma superposição de eventos adversos. Cada vacina tem uma forma de estimular o sistema imunológico

FONTE: SMS



Paloma: 'A esperança faz a gente continuar'



Edenilson: 'A alegria dos vacinados traz força'

Sesab busca ampliar imunização

O secretário da Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas, reconheceu a felicidade pelo começo da vacinação dos idosos na Bahia. No entanto, afirmou que a quantidade de vacinas adquiridas ainda é pouca para ampliar a imunização para a população baiana.

“É motivo de alegria observar a vacinação dos idosos, pois fazem parte de grupos prioritários que precisam ser protegidos. Porém, fico frustrado com a quantidade de vacinas que estamos adquirindo, pois ainda é pouca para ampliar o nosso leque e velocidade de

imunização”, diz o secretário da Saúde.

Cenário

Na Bahia, do total de 351,5 mil doses da vacina da Co-

O ideal é expandir a vacinação para todos com mais de 60 anos

ronaVac distribuídas aos municípios, pouco mais de 276 mil já foram aplicadas. Em todo o estado, cerca de 29,5 mil idosos com idade igual ou superior aos 90 anos receberam a primeira dose dos imunizantes. Além disso, mais de 220 mil trabalhadores de saúde, 13,2 mil indígenas aldeados e 12,6 mil idosos em instituições de longa permanência foram vacinados.

A pesquisadora e médica imunologista da Fiocruz, Fernanda Grassi, explica que o ideal é expandir a vacinação para todas as pessoas com idade superior aos

60 anos, com a maior velocidade que for possível. “Como não temos o cenário ideal de disponibilidade de vacina contra a Covid-19, vamos vacinando degrau por degrau, descendo as faixas de idade. Mas é preciso lembrar que a segunda dose da vacina precisa ser recebida em até 28 dias. Ou seja, acelerar o ritmo de aquisição e aplicação das doses está ligada com a melhor eficácia do plano de imunização populacional”, explica Grassi. Após vacinação, Grassi reforça que é preciso manter cuidados, como o uso de máscara e distanciamento.

IMUNIZAÇÃO Vacina russa será distribuída para todo o Brasil e adquirida com fundos da União

Rui anuncia repasse de 50 milhões de doses da Sputnik V ao ministério

FERNANDO VALVERDE

O governador Rui Costa (PT) anunciou na manhã de ontem que irá repassar as 50 milhões de doses da vacina russa Sputnik V, que seriam obtidas pelo estado devido a um contrato de prioridade com a farmacêutica russa Instituto Gamaleya, para o Ministério da Saúde. Com isso, o imunizante será distribuído para todo o território brasileiro e adquirido com fundos do governo federal. A vacina russa apresentou índice de eficácia superior a 90% segundo os testes realizados.

“Desde sempre nosso objetivo é salvar vidas em todo o Brasil. Fizemos o acordo com os russos em setembro para o fornecimento de 50 milhões de doses da Sputnik V. Por isso negociamos um número muito superior às 15 milhões de pessoas que vivem na Bahia”, afirmou o governador em post em uma rede social.

O anúncio do repasse ocorre após a retirada da exigência de testes da fase 3 no país, que previa a aplicação e estudo da eficácia da vacina com voluntários em solo brasileiro, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Prioridade

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, também comemorou o acordo e afirmou que o repasse e obtenção do imunizante para todo o território nacional é uma vitória do governo baiano.

“O acordo que foi feito entre governo da Bahia e o fundo de desenvolvimento russo responsável pela vacina Sputnik V garantiu ao Brasil a prioridade no acesso a essas 50 milhões de doses. Nós cedemos ao governo federal para que possa distribuir a todos os municípios do Brasil as 50 milhões de doses que foram garantidas inicialmente ao governo baiano”, disse o secretário.

Ainda de acordo com Vilas-Boas, o acordo feito entre o governo da Bahia e o fundo russo não envolve a União Química, farmacêutica brasileira que receberá



Olga Maltseva / AFP Photo

Vacina russa Sputnik V apresentou um índice de eficácia superior a 90%, segundo os testes realizados

os insumos da Sputnik V para a produção em larga escala no país e com quem o governo baiano costura um acordo para a aquisição independente de imunizantes.

“O acordo nosso com o fundo russo é um acordo direto, não envolve a União Química e nós teremos acesso ao fornecimento em separado para a Bahia. Independente do quantitativo que vem para o Brasil, o governo da Bahia tem um contrato em andamento com eles para fornecer um quantitativo pro nosso estado”, explicou o secretário. De acordo com a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), estão previstas para o estado cerca de 500 mil doses do imunizante até abril.

Vilas-Boas comemora: “Valeu a pressão feita por Rui Costa”

DA REDAÇÃO

O secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, utilizou uma rede social na manhã de ontem para comemorar a aprovação pelo Senado da Medida Provisória que autoriza o Executivo federal a aderir ao consórcio Covax Facility, iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) para garantir o acesso equitativo às vacinas contra a Covid-19. Com a medida, a autorização temporária para uso emergencial pela Agência Nacional de Vigila-

ção Sanitária (Anvisa) será mais célere e abre caminho para a importação da vacina russa Sputnik V.

“Valeu a pressão de @costa_rui. Essa é a mais importante notícia dos últimos meses. O Senado aprovou a MP que agiliza aprovação de vacinas para uso emergencial. Ao reconhecer a Rússia, o Senado determina à Anvisa 72h para autorizar a Sputnik V”, postou o secretário.

A Bahia já tem um contrato de prioridade para recebimento de até 50 milhões de doses da vacina Sputnik

V, que recentemente apresentou índice de eficácia superior a 90% segundo os testes realizados. O imunizante será produzido no Brasil pela União Química.

“Melhor notícia”

Valeu a pressão de @costa_rui. Essa é a mais importante notícia dos últimos meses. O Senado aprovou a MP que agiliza aprovação de vacinas para uso emergencial. Ao reconhecer a Rússia, o Senado determina à Anvisa 72h para autorizar a Sputnik V.

ESTUDANTES

Projeto que cria bolsa para alunos vai para Alba

DA REDAÇÃO

O governador Rui Costa (PT) encaminha para a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), o projeto de lei que institui o “Programa Mais Estudo na Rede Pública Estadual de Ensino”.

A proposta foi enviada na 5ª-feira, 4, e tem como objetivo principal ofertar bolsas de monitoria para auxílio e reforço de aprendizagem nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. A monitoria vai ser voltada à promoção do acesso, permanência e êxito escolar.

Durante a leitura da mensagem na sessão de abertura dos trabalhos na Alba, Rui Costa ressaltou que este vai ser “o maior programa de monitoria do Brasil”. De acordo com ele, cada uma das 26 mil turmas da rede pública de ensino poderá ter até dois monitores, totalizando 52 mil estudantes be-

neficiados. Cada bolsa vai ter o valor de R\$ 100 mensais e os alunos vão receber por todo o ano letivo.

A seleção dos monitores leva em conta os resultados acadêmicos dos alunos no ano anterior ou no trimestre anterior ao qual vai ser iniciada a etapa de seleção. Vão ser escolhidos sempre dois monitores para cada turma, dentre alunos do Ensino Médio, da Educação Profissional ou do oitavo e do nono ano do Ensino Fundamental.

PL institui o “Programa Mais Estudo na Rede Pública Estadual de Ensino”



Joá Souza / Ag. A TARDE/ 08.11.2018

Cada bolsa vai ter o valor de R\$ 100 mensais

TRF-1

Justiça recebe queixa-crime de Temer contra Joesley

DA REDAÇÃO

A queixa-crime por calúnia e difamação movida por Michel Temer (MDB-SP) contra Joesley Batista foi recebida pelo TRF-1. O dono da JBS disse, em 2017, que o ex-presidente da República comandava “a maior e mais perigosa organização criminosa do Brasil”.

Temer já tinha perdido em 1ª instância, porém venceu agora o recurso. A defesa de Joesley afirma que vai recorrer da decisão. À época, Joesley confirmou denúncias que fez ao Ministério Público Federal contra o PT, a quem acusou de ter institucionalizado a corrupção e espalhado organizações criminosas por ministérios, estados e empresas estatais. Joesley disse que Temer queria o silêncio de Eduardo Cunha e que ele, Temer, é o chefe da quadrilha do MDB.

Aprovada MP que autoriza compra de vacinas

POR AGÊNCIA SENADO

O Senado aprovou na quinta-feira, 4, a Medida Provisória (MPV) 1.003/2020, que autoriza o Executivo federal a aderir ao consórcio Covax Facility, iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) para garantir o acesso equitativo às vacinas contra a Covid-19. A medida foi assinada em setembro e o consórcio anunciou a primeira previsão de distribuição das vacinas, com 10,6 milhões de doses para o Brasil. O texto, aprovado na forma do PIV 46/2020, segue para a sanção.

A Covax funciona como uma plataforma colaborativa financiada pelos países-membros, que apoia a pesquisa, o desenvolvimento e a fabricação de uma ampla gama de vacinas candidatas contra a Covid-19, além de negociar seus preços. A ideia é reunir os recursos dos colaboradores para financiar simultaneamente vários projetos de vacina. Em troca, os países-membros garantem uma quantidade de doses para atender até 20% da sua população.

A União terá que publicar periodicamente na internet a relação de vacinas adquiridas, o laboratório de origem, os custos, os grupos que serão atendidos com a imunização e a região, e outras informações importantes sobre as vacinas e o processo de vacinação.

Concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o prazo é de até cinco dias após o pedido. A condição para isso é de que o uso da vacina já tenha sido autorizado por outras autoridades sanitárias relacionadas no texto, como é o caso da FDA (Food and Drug Administration, dos Estados Unidos) e da EMA (European Medicines Agency).

Financiamento

As despesas da participação no consórcio serão cobertas por crédito extraordinário aberto pela MP 1.004/2020 e por recursos do Ministério da Saúde destinados ao Programa Nacional de Imunizações e a outras ações orçamentárias. Dos R\$ 2,5 bilhões liberados pela MP 1.004, R\$ 1,68 bilhão foi autorizado para utilização na Covax em janeiro deste ano.

ELEIÇÕES 2022

Lula quer Haddad candidato se não concorrer

DA REDAÇÃO

O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva pretende defender, junto ao Partido dos Trabalhadores (PT), a candidatura de Fernando Haddad à presidência, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) não restitua seus direitos políticos para que ele concorra às eleições de 2022.

Inclusive, os dois pretendem retomar viagens pelo Brasil, indo a alguns lugares juntos e também fazendo roteiros separados. Neste mês de fevereiro, Haddad deve ir a Minas Gerais.

Nesta semana, o ex-prefeito de São Paulo já passou quatro dias em Brasília, em reuniões com deputados, senadores e com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann. As primeiras viagens devem ter agendas mais restritas por causa da pandemia.

Bahia recebe mais 186 mil vacinas contra covid-19

QUARTO LOTE A Bahia recebeu, na noite de sábado (6), 186.200 novas doses da vacina contra o novo coronavírus. Dez aviões e helicópteros da Polícia Militar da Bahia e da Casa Militar do Governador (CMG) já começaram a distribuição na manhã de ontem, às 5h30, para 30 cidades baianas.

Campos de futebol e unidades policiais serão usados por equipes do Grupamento Aéreo (Graer) da PM e da CMG como locais de pouso. A partir daí, viaturas também escoltarão o material por terra. A expectativa é que em 24 horas todos os 417 municípios tenham recebido o imunizante e já comecem a imunizar idosos acima de 80 anos nessa segunda.

É a quarta remessa de vacinas que chega à Bahia, o que totaliza 736.900 doses, entre a CoronaVac e a Oxford/AstraZeneca. O primeiro lote chegou ao estado no dia 18 de janeiro. O total de vacinados até agora é de 286 mil.

30
idades
baianas
estão na
rota de
distribuição
dessa 4ª
remessa;
estado tem
até agora
286 mil
vacinados,
sendo
Salvador,
Feira e
Conquista
os
municípios
com mais
doses
recebidas

Juízes que barraram demissões viram risco de violação de direitos

FORD Os dois juízes do Trabalho que suspenderam, na sexta-feira (5), a possibilidade de uma demissão coletiva de funcionários da Ford que trabalham nas fábricas de Taubaté (SP) e Camaçari (BA) justificaram a medida como uma maneira de evitar possíveis violações aos direitos dos trabalhadores. A produção em ambas as sedes foi encerrada pela empresa no mês passado após a Ford anunciar o fim da produção no Brasil.

‘A dimensão da empresa e o número de empregos atingidos não comportam uma solução simplista’

As liminares determinam que a montadora deve se abster de promover dispensa coletiva sem prévia negociação com a entidade sindical dos profissionais. Durante as negociações, a Ford também fica proibida de suspender o pagamento de salário e licenças remuneradas aos seus funcionários. A Ford informou que não foi notificada de decisão.

Bahia permite que União compre doses da vacina russa

SPUTNIK V O governo da Bahia informou que vai permitir que o governo federal compre as 50 milhões de doses da vacina Sputnik V a que o estado tem direito graças a um acordo feito ainda no ano passado com o fundo russo. Além disso, o estado deve receber diretamente cerca de 500 mil doses do imunizante desenvolvido na Rússia até abril deste ano.

Por sua vez, o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, anunciou nessa sexta-feira (5) a intenção de comprar 10 milhões de doses da vacina Sputnik V importadas da Rússia. A informação foi divulgada pelo ministério.

A compra, no entanto, só vai ser concretizada se a Agência Nacional de Vigilân-



“ O objetivo é salvar vidas em todo o Brasil. Por isso, negociamos um número muito superior aos 15 milhões de baianos”
Rui Costa

Governador da Bahia

cia Sanitária (Anvisa) liberar o uso emergencial da vacina e se o governo considerar o preço “competitivo”.

A aplicação de doses da Sputnik V depende da liberação da Anvisa, e as doses compradas pelo governo federal serão distribuídas proporcionalmente entre os estados, como já vem acontecendo com a CoronaVac e a da Astrazeneca/Oxford.

O entendimento do governo baiano é que faz parte das atribuições da União comprar e distribuir as vacinas. “Desde sempre nosso objetivo é salvar vidas em todo o Brasil. Fizemos o acordo com os russos em setembro para o fornecimento de 50 milhões de doses da Sputnik V. Por isso, negociamos um número muito superior às 15 milhões de pessoas que vivem na Bahia”, escreveu o governador Rui Costa, em uma rede social. O governador citou ainda a ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a liberação emergencial da vacina, o que ainda não ocorreu.

Um avanço foi a liberação por parte da agência de não mais exigir testes da fase 3 no Brasil para liberar o imunizante de maneira emergencial. A Sputnik V chegou a pedir autorização para uso, mas foi rejeitada por falta de documentos e de testes na fase 3 no país - esse último agora não é mais necessário. Um novo pedido é analisado. A fase 3 é quando a vacina é testada em larga escala.

O acordo feito entre o governo da Bahia e o fundo russo não envolve a União Química, farmacêutica brasileira que tem acordo para produzir a Sputnik V - a fábrica fica no Distrito Federal. O contrato entre a Bahia e o fundo russo aconteceu em setembro do ano passado, e os detalhes são confidenciais, mas a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) diz que o fornecimento para o estado vai acontecer de maneira independente à decisão do governo federal, que tem se mostrado interessado em comprar o imunizante russo, tanto é que divulgou a intenção da compra das 10 milhões de doses.

ESTADO CHEGA A 276 MIL IMUNIZADOS COM PRIMEIRA DOSE

CORONAVAC A Bahia chegou a 276.038 vacinados com a primeira dose da vacina contra o coronavírus - número atualizado na sexta-feira (5) pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesab). Até agora, foram distribuídas para os municípios baianos 351.500 doses. Com isso, o percentual de aplicação em relação às doses disponibilizadas é de 78,5%.

A maior parte das vacinas foram para os profissionais de saúde: 220.174.

Ainda de acordo com a Sesab, Salvador está próxima da marca de 83% de aplicação em relação às 90.690 doses que recebeu. Até essa sexta (5), 75.190 doses foram aplicadas na capital.



24H BAHIA

RETOMADA A juíza da 6ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, Juliana de Castro Madeira Campos, determinou, na noite de sexta-feira (5), o retorno às aulas presenciais na Bahia até o dia 1º de março. A decisão da juíza é em resposta a uma ação popular feita pelo vereador de Salvador Alexandre Aleluia.

Na liminar, a juíza elenca quatro pontos. No primeiro, decide pelo encerramento do decreto que suspende as aulas presenciais em todo o estado – essa medida tinha sido prorrogada até o dia 14 de fevereiro pelo governo estadual. No segundo ponto, a juíza determina que o estado “apresente em cinco dias corridos, a contar da intimação eletrônica, os protocolos de prevenção ao contágio da covid-19, que deverão ser seguidos por todas as escolas” da Bahia.

A juíza determina ainda que “após a apresentação dos protocolos, deverão as escolas públicas e privadas retornar às atividades de forma presencial (com revezamento de alunos em sala) e/ou híbrida (parte dos alunos em sala de aula e outra parte em tempo

Justiça determina volta às aulas presenciais na Bahia até 1º de março

real na internet), dando continuidade ao ano letivo.

No quarto ponto da decisão, Juliana de Castro Madeira Campos determina que o “estado da Bahia deverá adequar as escolas públicas aos protocolos estabelecidos para início das aulas no prazo máximo e improrrogável de 1º de março de 2021”.

Sobre a decisão judicial, a Secretaria da Educação do Estado (SEC) informou que não tinha sido notificada até a noite de sexta-feira (5).

Mais cedo, o governador Rui Costa (PT) se reuniu os secretários estaduais da saúde, Fábio Vilas-Boas, e da Educação, Jerônimo Rodrigues, e o presidente da UPB, Eures Ribeiro, além do prefeito de Salvador, Bruno

Reis, acompanhado dos secretários municipais de Saúde e de Educação, Léo Prates e Marcelo Oliveira, respectivamente, com a presença também de outros prefeitos do interior, para discutir os critérios necessários para a volta às aulas presenciais. Uma data, no entanto, não foi definida.

O governador informou que, “quando as aulas forem retomadas, dividiremos as turmas em 50%. O retorno se dará, inicialmente, em um modelo híbrido e com aulas em dias alternados. No dia em que o jovem ou a criança não estiver na escola, ele teria material pedagógico digital e impresso para utilizar em casa”. Rui ainda pediu um levantamento dos

O estado da Bahia deverá adequar as escolas públicas aos protocolos estabelecidos para início das aulas no prazo máximo e improrrogável de 1º de março de 2021
Trecho da decisão

da juíza Juliana de Castro Madeira Campos, da 6ª Vara da Fazenda Pública de Salvador

Acho importante a gente estabelecer uma data em março para que a gente possa ir afunilando o processo de preparação e se organizando para a retomada
Bruno Reis

Prefeito de Salvador

profissionais da educação acima de 55 anos em todo o Estado, que fazem parte do grupo de maior vulnerabilidade, para que, possivelmente, possam ser incluídos num próximo lote de uma das vacinas que estão sendo aplicadas na Bahia.

Durante a inauguração do novo prédio do Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) Semente do Amanhã, na capital, o prefeito Bruno Reis já tinha defendido que as aulas presenciais na rede municipal de ensino sejam retomadas em março.

Os protocolos sanitários e pedagógicos para a volta às aulas na rede municipal de ensino já foram publicados pela prefeitura. O retorno será no dia 18 de fevereiro, de forma remota.

“Espero que a gente possa sair de lá [da reunião com o governador] com uma data. Pode ser 1º de março, 8 de março ou 15 de março [o que não aconteceu]. Mas acho importante a gente estabelecer uma data em março para que a gente possa ir afunilando o processo de preparação e se organizando para a retomada”, afirmou o prefeito.



DIVULGAÇÃO

Guedes estuda auxílio para metade dos beneficiários

EMERGENCIAL O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que um novo auxílio emergencial pode ser criado, desde que as “cláusulas necessárias” sejam disparadas. “Temos como orçamentar ajuda, desde que seja dentro de um novo marco fiscal, robusto o suficiente para enfrentar desequilíbrios”, afirmou, após se reunir com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e, mais cedo, da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). “Se o Congresso aciona o estado de calamidade, temos condição de reagir rapidamente. Mas é muito importante que seja dentro de um quadro de recuperação das finanças. Estamos preparados para fazer as coisas dentro das proporções”.

De acordo com o ministro, o novo auxílio emergencial pode ser “mais focalizado”. “Ao invés de atendermos 64 milhões de pessoas, pode ser a metade disso”, afirmou.

Na reunião, Pacheco cobrou Guedes a apresentar uma solução para ajudar financeiramente os brasileiros mais vulneráveis. “Vim externar preocupação em relação a socorro emergencial. Está entregue formalmente ao ministro Guedes essa preocupação do Congresso”, disse. “Senti de Guedes boa



Paulo Guedes diz que auxílio emergencial pode voltar caso algumas 'cláusulas necessárias' sejam disparadas

vontade de encontrar solução, vai encontrar o caminho para compatibilizar a questão fiscal. Temos que ter sensibilidade humana e socorrer essas pessoas”.

A partir da experiência da pandemia do novo coronavírus, Guedes tem defendido a criação de uma “cláusula de calamidade a ser incluída na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do pacto federativo.

O Conselho Fiscal da Re-

pública, a ser criado, poderia nesse caso suspender as limitações das atuais regras fiscais ao aumento de gastos, com o objetivo de combater os efeitos negativos da calamidade na economia. O Conselho está previsto na PEC e seria formado pelos presidentes da República, Senado, Câmara, Supremo, entre outros. “O objeto da nossa conversa é manter a garantia da estabilidade fiscal”, afirmou Guedes.

Justiça proíbe demissão de funcionários da Ford em fábrica de Camaçari

IMPASSE A Justiça do Trabalho concedeu na noite de sexta-feira uma liminar que suspende a demissão coletiva de funcionários da Ford da fábrica de Camaçari, na região metropolitana de Salvador. A decisão proíbe demissões até que o acordo entre a empresa e os funcionários seja encerrado.

Segundo o G1, não foi informado se a Ford já foi notificada. A decisão do juiz do trabalho Leonardo de Moura Landulfo Jorge, da 3ª Vara do Trabalho de Camaçari, determina que, durante as negociações e enquanto vigorem os contratos de trabalho, a Ford não poderá suspender o pagamento dos salários e das licenças remuneradas dos trabalhadores.

A empresa também não pode, segundo a decisão,

praticar "assédio moral negocial, de apresentar ou oferecer propostas ou valores de forma individual aos trabalhadores, durante a negociação coletiva, devendo, caso seja do seu interesse, informar a coletividade das tratativas através de comunicados oficiais".

Ainda, o juiz determinou que, caso a liminar não seja cumprida, poderá ser aplicada uma multa de R\$ 1 milhão por item descumprido, mais R\$ 50 mil por trabalhador atingido.

A montadora norte-americana anunciou no dia 11 de janeiro que iria deixar de produzir veículos no Brasil. Na planta industrial baiana, que fabricava o KA e o Ecosport, e em Taubaté (SP), onde eram feitos motores e transmissões, a interrupção

O juiz determinou que, caso a liminar não seja cumprida, poderá ser aplicada uma multa de R\$ 1 milhão por item descumprido, mais R\$ 50 mil por trabalhador atingido

das atividades aconteceu no mesmo dia. Até o final deste ano, a Ford pretende encerrar a operação da Troller, em Horizonte (CE).

A estimativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari é a de que a decisão custaria os empregos de 12 mil trabalhadores diretos - 5 mil da Ford e outros 7 mil de empresas que forneciam matérias-primas para a montadora, chamadas de sistemistas. O diretor do sindicato, Júlio Bonfim, acrescentou que a medida comprometeria ainda outros 60 mil empregos indiretos. "São 12 mil trabalhadores diretos e em torno de 60 mil trabalhadores indiretos que serão impactados. Estamos falando de 72 mil famílias. É um impacto muito grande na economia", disse ele, em janeiro.

Bolsonaro propõe ICMS com valor fixo sobre combustíveis

GOVERNO Em busca de uma solução para a insatisfação dos caminhoneiros com o custo do diesel, o presidente Jair Bolsonaro disse nessa sexta-feira (5) que deve enviar ao Congresso um projeto de lei complementar para estabelecer um valor fixo do ICMS sobre os combustíveis ou a incidência do ICMS sobre o preço dos produtos nas refinarias. De acordo com o presidente, o valor do ICMS fixo seria decidido pelos governos estaduais, junto com as assembleias legislativas.

“Nós pretendemos ultimar um estudo e, caso seja juridicamente possível, apresentaremos [o projeto] ainda na próxima semana, fazendo com que o ICMS venha a incidir sobre os preços dos combustíveis nas refinarias ou que tenha um valor fixo para o álcool, a gasolina e o diesel. E quem vai definir esse percentual ou valor fixo serão as respectivas assembleias legislativas [de cada estado]”, disse.

De acordo com ele, o projeto em estudo visa dar transparência e previsibilidade ao

consumidor sobre o preço final dos combustíveis, como é feito com o PIS/Confins, que tem o valor fixo de R\$ 0,35 sobre o diesel, enquanto o ICMS é variável, e cada estado decide o seu valor. A média nacional da alíquota de ICMS sobre o diesel é em torno de 16%, com variação de 12% a 25% entre os estados.

O mandatário reuniu-se, na manhã dessa sexta-feira, com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e diversos ministros para discutir preço dos combustíveis e formas de reduzi-lo ao consumidor, em especial em decorrência dos impactos no transporte de cargas, que afetam os caminhoneiros. Desde o início do ano, a Petrobras reajustou duas vezes o preço da gasolina e uma vez o preço do diesel. No caso da gasolina, a alta acumulada nas refinarias foi de cerca de 13%, enquanto o óleo diesel teve aumento de 4,4%.

Desde 2016, a Petrobras segue uma política de variação do preço dos combustíveis que acompanha a valorização



Presidente: “Creio que não vá haver nenhum impacto no montante arrecadado pelos governadores”

Presidente também disse que o governo federal não vai interferir nos preços praticados pela Petrobras

do dólar e a cotação do petróleo no mercado internacional. Os reajustes são realizados de forma periódica e, de acordo com Castello Branco, essa é a melhor forma de manter a estabilidade econômica.

“Fazer diferente disso foi desastroso no passado. A Petrobras perdeu US\$ 40 bilhões e os efeitos se espalharam para o restante da economia, contribuiu para piorar a percepção de risco do Brasil, o que tem

reflexo nas taxas de câmbio, juros e inflação e desestimula os investimentos”, disse.

Depois da definição dos preços nas refinarias, na composição final do diesel, por exemplo, cerca de 9% são impostos federais (PIS e Confins) e 14% são de ICMS. Os demais custos, segundo dados da própria Petrobras, são distribuição e revenda (16%), custo do biodiesel (14%) e realização da estatal (47%).

STF começa a julgar imposto zero a revólveres e pistolas importados

ARMAS O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou nessa sexta-feira (5) julgamento sobre resolução do governo Jair Bolsonaro que busca zerar a alíquota sobre importação de revólveres e pistolas. A medida foi publicada em dezembro pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, mas foi suspensa por liminar do ministro Edson Fachin. A decisão foi tomada em uma ação movida pelo PSB.

O julgamento está sendo realizado pelo plenário virtual do Supremo, plataforma virtual onde os ministros depositam seus votos ao longo da semana. O prazo se encerra na próxima sexta-feira (12), e até o momento somente Fachin, que é o relator, publicou seu voto.

Segundo Fachin, a medida anunciada pelo governo tem o potencial de contradizer o direito à vida e o direito à segurança. Em dezembro, ao fixar a liminar suspendendo a resolução, o ministro destacou que não há um "direito irrestrito ao acesso às armas", e que cabe ao Estado garantir a segurança da população.

A resolução publicada pelo governo Bolsonaro integra o rol de medidas que buscam flexibilizar o acesso às armas no país, uma das bandeiras do presidente

FUNDEB TEM VERBA GARANTIDA APENAS ATÉ MARÇO

EDUCAÇÃO O Fundeb corre o risco de ficar sem verba a partir de março por causa do atraso do Congresso Nacional em aprovar o Orçamento de 2021. O governo federal precisa repassar R\$ 14,4 bilhões para o fundo educacional, o que representa 73% da quantidade total do programa para este ano. Os valores destinados ao Fundeb são transferidos a escolas públicas de educação básica em todo o país. Além de ajudar a manter a infraestrutura das instituições de ensino, o fundo auxilia no pagamento dos salários dos professores da rede pública. O fundo se tornou permanente em 2020 por meio de uma emenda à Constituição. Pagamentos da previdência, de funcionários públicos, inclusive militares da ativa e da reserva, e os subsídios à agricultura também podem ser prejudicados.



ENTRE / CARNAVAL

www.correio24horas.com.br



A maior festa de rua do mundo se sustenta em uma gigantesca cadeia que vai do catador de latinhas ao mais rico artista. Os prejuízos causados pela suspensão do Carnaval de Salvador devido à pandemia do novo coronavírus têm um enorme impacto econômico e social. Tomando como base o ano passado, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult) e a Empresa Salvador Turismo (Saltur) estimam que a movimentação econômica ligada à folia pudesse chegar a R\$ 1,8 bilhão em 2021.

O CORREIO ouviu a maior parte dos envolvidos nessa indústria de fazer emprego, renda e alegria. Entre desolação e desespero, a única certeza é de que o Carnaval não é só uma festa, mas representa a sobrevivência de milhares de famílias. Isso porque o período congrega uma rede de setores que movimentam desde empresas de bebidas a fábricas de purpurina. O folião, seja lá de onde ele venha, é um consumidor ativo que compra no ambulante, utiliza meios de transporte, adquire abadás de blocos, frequenta camarotes e usa fantasias e acessórios.

Em torno disso estão costureiras de fábricas, cordeiros e seguranças, músicos e roadies das bandas, donos de imóveis alugados nos circuitos, barraqueiros, motoristas de trio, empresas de banheiro químico. Segundo estimativa da Saltur, cerca de 250 mil pessoas conquistam postos de trabalho – a maioria informal e temporária. Agora imagine tudo isso parado.

Boa parte dessa cadeia é alimentada por visitantes. Segundo pesquisa realizada pela Prefeitura de Salvador, cada turista nacional chega a desembolsar durante o Carnaval R\$ 5,1 mil e um estrangeiro, R\$ 3,7 mil. Já os baianos costumam gastar R\$ 1,8 mil na festa. Os dados foram atualizados com base na pesquisa de análise de perfil dos turistas no Carnaval de 2017, com revisão monetária no ano seguinte e com aplicação de um crescimento de 1,7% em 2020.

MOLA MESTRA

Não dá para esquecer que há muito de verba pública investida na folia também. No Carnaval de 2020, o Governo do Estado injetou R\$ 73 milhões em segurança pública, saúde e patrocínio de blocos e artistas. Já a prefeitura investiu R\$ 60 milhões em estrutura e atrações. Aliás, é preciso reconhecer que esses artistas, junto com os produtores e todos que os cercam, são a mola metra dessa cadeia. Sem eles, não há público e todo o resto.

Com toda essa categoria sem trabalhar nos dias de folia, a Associação Brasileira de Produtores de Eventos da Bahia (Abrape-BA) diz que a indústria do entretenimento entrou em

PREJUÍZO BILIONÁRIO COM IMPACTO SOCIAL

Pandemia Sem Carnaval, R\$ 1,8 bi deixam de circular em Salvador e 250 mil vagas de trabalho são suspensas

• São milhares de pessoas que precisam desses eventos. O Carnaval é só o fechamento de tudo. Pessoas estão passando fome

Marcelo Britto

Presidente da Associação de Produtores de Eventos da Bahia

• Um conjunto de atividades precisa de apoio. Da mesma forma que tem que ser feito para trade turístico, camarotes e blocos, tem que cuidar também do lado mais fraco da corda: costureiras, cordeiros, todos sem trabalho

Paulo Miguez

Economista e pesquisador do Carnaval

colapso. Mais de R\$ 300 milhões deixarão de circular nas produções diretamente ligadas ao Carnaval. Fora ensaios, lavagens, Réveillon e festas de largo que antecedem a festa mor.

“É uma cadeia de centenas de fornecedores, de som, de luz, de trios elétricos e de pessoas que trabalham para eles”, diz Marcelo Britto, presidente da Abrape e um dos sócios da Salvador Produções, que empresaria artistas como Léo Santana, Parangolé e realiza o Bloco Nana Banana.

Mas, bom lembrar, a cadeia é muito mais ampla. “Começa no táxi no aeroporto. Dalí o turista já vai comer um acarajé em Itapuã e segue para o hotel para pegar o abadá”. Aliás, em períodos de Carnaval, a taxa de ocupação nos hotéis vai a 95% em Salvador, chegando a 97% nos estabelecimentos próximos aos circuitos.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), o faturamento das acomodações hoteleiras de Salvador no Carnaval de 2020 foi de R\$ 150 milhões. Sem o Carnaval, este montante terá redução de 80%.

“Carnaval é como um 13º dos hotéis porque é justamente nesta época que o setor acumula rendimentos para conseguir enfrentar os períodos de baixa estação”, afirma Luciano Lopes, presidente da ABIH. É quase a mesma realidade dos bares e restaurantes. Os dados da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel Bahia) mostram que a queda no faturamento pode chegar até 70% em relação ao mesmo período do ano passado.

PIB DA FESTA

O Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon) tem números um pouco abaixo da estimativa da prefeitura – ao transpor dados de um estudo metodológico realizado em 2007 para o ano de 2018, o



Um dos epicentros da tradição carnavalesca: Praça Castro Alves, um dos pontos disputados por 20 mil ambulantes que trabalham na festa

economista Gustavo Pessoti chegou à quantia de R\$ 1,5 bilhão de circulação monetária durante a festa em Salvador.

Ex-diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e atual vice-presidente do Corecon, Pessoti analisou os perfis da população na festa com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da SEI. O Carnaval seria dividido em quatro grandes grupos: os que não brincam na folia e ficam em Salvador (e aproveitam o feriado para consumir), a população anti-Carnaval (que viaja), as pessoas que trabalham no Carnaval (5% da população de Salvador) e as pessoas que brincam.

As perdas financeiras da não realização do Carnaval (R\$ 1,5 bi em 2018) não podem ser chamadas de PIB do Carnaval, que seria o quanto a festa adicionaria de valor na economia. O cálculo dá conta da circulação monetária, ou seja, leva em consideração tudo o que circula em todas as atividades econômicas relacionadas ao Carnaval. Mas, só a título de comparação, o economista buscou o valor do PIB de todos os 417 municípios da Bahia no ano de 2018 – apenas 31 cidades superaram R\$ 1,5 bi.

Outra comparação: o PIB de Salvador em 2018 foi pouco mais de R\$ 63 bilhões. O Carnaval daquele ano, portanto, seria 1,9% do PIB da capital baiana. Parece pouco, mas o curto espaço de tempo revela a importância do Carnaval para a economia. “Isso é gerado em uma semana ou 10 dias. Várias cidades importantes da Bahia têm o PIB menor”.

Doutor em Comunicação e Cultura e um dos maiores pesquisadores da indústria do Carnaval, o economista Paulo Miguez diz que, nas últimas três décadas, a festa produziu uma economia com múltiplos mercados. “São milhares e milhares de pessoas envolvidas. Por isso, o que se chama de PIB da festa é absolutamente sig-





Alexandre Lyrio
 texto
 alexandre.lyrio@redebahia.com.br



Nara Gentil
 foto
 nara.gentil@redebahia.com.br

de confirmação e acreditamos que tudo só será fechado mesmo pós-vacina", garante Maria.

BLOCOS

Presidente da Associação de Blocos Alternativos da Barra e uma das coordenadoras do Conselho Municipal do Carnaval (Comcar), Márcia Mamede diz que os blocos de Carnaval tiveram uma perda de receita "incalculável". Ela não fala em prejuízos porque sequer houve investimentos em trios, artistas e etc. "É uma receita que eu deixo de ganhar. Teria prejuízo se eu tivesse investido em algo para colocar o bloco na rua, mas ao mesmo tempo quantas pessoas eu vou deixar de contratar?".

PERDA TOTAL

A Central do Carnaval, empresa que reúne 30 das entidades mais representativas do Carnaval de Salvador, calcula que, entre blocos e camarotes, os prejuízos podem ficar entre R\$ 80 milhões e R\$ 100 milhões. Isso só a Central. Se contar as mais de 200 entidades carnavalescas, esse prejuízo possivelmente dobra, ou seja, chega perto dos R\$ 200 milhões. "Nosso negócio é perda total! Não tem alternativa", lamenta Tinho Albuquerque, sócio da Central.

"Nosso negócio", no caso, é a venda de abadás. E elas estagnaram desde que a pandemia mostrou que iria se prolongar. Tinho explica que os foliões que pagaram por abadás de blocos e camarotes para o Carnaval 2021 tiveram a possibilidade de receber o dinheiro de volta. "Mas muita gente preferiu já deixar pago o Carnaval de 2022". Foi o que fez o paraibano Pedro Nonato da Silva, que gastou R\$ 1,6 mil em abadás, um deles do Camaleão. Pedro só não conseguiu ainda remarcar as passagens aéreas. Ele parece sentir mais a falta do Carnaval do que do próprio dinheiro. "Estou sentindo uma sensação de que está faltando alguma coisa no mês que está por vir".

A única ação da Central do Carnaval este ano vai ser a live de Bell Marques, espécie de artista oficial da Central. No dia 14 de fevereiro, domingo de Carnaval, no mesmo horário em que o Camaleão sairá do Farol da Barra em direção à Ondina. Bell vai fazer uma transmissão ao vivo pelas redes sociais e YouTube diretamente do Forte de São Marcelo. "O que nós estamos captando de patrocínio da live é basicamente para cobrir os custos de operação", explica.

Abatido com o cancelamento da festa, Tinho lembra que o Carnaval envolve boa parte da população, inclusive os que não gostam de Carnaval. "Os blocos e camarotes são só a ponta do iceberg. A dimensão econômica do Carnaval é gigantesca. São milhares de famílias prejudicadas. E você não vai recuperar isso nunca. Esse dinheiro não vai voltar".

CORDEIROS E AMBULANTES PEDEM SOCORRO

Como se sabe, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. No caso do Carnaval de Salvador, essa máxima é quase literal. Isso porque, ao lado dos ambulantes, os cordeiros dos blocos esse ano não vão ter o dinheiro extra que faz toda a diferença no sustento em casa. No caso dos ambulantes, os ganhos com as festas populares e o Carnaval acabam sendo o sustento do resto do ano inteiro, explica Ralida Nascimento de Carvalho, presidente da Associação de Baraqueiros de Festas Populares do Estado da Bahia (Abfest), que também é presidente da Associação de Ambulantes.

Segundo Ralida, que tem uma cadeira no Conselho Municipal do Carnaval (Comcar), os ambulantes e baraqueiros representam 75% da economia de bebidas e alimentos do Carnaval. São quase 20 mil ambulantes nas ruas, calcula, sendo que 5 mil são credenciados. Além deles, há 540 baraqueiros trabalhando não só durante o Carnaval, mas também em micaretas de interior, festas populares e lavagens. Já os cordeiros são cerca de 15 mil durante a folia. "A cadeia de emprego temporário informal foi pega com as calças na mão. O sentimento é de desespero", afirma Matias Santos, presidente do Sindicato dos Cordeiros da Bahia (Sindicordia).

Um cordeiro recebe R\$ 52 de diária no Carnaval, diz Matias. "Pode parecer pouco, mas é um dinheiro extra que todos esperam o ano inteiro". Os ambulantes e baraqueiros faturam mais e, por isso, muitos vivem ao longo de meses graças aos isopores e estruturas que montam nas festas populares, lavagens e portas de ensaios. No Carnaval, um ambulante chega a ganhar R\$ 4 mil e um baraqueiro R\$ 10 mil. Este ano, desde a festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia, que em dezembro abre o ciclo de festas populares até o Carnaval, ninguém fatura nada.

A Secretaria Municipal da Ordem Pública (Semop) informou que os 5 mil ambulantes e baraqueiros credenciados estão recebendo auxílio de R\$ 270 da prefeitura.

O Sindicordia tenta fazer algumas ações para minimizar a situação precária de alguns associados. "Estamos tentando distribuir cestas básicas para as famílias", Matias diz que os blocos não têm muito o que fazer para ajuda-los. "A gente não tem o que pedir ao bloco. É uma cadeia econômica. O bloco precisa dos patrocinadores e associados. O que vou cobrar deles?".

nificativo para a vida econômica da cidade", confirma Miguez, que cobra das autoridades políticas que mantenham vivos esses setores.

Miguez chama a atenção para a necessidade de se criar ferramentas de financiamento para todos da cadeia, começando pelos mais fracos. "Se, por exemplo, o setor agropecuário tem financiamentos e benefícios fiscais para compensar colheitas ruins, a economia da festa também precisa de ferramentas dessa natureza", compara o mestre em Administração.

IMÓVEIS

O Carnaval mexe com os mais diversos mercados. O imobiliário, por exemplo, está vendo os alugueiros de imóveis por temporada amargar uma queda drástica - cerca de 500 casas e apartamentos deixaram de ser alugados, um prejuízo de R\$ 2,5 milhões. Os dados são do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci-BA). Em média, cada imóvel é alugado por R\$ 5 mil. Muitos deles continuam com as placas de "aluga-se temporada" ou "aluga-se Carnaval" nas janelas. "O faturamento aumentava muito. Muito proprietário alugava apenas durante o Carnaval e ficava o resto do ano pagando o condomínio e o IPTU", explica José Alberto de Vasconcelos, diretor do Creci-BA.

Logo após o Carnaval 2020, a paulista Maria Queiroga, que passa o Carnaval em Salvador há 15 anos, iniciou as negociações para o aluguel de um imóvel na Orla da Barra. "Veio a pandemia e todo planejamento foi suspenso. Algumas pessoas já haviam iniciado os pagamentos da estadia e a compra de abadás", conta Maria. Segundo o proprietário do imóvel, o baiano Luis Magno, o valor do aluguel sai por R\$ 30 mil.

"Algo no Carnaval há mais de 20 anos", ressigna-se Luis, que devolveu o dinheiro a quem tinha pago. Mas, as tratativas para 2022 já estão adiantadas. "Já alugamos para 2022 com a pendência

854 MIL

Turistas vieram a Salvador no último Carnaval - 435,8 mil do interior da Bahia, 331,5 mil de outros estados e 86,2 mil eram estrangeiros

1,8 BILHÃO

De reais Estimativa de movimentação econômica ligada à folia em 2021, segundo cálculos da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult) e a Empresa Salvador Turismo (Saltur)

95%

Taxa de ocupação dos hotéis em períodos de Carnaval em Salvador, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH). Faturamento da rede hoteleira da capital baiana no Carnaval de 2020 foi de R\$ 150 milhões



ECONOMIA

Publicado em 08/02/2021 às 10h48.

Mercado financeiro aumenta projeção da inflação para 3,60%

Previsão para a cotação do dólar permanece em R\$ 5,01 ao fim deste ano

Agência Brasil



Foto: Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

Por Andreia Verdélio

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – a inflação oficial do país) deste ano subiu de 3,53% para 3,60%. A estimativa está no boletim Focus desta segunda-feira (8), pesquisa divulgada semanalmente em Brasília, pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,49%. As previsões para 2023 e 2024 são de 3,25%. O cálculo para 2021 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior, 5,25%.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 07/02/2021	



Bahia recebe mais de 186 mil vacinas contra a Covid-19 neste sábado

7 fevereiro 2021



A Bahia recebeu na noite deste sábado (6), 186.200 novas doses da vacina contra o coronavírus (Covid-19). O carregamento de Coronavac chegou às 21h30 no Aeroporto Internacional de Salvador.

Com a utilização de dez aeronaves do Governo da Bahia, a expectativa é que em até 24 horas todos os 417 municípios tenham recebido novas doses e inicie já na próxima segunda-feira (8), a vacinação de idosos acima de 80 anos.

Mais de 736 mil doses

Essa é a quarta remessa de vacinas que chega à Bahia. Com a carga deste sábado (6), a Bahia totaliza 736.900 doses recebidas, entre Coronavac Oxford, desde o dia 18 de janeiro, quando chegou a primeira remessa.

Vacinados na Bahia

O total de vacinados no estado já supera os 280 mil baianos, sendo o segundo do Brasil em número de imunizados. Para acompanhar o avanço da imunização, acesse bi.saude.ba.gov.br/vacinacao/.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 05/02/2021	



Três novos grupos investidores conhecem Polo Agroindustrial no Médio São Francisco

5 fevereiro 2021



Foto: SDE

Representantes de três grupos investidores estiveram no Médio São Francisco baiano, nesta sexta-feira (5), para conhecer o avanço do Polo Agroindustrial e Bioenergético, projeto que busca tornar a região uma nova fronteira agrícola do estado. Conduzida pelo vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico, a comitiva de negócios foi composta por executivos do Grupo Campo, Vision Brazil Investments e Marfrig.

“Os investidores se encantaram com o que viram. Essa região é promissora. O Governo fez o planejamento de ação, está viabilizando a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das agroindústrias, como a ponte Barra-Xique-Xique, atraindo novos investimentos e incentivando os empresários que já estão se instalando. Já temos uma usina de cana de açúcar em implantação, outros seis projetos de grãos e pecuária, assinamos protocolo com outra usina sucroalcooleira e temos certeza que essa região vai crescer”, diz Leão.

A comitiva esteve na Fazenda Serpasa, do Grupo Paranhos, em Muquém do São Francisco, que já gera 900 empregos diretos e 3 mil indiretos e estima iniciar a moagem de cana até o final do primeiro semestre. Depois, seguiu para Barra, onde visitou a Euroeste, empreendimento agropecuário de 4,8 mil hectares, a implantação da Fazenda Escola Modelo e as obras da ponte sobre o Rio São Francisco.

Fonte: Ascom/SDE

Veículo: Gov Bahia	
Data: 05/02/2021	



Governo da Bahia e Embaixada da Índia dialogam para atração de investimentos ao estado

5 fevereiro 2021

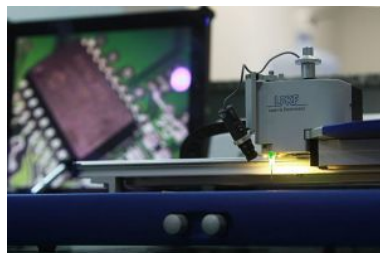


Foto: Carol Garcia/Arquivo GOVBA

Com o objetivo de apresentar as potencialidades e o interesse da Bahia em desenvolver parcerias estratégicas na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e CTI, representantes da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) estiveram em reunião virtual com o Embaixador da Índia no Brasil, Sr. Suresh Reddy, nesta quinta-feira (4), junto com as secretarias de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e a Assessoria Internacional do Governo do Estado. Na ocasião, foram debatidas as melhores formas para construir projetos que possam gerar ganhos econômicos de ambos os lados.

De acordo com a chefe de Gabinete da Secti, Mara Souza, que esteve presente no encontro, os próximos passos após esta reunião incluem iniciar diálogo com as empresas indianas da área de TIC em um evento que deve ocorrer ainda em fevereiro. “Esta ação faz parte da nossa busca constante de novos investimentos para a Bahia. Estamos discutindo tanto a atração de empresas de tecnologia da informação e comunicação para o território baiano, quanto outros projetos de parceria conjunta entre nosso Estado e a Índia”, declarou.

Identificar territórios estratégicos no país asiático, onde seja possível estabelecer áreas de cooperação no setor de CTI, também está nos planos da Secti. Para a secretária da pasta, Adélia Pinheiro, esse intercâmbio pode dar origem a ações que beneficiem diretamente o Ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. “Futuramente, podemos desenvolver ações relativas a parques tecnológicos, a internacionalização das universidades estaduais com as indianas, a troca de experiências relacionadas a políticas públicas de CTI, intercâmbio de startups vinculadas e a discussão sobre formas de atrair empresas para se instalarem no estado, especialmente no Polo de Informática de Ilhéus”, afirmou.

Além da discussão para parcerias, a relação diplomática também serve para colaborar com a aproximação da Secti junto à empresa indiana na área química, que em breve deve chegar à Bahia, conforme anunciado pelo governador Rui Costa. “Estamos trabalhando para que esta empresa possa articular com as nossas universidades que atuam na área de plantas medicinais e na produção de fármacos fitoterápicos”, concluiu Adélia.

Também presente na reunião, o superintendente de Atração de Investimentos e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da SDE, Paulo Guimarães, avalia que essa aproximação fundamental para a economia baiana, uma vez que trará novo fôlego para o desenvolvimento de tecnologias digitais, essenciais tanto para a indústria, que precisa dar o salto tecnológico da indústria 4.0, quanto para as áreas de comércio e serviços, nas quais as tecnologias digitais serão ainda mais importantes no mundo pós-pandemia”.

Fonte: Ascom/Secti

Veículo: Gov Bahia	
Data: 05/02/2021	



Grupo Focus vai investir R\$ 2,2 bi na construção de complexo fotovoltaico em Juazeiro

5 fevereiro 2021



O grupo Focus Energia anunciou a implantação de um parque solar em Juazeiro, na Bahia, durante assinatura de protocolo de intenções com o Governo do Estado, na sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), na última quarta-feira (3). Serão investidos R\$ 2,2 bilhões na construção das centrais fotovoltaicas Futura, com capacidade instalada de produção de aproximadamente 2 Gigawatts (GW)/ano. De acordo com a empresa, na fase de construção dos parques serão gerados 2 mil empregos diretos e 9 mil indiretos, além de 25 diretos na fase de operação.

“Mais um protocolo de intenções, mais de R\$ 2 bilhões que assinamos agora com a Focus, uma grande empresa de venda de energia, que está migrando de hidrelétricas para energias renováveis. Esse complexo vai se somar aos demais em operação que já fazem da Bahia líder nacional no setor”, comemora o secretário João Leão.

De acordo com Alexandre Oliveira, diretor da Focus Energia, a previsão é que a construção das centrais fotovoltaicas inicie em dois meses. A previsão é que os parques iniciem a operação comercial no final do primeiro semestre de 2022 e esteja 100% operacional no início de 2023. “Usinas solares já estão sendo instaladas no Brasil, mas na Bahia temos um marco importante por ter um dos melhores potenciais solarimétricos do Brasil, com usinas de grande porte”, afirma.

Fonte: Ascom/ SDE

Tribuna

PONTO DE VISTA

Leonel Siqueira

2021: para efeitos tributários, pandemia ficou no ano passado

O ritmo com que o ano 2021 sugere que, do ponto de vista fiscal,

a pandemia já passou, uma vez que, além de não contarmos com grandes incentivos relacionados a pacotes emergenciais, pelo menos por enquanto, precisamos adaptar nosso planejamento orçamentário ao aumento expressivo na carga tributária atual.

Vamos aos números. Nosso país encerrou o ano de 2020 com o índice inédi-

to de queda de 17,85% na arrecadação tributária em relação ao período anterior, de acordo com o acompanhamento realizado pelo Impostômetro. Essa redução está diretamente relacionada com a crise instaurada pela pandemia, que impactou todas as verticais do mercado e, consequentemente, o poder aquisitivo dos cidadãos.

Apenas em janeiro, mês tradicionalmente mais fraco no comércio por conta das férias e de compromissos como o IPVA e IPTU, iniciamos os trabalhos com a

formalização do pacote de ajustes fiscais previsto pelo governo estadual para mitigar o déficit de R\$10,4 bilhões cofres públicos, o qual focou justamente na suspensão de subsídios tributários de ICMS para categorias sensíveis à sociedade, como os itens da cesta básica e de saúde, além de não-essenciais, como carros novos e usados, gerando uma onda de protestos de diversas entidades representativas desses setores.

Como já sabemos, o aumento da tributação sobre itens essenciais de consumo vai pesar mais no bolso dos contribuintes que possuem menos recursos, que já amargam o aumento recorde de 4,52% da inflação impulsionada pela disparada no valor dos alimentos. Não vai sobrar dinheiro para esbanjar e,

consequentemente, a retomada dos negócios para esse ano poderá ser lenta.

Com o aumento de tributos indiretos sobre o consumo como PIS, COFINS e ICMS, podemos projetar o impacto também em uma categoria importante do início do ano: os materiais escolares, cuja tributação chega a dobrar o valor final de itens básicos como caneta, cola e apontador.

No caso das novas regras para aplicação do ICMS, destacamos a criação do complemento para determinadas alíquotas internas menores que a alíquota padrão, a diminuição do percentual de redução da base de cálculo e a inovação da isenção parcial que antes, era integral, para a qual ainda não consta nenhum campo específico nos documentos eletrônicos

em nas escriturações digitais do SPED. Na prática, funciona da mesma forma que a redução, constituindo, entretanto, numa nova categoria de ajuste.

Ainda que não haja muitos horizontes de redução na carga tributária para esse ano, vale lembrar sobre as propostas de reforma na legislação tributária. Acredito que tanto a CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços), quanto a PEC 45 têm boas chances de serem sancionadas e, ainda que no caso da CBS ocorra um aumento na carga tributária para alguns setores, ao menos ambas simplificarão os processos de tributação existentes, economizando o expediente das empresas dedicado à essa atividade.

Diante desse cenário, a recomendação para as em-

presas é redobrar a atenção sobre as mudanças nos cálculos tributários e nas escriturações digitais a serem entregues ao Fisco, considerando os novos parâmetros do ICMS, decorrentes dos ajustes fiscais do Estado de São Paulo, uma tarefa complexa, mas indispensável diante do alto custo de inconformidade.

Para isso, é fundamental que as empresas contem com o apoio de soluções tecnológicas para se manterem atualizadas com as movimentações do setor fiscal. Isso porque, apesar de possuímos um dos sistemas de fiscalização digital mais evoluídos do planeta, nossa complexa legislação ainda joga a favor do aumento do custo Brasil.

Leonel Siqueira, gerente tributário da Synchro

Tribuna

Novo auxílio emergencial só viria com calamidade

Extensão do auxílio seria mais “focalizada” e atenderia 32 milhões de brasileiros

WELLTON MÁXIMO - REPÓRTER
DA AGENCIA BRASIL -
BRASILIA

Uma eventual nova rodada do auxílio emergencial deve estar dentro do orçamento e ser acionada apenas em caso de nova calamidade pública, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele reuniu-se à noite com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Segundo o ministro, a extensão do auxílio seria mais “focalizada” e atenderia 32 milhões de brasileiros, pouco menos da metade dos 67,9 milhões de pessoas que receberam o benefício em 2020.

Para chegar à estimativa de 32 milhões de pessoas, Guedes explicou que uma nova versão do auxílio emergencial não abrangeria os inscritos no Bolsa Família e se concentraria apenas na população não atendida por

nenhum programa social. O ministro ressaltou que a recriação do auxílio deverá ter previsões de recursos no orçamento, com o remanejamento de outras despesas e com a ativação do estado de calamidade.

“É possível. Nós temos como orçar isso, desde que seja dentro de um novo marco fiscal. Se o Congresso aciona o estado de calamidade, temos condição de reagir rapidamente.

Mas é muito importante que seja dentro de um quadro de recuperação das finanças. Estamos preparados para fazer as coisas dentro das proporções”, declarou Guedes.

Ao lado de Guedes na saída da reunião, Pacheco disse que foi ao Ministério da Economia expressar “formalmente” à equipe econômica a preocupação dos parlamentares com o fim do auxílio emergencial. “A pandemia continua, e agora eu vim ao ministro da Economia exter-



nar o que é uma preocupação do Congresso Nacional”, disse.

Ao comentar que a retomada do auxílio emergencial é importante, Pacheco disse ter se antecipado à reunião do colégio de líderes, ao discutir a questão com Gue-

des.

O senador, no entanto, ressaltou que a recriação do benefício deve ser discutida observando as regras fiscais. “Obviamente com cautela, com prudência, com observância de critérios, para evitar que as coisas piores”,

afirmou.

REFORMAS

Sobre o cronograma de votação das reformas econômicas, o presidente do Senado reiterou que pretende concluir a reforma tributária em 2021, aproveitando as

propostas em tramitação no Congresso, sem impor um novo texto. O Ministério da Economia poderá contribuir com sugestões na comissão especial.

Além da reforma tributária, Pacheco listou, como prioridades, as propostas de emenda à Constituição (PECs) do pacto federativo, emergencial e da desvinculação dos fundos públicos. A cláusula de ca-

lamidade, que permitiria a recriação do auxílio emergencial, seria incluída na primeira PEC, do pacto federativo, sendo acionada pelo Congresso e discutida no Conselho Fiscal da República que seria criado pela proposta.

Bolsonaro pressiona estados e se adianta à reforma tributária

Em coletiva à imprensa, nesta sexta-feira (05/02), no Palácio do Planalto, ao lado de ministros, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse que não irá interferir na política de preços da Petrobras.

No entanto, o presidente afirmou o governo vai se adiantar à reforma tributária com a redução do imposto federal PIS/Cofins -, com envio de um projeto para o Congresso -, e reiterou a necessida-

de de contar com a colaboração dos estados, com a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

De acordo com Paulo Guedes, os aumentos reiterados dos combustíveis podem ser barrados com a colaboração dos estados, e, também, com a iniciativa do governo em desonerar o PIS/Cofins, tributo que também incide sobre o preço final dos combustíveis.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Também de acordo com Guedes, o governo federal, com esse projeto do PIS/Cofins, o governo sinaliza que não irá esperar a tramitação da reforma tributária no Congresso.

Sem entrar em detalhes, Guedes anunciou que o governo estuda a redução do imposto federal, que, conforme informou, aumenta em R\$ 0,35 o valor do litro do

combustível. “Hoje em dia o PIS/Cofins incide sobre o combustível, isso é tributação. Não pode isso”, reclamou Bolsonaro.

O ministro da Economia disse também que essa desoneração precisa ser bem calculada por significar perda de receita da ordem R\$ 575 milhões para cada um centavo desonerado no preço final – e que dependerá também da retomada da economia.

O ministro da Economia lembrou que o programa de governo do então candidato Jair Bolsonaro, batizado de “A Caminho da Prosperidade”, já destacava que “o peso do estado é demasiado, com excesso de impostos”. Guedes disse que antes de o Congresso aprovar a reforma tributária, o governo vai anunciar algumas medidas para diminuir impostos. “Para tirar o estado do cangote do brasileiro”, afirmou o

ministro, que, em contrapartida, afirmou também que o governo vive um dilema, como diminuir os impostos sem aumentar o déficit fiscal.

Segundo ele, a equação está sendo estuda pelo governo, que “tem implicações jurídicas”, para diminuir na bomba o preço dos combustíveis para os caminhoneiros, que, por outro lado, ameaçam o governo com greves na medida da alta dos preços dos combustíveis.

Tribuna

Setor turístico diz que retomada será lenta

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Apesar do cancelamento da festa do carnaval em toda a Bahia, os bancos não funcionarão durante o período e a maioria das escolas também vai manter o recesso. Porém, o aumento da curva da Covid-19 não anima as pessoas a procurarem hotéis e fazer turismo. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH), a taxa de ocupação dos hotéis em 2020 foi de 95%, enquanto que a expectativa para 2021 está em torno de 60% a 65%.

Segundo o presidente da entidade, Luciano Lopes, "carnaval é como um 13º dos hotéis porque é justamente nesta época que o setor acumula rendimentos para conseguir enfrentar os períodos de baixa estação, que ocorrem entre os meses de março a junho. O faturamento do Carnaval de 2020 dos hotéis de Salvador foi de R \$150 milhões. Sem o carnaval deste ano, este faturamento terá uma redução de 80%".

Luciano ainda relata que a taxa de ocupação dos hotéis em 2020 foi de 95%, enquanto que a expectativa para 2021 está em torno de 60 a 65%. Além disso, destaca que,

"o faturamento no período de Carnaval representa em torno de 11% do faturamento anual dos hotéis".

Sobre uma carnaval fora de época Luciano argumenta que não terá o mesmo faturamento do Carnaval no início do ano, porque mudaria o período e não teria a mesma força do turismo durante no verão.

A Prefeitura de Salvador, aponta que a festa proporciona a abertura de cerca de 215 mil postos de trabalho temporário e gira aproximadamente R \$1,8 bilhão para a economia da cidade, em setores como hospedagem, alimentação e serviços.

Ângela Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens da Bahia, não esconde a decepção do feriado não ter sido manti-

do, "esperávamos que o feriado fosse mantido porque teríamos mais movimento no setor de turismo. Mas, infelizmente, com o cancelamento do feriado e do ponto facultativo, houve uma retração nas reservas que nesse momento ainda estão muito longe de uma retomada significativa para o setor".

Geraldo Guedes de Santana Filho, diretor operacional da Foccus Turismo garante que no momento ninguém está procurando pacotes e viagens, "muito pouco movimento e com o cancelamento do feriado por parte da Prefeitura de Salvador e do Estado a situação piorou. ficou pior. As pessoas desistiram das compras e com isso estamos mais focados nas viagens corporativas."

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 013/2021

O Município de Vitória da Conquista – BA realizará pregão do tipo menor preço por lote, objetivando Contratação futura de empresa especializada no fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (BACON, BOLO, CARNES, IOGURTE, MORTADELA, PÃES, PRESUNTO, QUEIJO, RAPADURA E SALSICHA) a serem utilizados nos serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, setores ligados à Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Ata com vigência de 12 (doze) meses. Sessão pública on-line através do site www.licitacoes-e.com.br no qual encontra-se o edital completo ou www.pmvc.com.br no link "Processos Licitação". Início a sessão: 23/02/2021 às 14h30min, horário oficial de Brasília/ DF. Informações: (77) 3424-8515. Pregoeiro responsável: Eibert Cleber de Santana Monteiro. Kairan Rocha Figueiredo-Secretário Municipal de Administração.

REC 2017

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 - (Em milhares de reais)		
	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	311.220,19	311.122,91
Circulante	13.299	16.668
Caixa e equivalentes de caixa	8.418	5.822
Contas a receber	5.312	4.555
Outros créditos	594	8
Impostos a recuperar	602	15
Outros	333	-
Não Circulante	275.985	293.54
Outros	857	8
Contas a receber	274.935	293.419
Propriedades para investimentos	274.935	293.419
Total do Ativo	289.184	284.19
Passivo	311.122,619	311.122,91
Circulante	17.885	18.388
Contas a pagar	3.829	5.47
Empréstimos e financiamentos	8.334	5.885
Impostos e contribuições	306	76
Imposto de renda e contribuição social	1.688	1.33
Outras obrigações	0	1
Dívidas obrigatórias a pagar	3.057	1.50
Reserva de lucros	60	8
Não Circulante	122.889	88.78
Empréstimos e financiamentos	117.830	77.87
Reserva de lucros	688	21
Impostos e contribuições diferidos	137	31
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.197	2.89
Provisão para contingências	37	1
Patrimônio Líquido	289.184	284.19
Capital social	139.376	139.376
Reserva legal	643	311
Reserva de lucros	9.172	4.50
Total do Patrimônio Líquido	149.190	164.37

Demonstrações das Mut

Exercícios findos em 31 Dezembro:

	Capital Social
Constituição em 23 de janeiro de 2017	139.376
Adeiantamento para futuro aumento de capital	-
Lucro líquido do período	-
Reserva legal	-
Dividendos	-
Reserva de lucros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	139.376
Adeiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	169.595
Lucro líquido do exercício	-
Perda de crédito esperada - adção inicial do CPC 48	-
Reserva legal	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-
Reserva de lucros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	169.595
Adeiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	24.820
Redução de capital	(45.000)
Lucro líquido do exercício	-
Reserva legal	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-
Reserva de lucros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	139.376

Bruno Sampaio Greve - Diretor

As Demon
do Relatório dos A

REGIÃO SUCURSAL CHAPADA

Por Cristina Villarino

Em Boninal, Rui entrega recuperação de 196 quilômetros da BA-148 e novo Ponto SAC

A obra de recuperação de 196 quilômetros da BA-148, que corta parte da Chapada Diamantina, foi inaugurada na manhã desta quinta-feira (4), durante agenda cumprida pelo governador Rui Costa no município de Boninal. Além da estrada, também foi entregue à população um Ponto do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

"Vimos fazer entregas importantes, como esta da estrada, uma obra que contou com um investimento de mais de R\$ 70 milhões. É bom destacar que a Bahia segue sendo o segundo estado brasileiro em investimentos, e vamos continuar trabalhando", afirmou o governador.

Partindo do entroncamento com a BR-242, passando por Boninal, Piatã e Abaíra, até chegar à cidade de Rio de Contas, a intervenção recuperou exatos 196,18 quilômetros. Coordenada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), a obra contou com um investimento de R\$ 73 milhões.

PONTO SAC

Fruto da cooperação entre a Prefeitura de Boninal e a Secretaria de Administração do Estado (Saeb), o Ponto SAC vai ofertar serviços como emissão de Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Antecedentes Criminais.

Rui entrega obra de rodovia e outros investimentos em Piatã

Na segunda agenda desta quinta-feira (4), na região da Chapada Diamantina, o governador Rui Costa esteve em Piatã para a entrega de obras de infraestrutura e equipamentos agrícolas. Na ocasião, foi inaugurada a requalificação da BA-148 no trecho de Entroncamento BR-242 (Seabra)/Boninal/Piatã/Abaira.

A obra, realizada em 196 quilômetros, recebeu um investimento total de mais de R\$ 73 milhões. Entre o município de Piatã e o Entroncamento da BR-242 são mais de 90 quilômetros de estrada totalmente requalificada. A pavimentação da rodovia beneficia mais de 223 mil habitantes da região.

Risco ambiental do governo Bolsonaro freia avanço do Brasil na OCDE

País poderia ser aprovado em comitê que trata do tema, mas discussão foi suspensa após questionamento da ONG Human Rights Watch

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O comitê de política ambiental da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) cancelou a discussão sobre o upgrade do status do Brasil no órgão, que aconteceria na semana que vem.

O Brasil, que atua como convidado no comitê, reivindica o status de participante, que abriria caminho para acelerar o processo de adesão aos instrumentos ambientais da instituição, parte obrigatória do processo de acesso ao órgão.

A entrada na OCDE, uma espécie de clube dos países ricos, é uma das maiores prioridades da política externa do governo Bolsonaro. Na visão do governo, seria uma maneira de aumentar a confiança no país e atrair mais investimentos.

Em documento obtido pela Folha, o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, havia recomendado que, durante a reunião do dia 9, os membros aprovassem o upgrade do Brasil e a aceleração da adesão aos instrumentos. Ele afirmava que o país cumpria os critérios para se tornar participante e havia demonstrado disposição de colaborar com o comitê.

"O Brasil tem demonstrado disposição para cooperar com o comitê e contribuir para seu trabalho... compartilhando dados ambientais e melhores práticas", diz o documento do secretário-geral.

No entanto, após todos os membros do comitê receberem uma carta da ONG de direitos humanos Human Rights Watch com denúncias sobre política ambiental de Bolsonaro, o Brasil foi removido da agenda da reunião do dia 9. Agora, o encontro discutirá apenas o pedido de upgrade da Bulgária, outro país que tenta entrar na OCDE.

"É extraordinário o secretário eliminar o tema da agenda dessa maneira, é um sinal claro de que as desastrosas políticas ambientais de Bolsonaro estão se tornando um obstáculo para a entrada do Brasil na OCDE", diz Daniel Wilkinson, diretor da área de Meio Ambiente e Direitos Humanos da Human Rights Watch.

"O Brasil estava claramen-

te querendo usar esse comitê para fortalecer sua candidatura à OCDE, mas essa tentativa parece ter saído pela culatra."

Procurado pela Folha, o Itamaraty enviou nota dizendo: "O Brasil segue aguardando uma posição dos membros do EPOC (sigla do comitê em inglês) em relação às referidas solicitações, que requerem exame amplo dos membros do comitê em suas reuniões regulares".

O ministério afirmou também que "o governo brasileiro continua a participar ativamente, como convidado, das atividades do comitê", onde "tem contribuído para os debates e apresentado suas políticas na área".

Para ser aceito como membro, além de apoio político dos integrantes da OCDE, o Brasil precisa aderir a uma série de instrumentos (regras) em várias áreas. O comitê que não deu upgrade ao Brasil é o que avalia se o Brasil está cumprindo instrumentos ambientais.

"O Ministério das Relações Exteriores entende que a participação plena no comitê permitirá maior interação e troca de experiências acerca de questões e de políticas ambientais, contribuindo para o aprimoramento das ações brasileiras na matéria mediante diálogo com todos os membros da OCDE, com base em análises e evidências empíricas. O Itamaraty tem acompanhado o processo de adesão do Brasil a 37 instrumentos ambientais da organização".

A assessoria da OCDE foi procurada pela Folha por telefone e e-mail, disse que iria mandar um comentário, mas não o havia enviado até a conclusão deste texto.

Na carta enviada aos membros do comitê da OCDE, a Human Rights Watch afirma que os "impactos das políticas desastrosas do presidente Jair Bolsonaro para a Amazônia" deveriam desqualificar o Brasil para um upgrade.

"Se os Estados-membros da OCDE elevarem o status do Brasil no comitê ambiental enquanto o governo Bolsonaro despreza os princípios do comitê de forma tão escancarada, isso irá minar a credibilidade do comprometimento do órgão com esses princípios."

O Brasil já fora barrado antes. Ao longo de 2019, o Brasil solicitou a elevação de seu status, de convidado para participante, no comitê de política ambiental da OCDE e reiterou interesse em aderir a 37 instrumentos da área ambiental.

Em reunião de 27 de setembro de 2019, em que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, apresentou as políticas de sua pasta, os membros do comitê não chegaram a um consenso sobre o upgrade e adiaram a decisão — na prática, negando o upgrade.

Na reunião, realizada pouco depois da onda de incêndios na Amazônia que causou rixas entre o presidente da França, Emmanuel Macron, e Bolsonaro, alguns membros barraram o upgrade do Brasil por causa do aumento no desmatamento e da "falta de monitoramento efetivo e de aplicação de penalidades por parte do governo".

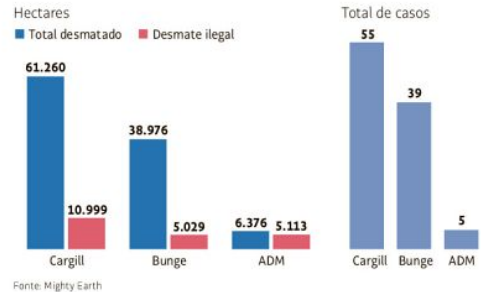
"Outros demonstraram preocupação com o comprometimento político do Brasil", diz o documento obtido pela Folha.

Uma nova reunião foi marcada para abril de 2022, para que os membros pudessem avaliar os avanços do Brasil nos pontos problemáticos da agenda ambiental e reconsiderar o veto. No entanto, por causa da pandemia, essa reunião foi adiada para 9 de fevereiro de 2021. Agora, mais uma vez, os membros do comitê adiaram a avaliação, na prática, negando.

O governo Bolsonaro tem embarcado em uma ofensiva de relações públicas para corrigir o que considera uma imagem distorcida no exterior sob as políticas ambientais. Estão entre as iniciativas a divulgação de dados positivos em relação à Amazônia e campanhas de marketing no exterior.

O fato de a OCDE nem sequer conseguir discutir a entrada do Brasil como participante do comitê ambiental é constrangedor; em vez de tentar embelezar (greenwash) seu histórico ambiental desastrosos, o governo precisa começar a mostrar resultados reais na proteção das florestas e dos defensores do ambiente", diz Maria Laura Canineu, diretora da Human Rights Watch no Brasil.

Plantio de soja em áreas de desmatamento no Cerrado e na Amazônia



Fundo nórdico exclui gigantes do agro por desmatamento no país

Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO O desmatamento no Brasil levou o escandinavo Danske Bank, que administra € 237 bilhões (R\$ 1,53 trilhão), a excluir de dois dos seus fundos a Cargill, a Bunge e a ADM, três gigantes que operam o comércio internacional de produtos agrícolas, com destaque para a soja.

"O Danske Invest & Danica mantém restrições de investimento para Cargill, ADM e Bunge relacionadas ao desmatamento no Brasil", disse à Folha o diretor de investimento sustentável do Danske Bank, Erik Eliasson.

"Apesar dos compromissos das empresas [com políticas de proteção ambiental], a taxa anual de desmatamento das florestas tropicais da Amazônia continua em um ritmo alarmante", afirmou o diretor do segundo maior gestor de ativo escandinavo.

Procuradas, as tradings citaram políticas de monitoramento da cadeia e compromissos como a moratória da soja.

"Dados divulgados pela agência espacial brasileira, o Inpe, em novembro de 2020 indicaram que o desmatamento atingiu seu nível mais alto desde 2008; e 2020 constituiu um dos piores anos em mais de uma década em termos de hectares de terra desmatada".

A exclusão das três multas consta em uma lista de restrição de investimentos do fundo publicada em setembro de 2020, quando o Brasil enfrentava nova alta nas queimadas na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal.

"Existem questões estruturais e políticas no Brasil quando se trata da proteção das florestas tropicais amazônicas", afirmou Eliasson, com ressalvas às políticas ambientais das empresas.

"Até que haja uma agenda política mais forte e planos de ação e compromissos concretos para proteger as florestas tropicais, as empresas que compram na região provavelmente estarão expostas e contribuindo para o desmatamento das florestas, independentemente de quão fortes práticas de manejo possam ter. Por sua vez, essas empresas podem ser afetadas por graves riscos de reputação e diminuição da demanda do consumidor".

Três iniciativas de monitoramento ambiental de cadeias globais de commodities destacam as relações das três empresas com áreas desmatadas e queimadas no Brasil.

Em setembro, a ONG americana Mighty Earth compilou ranking dos principais comerciantes de soja e apontou que Bunge e Cargill são as piores infratoras por altos riscos de desmatamento nas cadeias de abastecimento.

"Independentemente dos problemas em todas as cadeias de abastecimento, é claro que a Bunge e a Cargill se destacam do resto em termos de políticas fracas de sustentabilidade da soja, monitoramento, relatórios e divulgação insuficientes, áreas de abastecimento de alto risco e, o mais importante, os grandes volumes de liberação dentro de suas cadeias de abastecimento", diz o relatório da Mighty Earth, que passou a monitorar as cadeias.

Em Mato Grosso, o maior produtor de soja do Brasil, Bunge e Cargill são as empresas mais expostas a risco de desmatamento entre os negociadores da commodity que exportam para a China. No caso da exportação para a União Europeia, a ADM também aparece entre as mais expostas. A análise foi publicada pela iniciativa Trase em junho de 2020, a partir de dados de 2018.

MATCH DA SAÚDE

Ele avalia sua dieta, examina seu histórico familiar e aponta seu risco de ter um infarto. Só não vai malhar por você.

Chegou o **Match da Saúde**, a ferramenta gratuita da Folha que avalia seus hábitos, sua história e características pessoais para que você descubra se está se alimentando bem, se tem feito exercícios suficientes, como se prevenir de doenças do coração e de câncer e muito mais. Não importa seu gênero ou sua idade, as recomendações serão feitas sob medida para você.

Accesse agora: folha.com/matchdasaude

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.brAntonio Carlos Pipponzi
Compra privada seria elitização da vacina, diz dono da Raia Drogasil

SÃO PAULO A frustrada movimentação empresarial para a compra privada de vacinas seria um absurdo e uma elitização do imunizante, na opinião de Antonio Carlos Pipponzi, presidente do conselho da Raia Drogasil. Ele faz parte de um outro grupo de empresários que se oferece para ajudar os governos nas etapas do processo de vacinação.

Como está o cenário atual? Nossa agenda no IDV [Instituto para Desenvolvimento do Varejo] é de reformas, mas ela foi interrompida fortemente pela pandemia, com os temas de fechamento do comércio e vacina, que nós até iniciamos um movimento.

Como é isso? Iniciamos um movimento da sociedade civil capacitado pelo IDV, e provocado inicialmente pela Luiz Trajano [Magalu], há três semanas. Mas não tem a ver com isso de quem tem culpa ou não, se é favor ou contra, Bolsonaro ou Doria. É sobre o que podemos fazer para agilizar o processo de vacinação.

Criamos comissões que começaram a trabalhar temas, como logística, aplicação, importação de insumos, comunicação. Estou otimista de que possamos ajudar, se o governo permitir. Acho que teremos mais de 300 lideranças. Nossa ideia não é criar políticas novas nem substituir política de governo.

E a compra privada de vacina? O que achou daquela ideia? Não confundo [o nosso movimento] com compra de vacina. Não sei nem se isso existiu. É absurdo por que estaria onerando a compra de vacinas pelas empresas e fazendo uma distribuição totalmente fora da prioridade. Posso dizer que esse é o pensamento do núcleo que criou o nosso movimento. Queremos trabalhar conforme as regras, entendendo que há prioridades. Ninguém está pretendendo vacinar funcionários ou parentes e primos de 20 anos em detrimento da população que nesse instante precisa. Isso para mim é a elitização da vacina.

Vocês fariam a distribuição? Não. Seria perguntar onde o programa dos governos precisa de ajuda. Pode ser distribuição, aplicação, auxílio na vinda de insumos. Esperamos do governo que diga o que precisa, para trabalharmos a partir das demandas federais, estaduais e de prefeituras. Não estamos focados em um só tema. Naquilo que os governos sentirem que podemos colaborar, estaremos prontos. E o grupo é grande. Tem o apoio do Mulheres do Brasil, da AbraFarma [associação de farmácias] e outros.

É anterior à história de compra privada de vacina? Começou no dia seguinte à liberação da Anvisa às vacinas.

No futuro, a Raia Drogasil cogita ter vacina nas farmácias? Já fazemos aplicação de vacinas há mais de um ano. Temos facilidade por causa da capilaridade. Não só a nossa rede, que tem 2.300 pontos, mas a AbraFarma como um todo, com mais de 20 mil pontos de venda. Temos farmacêuticos e ambiente disponível. É prático. É um processo em fase inicial mas já começa a ser relevante. No futuro, eu imagino, eu espero, que essa vacina seja simplesmente uma a mais, como

da H1N1. E devemos continuar. Mas por enquanto, a AbraFarma se disponibilizou a ajudar o governo na vacinação a custo zero. Cerca de 5.000 pontos já estão preparados.

Neste momento vocês discutem questões como a segurança? É um momento de pensar Brasil. Tem que colaborar. Temos 8.000 farmacêuticos e 2.300 pontos em todos os estados. Agora, depende de cada prefeitura. Algumas estão bem aparelhadas. Outras têm menos locais ou problema de equipamento, como geladeira.

E esse clima de "agora vai", com a eleição no Congresso? Se abre uma janela para as reformas? Evidentemente, cada reforma é uma. Minha visão, muito compartilhada entre meus pares no IDV, é que, primeiro, deveríamos ter a administrativa e o choque de privatização para diminuir o custo do estado. E só depois falar qual é a receita necessária.

Uma reforma administrativa bem conduzida, com impacto, não é simples. Para muitos, é só cortar pessoas e estabilidade. Tem a redução do tamanho da operação do estado. Mas tem de criar plano de carreira, valorizar a parte boa do funcionalismo público, que não é pequena. Eu presenciei o otimismo do Salim Mattar [ex-secretário de desestatização], quando entrou no governo com tantas estatais que poderiam ser privatizadas. Um entusiasmo enorme que se dissipou e provocou a saída dele do governo. Assim como com a reforma administrativa, que tinha grande entusiasmo, mas desapareceu.

E o Paulo Uebel, que era responsável pela secretaria do tema, saiu também. Foi uma ducha de água fria. Com a retomada do tema, vem o otimismo. O empresário se entusiasma.

A empresa foi cobrada pelo Sleeping Giants [retrou anúncio de um canal bolsanarista]. Como avalia? Isso passou pelo conselho [de administração da empresa]. Há uma preocupação quando se contrata mídia pela internet. Esse monitoramento tem de existir. Às vezes a mídia cai no lugar errado porque não se tem controle. Isso é um alerta para ter toda cautela com eventuais veículos ou sites. É preciso tirar ensinamentos disso. A empresa, obviamente é totalmente apolítica. Imagine se uma empresa tem condição de ser partidária? Isso, para mim, não caracterizou nada sobre qualquer posicionamento partidário.



Antonio Carlos Pipponzi
Formado em engenharia civil pela Universidade de São Paulo e pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É membro do conselho do Instituto para Desenvolvimento do Varejo e presidente do conselho de administração da Raia Drogasil.

Governo deixa de cobrar R\$ 242,6 bi em dívidas tributárias na pandemia

Ministério da Economia retoma cobranças, mas empresários dizem que cenário segue negativo e pedem reedição das medidas

Bernardo Caram

BRASÍLIA Como parte do pacote anticrise implementado em 2020, o governo deixou de cobrar R\$ 242,6 bilhões em débitos tributários inscritos na dívida ativa da União. O objetivo foi dar fôlego a empresas e pessoas impactadas pela pandemia do novo coronavírus. Assim como em outras medidas emergenciais, o Ministério da Economia não deu continuidade a essas suspensões em 2021 e iniciou a retomada das cobranças.

No entanto, com setores ainda impactados pela crise sanitária e a retomada de parte das políticas restritivas em capitais, empresários cobram a reedição das medidas. Documento produzido pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) analisou os valores que deixaram de ser cobrados entre março e setembro do ano passado, por tipo de mecanismo.

"A gente suspendeu protestos, ajuzamentos de execução fiscal, encaminhamentos para órgãos de restrição a crédito. [...] O rito normal de cobrança foi afetado", disse o procurador-geral-adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União, Cristiano Neuenschwander. O maior impacto vem da suspensão dos procedimentos de responsabilização de terceiros — quando alguém passa a ser cobrado por dívidas de uma empresa que foi dissolvida de forma irregular. Nesse caso, débitos de R\$ 159,9 bilhões deixaram de ser atribuídos.

No período, também não foram feitos 78 mil protestos de dívidas em cartório. Essa conta somou R\$ 45,5 bilhões. O governo ainda suspendeu a regra que determinava a rescisão de acordos de parcelamentos tributários em casos de atraso no pagamento. Foram poupados 271 mil devedores, com débito total de R\$ 22,5 bilhões.

Por fim, a PGFN deixou de pedir na Justiça a execução fiscal de 2,745 dívidas, que totalizam R\$ 16,8 bilhões. Com as medidas, o governo abriu mão de parte da arrecadação que poderia

conseguir com a recuperação de débitos da dívida ativa. Porém, isso não significa que todos esses valores retornariam aos cofres públicos se a cobrança fosse feita normalmente. Muitos dos débitos cobrados pelo governo acabam não sendo pagos, engordando a dívida ativa da União.

O presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Paulo Solmucci, afirma que o setor vive agora no momento mais delicado desde o início da pandemia. Segundo ele, os empresários ainda enfrentam dificuldades e tiveram que voltar a pagar os tributos ordinários e aqueles que haviam sido suspensos.

"Veio uma segunda onda de restrições nas cidades, as contas agora estão dobradas, o aluguel voltou a ser o que era. A sobrevivência está mais ameaçada agora do que já esteve antes", disse Paulo Solmucci, presidente da Abrasel.

Essas ações da PGFN e da Receita Federal foram no sentido de deixar o máximo possível de recursos nas empresas, dar a maior liquidez possível

Mário Sérgio Carraro Telles, gerente de política econômica da CNI

conseguir com a recuperação de débitos da dívida ativa. Porém, isso não significa que todos esses valores retornariam aos cofres públicos se a cobrança fosse feita normalmente. Muitos dos débitos cobrados pelo governo acabam não sendo pagos, engordando a dívida ativa da União.

O presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Paulo Solmucci, afirma que o setor vive agora no momento mais delicado desde o início da pandemia. Segundo ele, os empresários ainda enfrentam dificuldades e tiveram que voltar a pagar os tributos ordinários e aqueles que haviam sido suspensos.

"Veio uma segunda onda de restrições nas cidades, as contas agora estão dobradas, o aluguel voltou a ser o que era, com reajustes pelo IGP-M. A sobrevivência está mais ameaçada agora do que já esteve antes", disse Solmucci.

Solmucci vem negociando pessoalmente com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e a equipe econômica a retomada de medidas emergenciais. Segundo ele, as suspensões de cobrança foram essenciais para a manutenção das atividades em 2020 e deveriam ser reeditadas.

"Um número enorme de empresas não está conseguindo pagar essa folha salarial de janeiro. A retomada de medidas como essas, além de aumentar a carência para pagar impostos, vai ser fundamental para manter a solvência do setor", disse.

Em relação ao retorno dos procedimentos de cobrança, a PGFN informou que vem adotando uma abordagem gradativa, priorizando os casos com constatada capacidade de pagamento do devedor ou prática de fraudes.

O órgão afirma ainda que está atento ao cenário e adotará medidas sempre que necessário, com o objetivo de assegurar receitas públicas e dar assistência a contribuintes em situação de crise econômica.

No caso da indústria, o gerente de política econômica da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Mário

Sérgio Carraro Telles, afirma que o setor vem em trajetória de recuperação expressiva depois de queda acentuada no primeiro semestre de 2020. Segundo ele, as medidas do governo deram fôlego às empresas no ano passado.

"Essas ações da PGFN e da Receita Federal foram no sentido de deixar o máximo possível de recursos nas empresas, dar a maior liquidez possível", disse. Telles afirma que a indústria conseguiu voltar à atividade e que grande parte das empresas já não precisa mais das medidas emergenciais, e sim de reformas estruturantes. Para ele, a retomada dessas ações pontuais pode ser mais necessária para o setor de serviços, que ainda sofre para se recuperar.

Em razão da adoção das medidas emergenciais no ano passado, a PGFN espera que um volume relevante de tributos não pagos durante a pandemia ainda seja incorporado à dívida ativa.

Como a Receita também suspendeu prazos de cobranças, os trâmites internos se alongaram.

Dos impostos adiados por alguns meses em 2020, quase R\$ 21 bilhões encerraram o ano sem pagamento. Parte desse montante ainda deve chegar à dívida ativa.

"Foi um ano muito difícil, é natural que a inadimplência aumente, aumentou para todo o mundo. O reflexo seria a dívida ativa também ter um aumento substancial, mas para a dívida chegar aqui na PGFN, ela passa ainda por uma cobrança na Receita que leva até 120 dias. Existe um passo que vai chegar, principalmente esse formado na pandemia", disse o procurador.

Entre 2019 e 2020, o montante da dívida ativa foi de R\$ 2,44 trilhões para R\$ 2,57 trilhões, um crescimento de R\$ 130 bilhões. Ainda assim, Neuenschwander afirma que houve uma melhora de perfil, com crescimento dos débitos em situação regular por quase 268 mil dívidas foram renegociadas pelas empresas e inseridas no programa de parcelamento.

Dívida ativa da União tem estoque trilionário



Sítio de fraudadora do INSS vai a leilão quase 30 anos depois

RIODEJANEIRO Vai a leilão neste segunda-feira (8) o sítio de Jorgina de Freitas, condenada como chefe de uma quadrilha que fraudava o INSS. O imóvel, em Petrópolis (RJ), é avaliado em R\$ 926 mil. O leilão ocorre quase 30 anos depois da prisão de Jorgina, em 1992. Ela foi condenada por comandar uma

R\$ 320 milhões

foi o valor do desvio dos recursos do INSS, segundo a condenação de Jorgina de Freitas

quadrilha que desviou cerca de R\$ 310 milhões do INSS na época em que foi procuradora do órgão. O grupo emitia pagamentos de falsas indenizações para ter acesso ao dinheiro.

Do total desviado, cerca de R\$ 80 milhões foram recuperados. Apesar de condenada em 1992, ela foi presa

somente em 1997, na Costa Rica, após ter fugido do Brasil e fazer uma série de cirurgias plásticas.

Ela cumpriu 14 anos de prisão em regime fechado. Em dezembro de 2010, a Justiça do Rio determinou que fossem leiloados bens no valor de aproximadamente R\$ 2 milhões. Diego Garcia

Economia

IMPACTO NO INSS

AÇÃO NO STF PODE CUSTAR R\$ 86,9 BI

Período em auxílio-doença passaria a contar como tempo para aposentadoria

GERALDA BOICA
para todos os tipos de benefícios

Um processo em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito das regras do auxílio-doença pode resultar em um impacto de R\$ 86,9 bilhões em 30 anos para o INSS e anular uma parcela da economia prevista com a reforma da Previdência. Está em julgamento pela Corte a tese de que trabalhadores possam contar o tempo no qual receberam o auxílio para fins de carência no pedido de outros benefícios, como aposentadoria.

Na prática, a medida pressiona o déficit da Previdência porque permite aos trabalhadores contabilizar o período de afastamento como tempo de contribuição efetiva. De acordo com cálculos da Secretaria de Previdência, o aumento da despesa seria de R\$ 19,9 bilhões em dez anos e de R\$ 48,8 bilhões em 20 anos, chegando a R\$ 86,9 bilhões em 30 anos.

CINCO VOTOS A FAVOR

A economia projetada com a reforma da Previdência nas contas do INSS é de R\$ 621,3 bilhões em dez anos. No caso das aposentadorias por idade, seria de R\$ 110,7 bilhões no período, e nas por invalidez, de R\$ 78,6 bilhões. Esses dois tipos de benefícios devem ser

os mais influenciados pela decisão do Supremo.

A decisão do STF tem repercussão geral, ou seja, vai orientar todas as ações contra o INSS em todo o país. Não contaria, no entanto, para beneficiários já concedidos.

Atualmente, a Justiça tem decidido a favor dos trabalhadores, desde que o recebimento do auxílio-doença seja intercalado com períodos de contribuição. No entanto, o INSS entrou com recurso no STF para reverter esse movimento, com base na reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019. Ela proíbe a contagem do chamado tempo ficto, em que não há contribuição efetiva, para a concessão de benefícios.

No recurso, o INSS alega ainda que a Constituição proíbe a concessão de benefícios sem indicação da fonte de custeio. O processo que chegou ao STF se refere a uma ação de uma segurada que solicita aposentadoria por idade. Ela recebe auxílio-doença entre março de 2003 e junho de 2003 e novamente entre novembro de 2003 e março de 2018.

O julgamento do STF começou em dezembro e deve terminar no dia 18 deste mês. Apesar dos argumentos do governo, cinco ministros já se manifestaram contra a União, alegando que há uma juris-

prudência formada no país. São os ministros Luiz Fux, Edson Fachin, Luis Roberto Barroso, Rosa Weber e Dias Toffi. Faltam ainda seis votos.

DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO

Para o secretário de Previdência, Nairton Gutierrez, além de trazer desequilíbrio para a Previdência, a medida pode servir de desestímulo aos trabalhadores:

— Computar períodos em gozo de benefício como tempo de carência, além do relevante impacto negativo para o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência, não se observa a necessidade de equidade na participação no custeio do sistema e vedação à criação, majoração ou extensão de benefícios sem correspondente fonte de custeio. Do ponto de vista comportamental, cria-se incentivo inadequado para que o segurado permaneça mais tempo em gozo de benefício. Mesmo com a reforma da Previdência, o regime continua deficitário. Em 2020, o rombo foi de R\$ 256 bilhões, cifra que deverá ser superada neste ano e nas seguintes. A expectativa do Tesouro para 2022 é de déficit de 292,5 bilhões, chegando a 4,8 trilhões em 2060. Por isso, especialistas advertem que o regime terá de passar por novas mudanças para se tornar sustentável.

GASOLINA DE AVIAÇÃO
BR Distribuidora volta a vender combustível
na WEB Comercialização havia sido suspensa após Petrobras detectar adulteração no produto gls.br/20grnVL

PREVISÃO DE RESULTADOS DA PREVIDÊNCIA (valores R\$ em bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

Edição de Arto

Análise de pedidos deve ser feita em 30 a 90 dias

Acordo busca zerar a fila de espera por benefícios. INSS tem 6 meses para se adaptar às mudanças

O Supremo Tribunal Federal (STF) homologou, por unanimidade, um acordo que estabelece novos prazos, de 30 a 90 dias, para que o INSS analise pedidos de benefícios assistenciais, com o objetivo de zerar a fila de espera. O INSS tem seis meses para se adaptar às novas regras.

Com o julgamento, foi confirmada uma liminar (decisão provisória) que havia sido

concedida em dezembro pelo relator do assunto, ministro Alexandre de Moraes.

Em voto que foi seguido por todos os demais ministros, Moraes afirmou que o acordo "assegura, de um lado, que os requerimentos dirigidos ao INSS sejam apreciados em prazos razoáveis e uniformes; e, de outra parte, tenta a extinção das múltiplas demandas judiciais refe-

rentes ao mesmo objeto".

Pelo acordo, que vale por dois anos, foi estabelecido também prazo máximo de 45 dias para a realização de perícia médica e de avaliação social, no caso dos benefícios que exijam os procedimentos. Tal prazo sobe para 90 dias em locais de difícil provimento.

Se houver descumprimento de qualquer dos prazos previstos no acordo, uma Central Unificada de Cumprimento Emergencial de Prazos, formada por membros de INSS, Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública da União (DPU), entre outros órgãos, deve dar uma solução para o requerimento do benefício em, no máximo, dez dias.

se você acredita em ganhar junto, precisa conhecer a sim;paul.

a única plataforma de investimentos que tem o sim;equity back: o programa de relacionamento que dá ações em troca de pontos.

sim;paul

peça seu convite ou, se você é assessor, agende uma apresentação em simpaul.com.br

Confira os novos prazos máximos	Até a idade: 90 dias	Aposentadoria por invalidez comum e acidentária: 45 dias	Salário maternidade: 30 dias
Benefício assistencial à pessoa com deficiência: 90 dias	Perícia médica: 45 dias	Auxílio-reclusão: 60 dias	Pensão por morte: 60 dias
Benefício assistencial	Aposentadoria, salvo por invalidez: 90 dias	Auxílio-doença co-	



Compromisso de reforma tributária em oito meses precisa ser cumprido

Deve ser aproveitado o trabalho da comissão mista que já trabalha na fusão das duas melhores propostas

É importante o compromisso dos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), de estabelecer um prazo de oito meses para aprovar uma reforma tributária. Mas qual? Falta definir, entre as várias propostas que circulam ou já foram aventadas, aquela a que darão prioridade.

Uma comissão mista de deputados e senadores se debruça sobre basicamente dois projetos. O primeiro é a proposta acanhada do governo, que funde PIS e Cofins, substituídos por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de 12%. O segundo é mais ambicioso. Envolve a fusão de uma proposta da Câmara — a PEC 45, de Baleia Rossi (MDB-SP), derrotado por Lira na eleição da Câmara — e outra do Senado — a PEC 110, cuja origem é um projeto do ex-deputado do PSDB do Paraná Luiz Carlos Haully.

O principal objetivo da reforma deve ser simplificar a barafunda de normas e regras que torna o sistema tributário brasileiro o mais confuso,

trabalhoso e ineficiente do mundo. A proposta de Rossi, formulada sob a coordenação do economista Bernard Appy, substitui cinco impostos recolhidos pelos governos federal, estaduais e municipais (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) por um só. A que está no Senado inclui ainda IOF, Pasep, Cide e Salário-Educação, somando nove ao todo. A ideia de ambas é criar no Brasil um IVA, imposto único que incide sobre o consumo, prática comum nas economias desenvolvidas.

Antes da pandemia, estava adiantada a negociação entre os secretários de Fazenda e o Congresso. O consenso mais difícil, sobre a simplificação do ICMS, fora alcançado. Para ele ser incluído na cesta do IVA, seria criado um fundo de desenvolvimento regional que ajudasse a mitigar o efeito do fim da guerra fiscal. A unificação de alíquotas encerraria a disputa entre governadores pela distribuição de incentivos que desestruturam a arrecadação. A boa notícia é que os secretários anunciam para breve uma conferência com o relator da

comissão mista, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para reafirmar posição em defesa da reforma ampla em vez do avanço tímido, por etapas, como defende o Ministério da Economia.

É preciso aproveitar os esforços já feitos. O essencial é que, seja qual proposta vingue, ela descomplique o cipal tributário, baixe o custo para as empresas, amplie a base a tributar e abra espaço à queda da carga que pesa sobre a sociedade, de 35% do PIB, a mais alta entre economias emergentes.

Até agora, tudo o que o governo fez foi enviar ao Congresso a proposta tímida para fundir PIS e Cofins, além de insistir na volta da CPMF, que na certa implicaria aumento na carga de impostos. Bolsonaro quer ainda fazer um agrado na classe média com o reajuste das faixas do Imposto de Renda. Em vez da demagogia e do aumento da carga tributária embutido nessas ideias, o governo deveria entender o impulso que a economia teria com uma reforma nos termos das propostas de Rossi e Haully. É nelas que Executivo e Legislativo devem concentrar seus esforços.

Opinião do GLOBO

Maior vazamento de dados do Brasil expõe risco digital

Episódio que escancarou a vida de quase 224 milhões traz lições para governo, empresas e cidadãos

O maior vazamento de dados do Brasil, revelado em janeiro pelo laboratório de segurança digital dfndr lab, expôs quase 224 milhões de registros organizados por CPF, com todo tipo de informação pessoal. Não apenas o trivial, como nome, data de nascimento, escolaridade, endereço ou estado civil. Há também salário, notas de instituições de crédito, declaração de imposto de renda, FGTS, telefones, benefícios do INSS e até fotos e perfis em redes sociais.

Uma vez vazados, os dados passaram a circular pelos becos escuros da internet profunda, onde cada registro passou a ser negociado em criptomoedas, por até US\$ 1 por CPF. Se você tem um CPF, portanto, é certo que seus dados foram expostos e estão à venda. Embora seja até possível saber o que vazou, é impossível recolher o gênio de volta para dentro da garrafa. Os dados de todos nós agora são públicos. Isso dá margem a todo tipo de desdobramento nefasto, de campanhas invasivas de marketing até a vigarice pura e simples (alguém pode usar suas informações para dar algum tipo de golpe em seu nome).

Não foi o primeiro vazamento nem

no Brasil, onde já circularam lotes de informações da Receita Federal, nem no mundo, onde se tornaram frequentes as capturas de senhas de centenas de milhões de clientes de empresas como Adobe, eBay ou LinkedIn. Um site que acompanha vazamentos desde 2013 registrava semana passada mais de 500 sites e 10,5 bilhões de contas invadidas. As maravilhas digitais acarretam novos riscos — e novos crimes.

Pela dimensão, o episódio traz lições essenciais a autoridades, empresas e cidadãos. O Brasil dispõe de uma das legislações mais modernas do mundo para lidar com informações digitais, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), aprovada em 2019. Inspirada na congênere europeia, ela dá ao indivíduo o poder de decidir sobre o uso de seus dados. Para empresas que descuidem das informações que armazenam, a multa pode chegar a 2% do faturamento anual, até R\$ 50 milhões.

Como sempre, o importante não é só o que está escrito na lei, mas se ela é cumprida. Crimes digitais nem sempre têm sido punidos com o devido rigor. É fundamental que, no caso do vazamento, haja apuração e punição exemplar tanto àqueles que se aprovei-

taram das brechas de segurança para furtrar os os dados quanto às empresas que deixaram tais brechas abertas.

Num país em que até hoje se toleram decodificadores piratas de televisão e conexões ilegais com a internet, que se aproveitam para também aspirar as informações que puderem dos cidadãos, não espanta tanto desleixo e tanta leniência. Os ministros do Supremo, onde foi aberto inquérito para apurar o vazamento, são conhecidos pelo saber jurídico, não pela familiaridade com o meio digital, necessária para avaliar corretamente riscos e punições.

Os vazamentos frequentes de dados são uma das consequências mais graves da transformação digital da economia. É preciso que as empresas garantam proteção às informações privadas como determina a lei. E que as autoridades punam violações, invasões e crimes. O cidadão ou cidadã cujos dados vazaram precisa tomar os cuidados para se proteger (como uso de senhas fortes, autenticação em dois fatores e demais recomendações de especialistas). Em certa medida, precisa também se acostumar ao mundo tecnológico que, ao transformar em realidade tantos sonhos, ora se torna também pesadelo.

184_Miriam Leitão; 184_Sora Lutz; 184_Miriam Leitão; 184_Tiago Wernick (parana); 184_Carolina Góes (parana); 184_Cidade Verde (parana); 184_Vila Verde (parana); 184_Miriam Leitão

MÍRIAM LEITÃO

Maquiagem: globo.com/miriam-leitao
 Foto: www.alexisglobo.com.br
 Com: www.alexisglobo.com.br



O diplomata que virou pária

No Itamaraty, a expectativa é a de que Ernesto Araújo deixe de ser ministro em março. Seria um alívio para várias gerações de diplomatas, por que ele feriu normas essenciais da boa diplomacia. Um dos problemas para tirá-lo é saber para onde ele pode ser removido. Ele gostaria de ir para Paris, mas o risco é o governo de Emmanuel Macron não dar o *agrément*, que é o consentimento do país que recebe. Outro risco é o de constrangimento em sessão do Senado, que recentemente rejeitou o nome do embaixador indicado para Genebra, num recado para Araújo. Por isso, uma das possibilidades aventadas é a OCDE, posto que não exige sabatina, já que é

uma espécie de embaixador alterno.

Há uma maioria sólida de adversários de Araújo dentro da carreira, mas os últimos acontecimentos aumentaram a indignação. Os olhos dos diplomatas brasileiros acompanharam com estupefação a atitude de Ernesto Araújo na cena em que Jair Bolsonaro berrou palavras sérdidas contra jornalistas numa churrascaria. O ministro aplaudiu, deu gargalhadas, gritou "mito". Isso provocou repulsa generalizada. Não é nem mais uma questão de gostar ou não do governo, disse uma fonte diplomática, aquilo aviltou a própria Casa, até porque houve matérias no exterior descrevendo a baixez da cena. Ernesto Araújo tem também adversários fora do Itamaraty. O vice-presidente Hamilton Mourão recentemente falou que ele sairia, mas com isso lhe deu uma sobrevida. Na entrevista ao "Valor", publicada na edição de sexta-feira, o senador Ciro Nogueira, presidente nacional do PP, define o centrão como "estabilizador do governo" e diz que "a condução de Itamaraty hoje prejudica o Brasil" e por isso "tem que mudar".

Os críticos de Ernesto podem ter motivos diversos, mas existem fatos concretos contra ele. Na área científica de governo, a convocação que o ingrediente farmacêutico Ativo (IFA), que acaba de chegar da China para a Pfizer, demorou semanas a mais pelos atritos criados pelo

ministro com os chineses. No caso da Índia, a trapalhada de anunciar a ida do avião antes de conversar com as autoridades indianas causou o maior ruído no país fornecedor. Adiplomacia existe para aplacar terrenos, desatar nós, dissolver conflitos. O pior problema não são os delírios persecutórios de Ernesto Araújo, mas o prejuízo que ele dá aos cofres públicos, anulando o empenho de servidores qualificados para o trabalho diplomático.

O problema de Ernesto Araújo é achar um país que o aceite. Ele queria que o Brasil fosse pária, mas ele é que acabou se tornando um pária. — A grande maioria dos nossos colegas acha que ele não tem o direito de destruir o Itamaraty como tem feito. O problema não é ideológico. O caso dele é clínico. Já há claros sinais precursoros de que o tempo dele está terminando. O problema é achar um posto que o aceite. Ele queria que o Brasil fosse um pária, ele se tornou um pária — resumiu uma fonte diplomática.

Naquela série de tuítes sobre o assalto ao Capitólio, Ernesto Araújo fez um raciocínio tortuoso, quase justificando a violência com a hipótese, nunca confirmada, de "infiltrados". Definiu os investidores do Congresso como "cidadãos de bem" e ainda disse, num comentário descaído, que "grande parte do povo

americano se sente agredida e traída pela classe política". Querria, claro, transpor para o Brasil. Esse episódio, o reiterado embate com a China, as trapalhadas frequentes com os vários parceiros obrigam muita gente a consertar seus estragos. Suas ações têm um amadorismo que envergonha uma diplomacia outrora orgulhosa do seu profissionalismo.

Quem poderia ir para o lugar de Ernesto Araújo? Há quem fale na ministrada Agricultura, Tereza Cristina, se a escolha for de fora da carreira. Ela impressiona os diplomatas pela sua habilidade em negociação, apesar da incapacidade de entender o cerne do problema ambiental, que será mais importante durante o governo Biden. Se for da carreira, há pelo menos um que faz campanha com bajulações explícitas, e há os que têm chances de reequilibrar o Itamaraty. Existem muitos que preferem distância do atual governo.

Ernesto Araújo tem levado destruidores extremistas para falar para os diplomatas jovens e estudantes do Instituto Rio Branco. Não tem tido sucesso nessa tentativa de lavagem cerebral, como se viu pela última turma, que escolheu o poeta João Cabral de Melo Neto como patrono. Ernesto Araújo, ao violentar tanto as normas da boa diplomacia, tem produzido sua antítese. Está aumentando no Itamaraty a defesa da diplomacia como carreira de Estado.

NA FILA DA POBREZA RENDA FAZ FALTA PARA BUSCAR VAGA

LETÍCIA CARDOSO
 E RAFAELA BRAS
 foram as fontes

Durante nove meses, em 2020, o auxílio emergencial funcionou como uma espécie de anestesia para as famílias diante do impacto sem precedentes provocado pela pandemia na economia. Houve até redução da desigualdade. A partir de janeiro, com retirada do benefício ainda em um quadro de crise, voltou a abrir o furo social do país, dizem especialistas, arrastando para a pobreza ainda mais brasileiros que os que estavam nessa condição antes da pandemia. A busca por emprego se torna um desafio ainda maior para os mais pobres. Nos cálculos de economista Daniel Duque, pesquisador da FGV, o fim do auxílio, a falta da população na poltrona deve chegar a 29,5%. A extrema pobreza deve alcançar 9,7%. As regiões Nordeste e Sudeste, segundo ele, são mais impactadas.

— Apesar de o Sudeste ser uma das regiões mais ricas do país, junto ao Sul, foi bastante afetado por causa da pandemia mesmo. Rio de Janeiro

e São Paulo foram estados que sofreram muito no sentido de saúde, o que influenciou o mercado de trabalho.

A renda emergencial para quase 70 milhões de pessoas, ao custo total de R\$ 252,9 bilhões para os cofres públicos, reduziu o índice de Gini, que mede a desigualdade numa sociedade, de 0,53 para 0,47. Ficou abaixo de 0,50 pela primeira vez no Brasil, segundo estudo dos economistas Nárcio Menezes Filho, Bruno Katsuta e João Pedro Rosa. Quanto mais próximo de 1, mais desigualdade.

DESIGUALDADE NO ACESSO

Com mais gente disputando poucas vagas, Menezes Filho aponta o fim do auxílio como agravante da desigualdade no acesso ao trabalho:

— O dinheiro é cortado numa família pobre, acho que as outras pessoas não fazem ideia. Para quem fica sem renda, comprar um pacote de internet está fora do alcance. Essas pessoas muitas vezes não têm roupa, não têm experiência formal, além de sofrerem discriminação. Todas essas coisas fazem com que fiquem em desvantagem em relação a quem teve acesso à educação e



Ajuá estat. Fila de agência da Caixa na Zona Oeste do Rio, para sacar auxílio em 2020; quase 68 milhões receberam

melhores oportunidades.

Gênero, raça e escolaridade contam no acesso ao emprego, diz o economista. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais, do IBGE, brancos ganhavam, em 2019, 69,3% mais, em média, que negros, com o mesmo número de horas trabalhadas. Um branco de 18 a 24 anos tem duas vezes mais chances de concluir faculdade que um preto ou pardo.

A maioria dos negros está em funções que exigem menos instrução e pagam salários mais baixos, como as do comércio e do setor de serviços, os mais atingidos pela pandemia. As mulheres, predominantemente em funções de beleza

ou no serviço doméstico, têm ainda mais dificuldades. O atraso na vacinação prolonga a crise nesses setores e também na informalidade. Além das medidas de isolamento que limitam o funcionamento de estabelecimentos, a saída de cena de auxílio emergencial diminui o consumo, dificultando ainda mais contratações nas empresas.

QUALIFICADO DESCE DEGRAU

Um levantamento preliminar feito pelo I Dados com base na Pnad Contínua, do IBGE, mostra que os trabalhadores em funções de menor qualificação foram os que mais sofreram com a pandemia. Apenas

8,2% dos trabalhadores sem curso superior puderam trabalhar remotamente. Já entre os mais qualificados, o home office foi possível para 38%.

Paulo Vasconcelos, coordenador da Comunidade Gerando Vidas, um projeto social que liga empresas e desempregados, diz que a busca por vagas aumentou em janeiro. Ele notou que trabalhadores mais qualificados estão aceitando vagas operacionais como forma de garantir uma fonte de renda, e que aumentou ainda mais as dificuldades dos menos escolarizados.

— Como as empresas tiveram que reduzir seus quadros, adotaram o acúmulo de fun-

ções. Preferem contratar alguém que seja mais qualificado para fazer não só o trabalho braçal, como descarga de mercadorias num supermercado, mas que também seja capaz de lançar pedidos no computador — explica Vasconcelos.

O coordenador do Gerando Vidas concorda que o acesso a alguma renda mínima faz diferença na busca por trabalho. Ele conta que, sem ter dinheiro para o transporte, moradores de cidades da Baixada Fluminense passaram a dormir nas ruas do Rio de segunda à sexta para percorrer empresas em busca de vagas na capital sem gastar com ônibus. É um perfil que ele vem identificando nas ações do projeto social para população de rua, como distribuição de refeições.

GUEDES ADMITE RETOMADA

Para o economista Nárcio Menezes Filho, a retomada de algum tipo de transferência de renda neste momento seria também uma forma de ajudar os mais pobres a buscar emprego. No longo prazo, defende políticas públicas para aumentar a produtividade do país, por meio de apoio à primeira infância, educação e facilidades para abrir um negócio. Só dessa forma o país conseguir gerar mais vagas de salários melhores.

O presidente Jair Bolsonaro já afastou a possibilidade de retomar o auxílio emergencial por causa do alto endividamento do país. No entanto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu na quinta-feira a possibilidade de voltar com o benefício, mas para um número menor de pessoas. Ele indicou que deixaria fora beneficiários do Bolsa Família, já contemplados com recursos do Orçamento, mas condicionou qualquer novo auxílio à aprovação no Congresso do que chamou de um "novo marco fiscal" para não comprometer as contas públicas.

Idade e inclusão digital são obstáculos para os jovens e os mais velhos

A idade é um obstáculo tanto para os mais velhos quanto para os jovens conseguirem um emprego. Bruno Ottoni, pesquisador do I Dados, lembra que muitas vezes o primeiro trabalho de jovens é informal. Na crise, eles são os primeiros a serem dispensados e ficam com difi-

culdades de retornar ao mercado por falta de experiência comprovada. No auge da pandemia, no segundo trimestre de 2020, o nível de ocupação daqueles com menos de 25 anos caiu 20,6% contra o mesmo período de 2019, o que compromete investimentos em educação.

— Empresas preferem pessoas com mais experiência. Como o jovem não tem, não é contratado e, por consequência, não consegue acumular experiência. Isso prejudica a produtividade dele, porque há conhecimentos que só se adquire na prática — diz Ottoni. O universo digital é uma

barreira para os mais pobres na busca por emprego, principalmente para os mais velhos, observa a estrategista em re-locução profissional Karla Clarinda. Ela criou e Plugajobs, um projeto que coordena 200 grupos no WhatsApp para divulgar vagas por área de atuação e região do país.

Ela diz que muitos candidatos sequer sabem como e laborar um currículo no computador. E, quando o fazem, não colocam informações pertinentes, como experiências que tiveram sem carteira assinada. — Uma pessoa com mais de 50 anos geralmente tem dificuldade para buscar emprego

de forma virtual. Está acostumada a entregar currículo nas empresas, mas isso não existe mais. Precisam se adaptar à tecnologia — diz Karla, para quem cursos de capacitação e de educação formal para adultos podem ser uma forma de aumentar a empregabilidade dos mais pobres.

Rodolpho Tobler, pesquisador do IbrFGV, avalia que a volta dos mais pobres ao trabalho será via informalidade.

MP: Gol e TAM pagaram propina por benefícios fiscais

Investigação aponta que R\$ 3 milhões foram repassados a empresa de fachada; acionista de companhia aérea admitiu esquema

AGUIRRE TALENTO
atualizado em 11
março

Na investigação sobre um esquema de pagamento de propina por companhias aéreas a políticos do antigo PMDB em troca da redução da cobrança de ICMS sobre o querosene de aviação, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) detectou que a Gol e a antiga TAM (rebatizada como Latam após fusão com outra empresa) fizeram transferências bancárias que totalizaram R\$ 3,4 milhões a uma empresa de fachada usada por um operador fi-

nanceiro do então vice-governador do Distrito Federal, Ta-deu Filippelli (MDB).

A Operação Arctonov foi deflagrada na quarta-feira e cumpriu busca e apreensão contra a TAM e outros investigados — a Gol não foi alvo porque assinou acordo de leniência e colabora com as investigações.

Após seguir o fluxo bancário, os investigadores constataram que essa empresa de fachada, a Objetiva Consultoria e Participações, repassou os valores para uma segunda empresa e, em seguida, o dinheiro foi depositado na conta de Filippelli, segundo documentos da investi-

gação obtidos pelo GLOBO.

O acerto de propina foi confirmado pelo acionista da Gol, Henrique Constantino, em acordo de delação assinado com o Ministério Público e homologado na 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília.

O projeto de lei de autoria do governo do Distrito Federal para reduzir o ICMS sobre o querosene de aviação foi sancionado em 8 de abril de 2013.

"Ficou acertado que o pagamento da propina destinada a Filippelli se daria da seguinte forma: R\$ 1 milhão logo após a aprovação da lei que reduziu a base de cálculo sobre o quero-

sene de aviação e R\$ 500 mil para a campanha de 2014 do PMDB do Distrito Federal", afirmou Constantino em seu depoimento.

Após quebras de sigilo bancário, foram detectadas outras transações suspeitas.

"A empresa Tam Linhas Aéreas também realizou créditos para a Objetiva Consultoria e Participações Ltda. Assim, foram identificadas 4 TEDs (...), que juntas totalizaram o valor de R\$ 2.252.500,00", aponta o relatório do MPDFT.

Em depoimento, Constantino afirmou que somente a Gol teve uma economia anual

de cerca de R\$ 20 milhões com a redução do ICMS do querosene. Ele também relatou que pagou outros R\$ 10 milhões em propina a empresas do doleiro Lúcio Furnari, operador financeiro do PMDB (hoje MDB), para obter o apoio de integrantes do partido a essa medida.

Constantino citou que os então deputados federais Eduardo Cunha (MDB-RJ) e Henrique Eduardo Alves (MDB-RN) intermediaram o encontro com Filippelli. Disse ainda que houve uma autorização do então presidente do PMDB, Michel Te-

mer, ex-presidente da República, a essa negociação.

Procurada, a Latam afirmou em nota que "não tem informações sobre esta investigação. A empresa irá colaborar com as autoridades competentes". A Gol, também em nota, disse que "permanece cooperando com as autoridades para prestar todas as informações necessárias".

A defesa de Henrique Constantino afirma que seu cliente "não foi objeto da operação do MPDFT e segue colaborando com a Justiça e com o interesse público". Já a de Filippelli afirma que "só irá se manifestar após ter acesso à íntegra da investigação". A defesa de Afrânio Filho disse que aguardará a conclusão das investigações, "quando restar provada a ilegalidade das medidas" de busca e apreensão.

SEM VERBA NA PANDEMIA

Saúde pede R\$ 5,2 bi para leitos de UTI custeados pela União, que podem ser reduzidos em mais de 50%

MANOEL VENTURA
RODRIGO DE SOUZA
do estadonline.com.br
e globo.com

O Ministério da Saúde pediu ao Ministério da Economia a liberação de R\$ 5,2 bilhões para enfrentar a Covid-19 em 2021. O ofício assinado em 29 de janeiro pelo secretário-executivo da Saúde, Elcio Franco, afirma que os recursos são necessários ao custeio de serviços de atenção especializada, "especialmente leitos de UTI", entre outras despesas. Ontem, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) revelou que o número de leitos habilitados para a doença com custeio federal cairá dos atuais 6.830 para 3.187 até o fim de fevereiro mês. Eram 7.717 em janeiro.

Os estados já manifestam preocupação com a falta de auxílio da União para o combate à pandemia. Pelo menos nove unidades federativas estão com taxas de ocupação para leitos de UTI dedicados à Covid-19 em torno ou acima de 80% — o maior número desde meados de dezembro. São elas: Acre (com 98% de ocupação), Amazonas (91%, dados apenas de Manaus), Ceará (81%), Goiás (89%), Mato Grosso (79,7%), Paraná (83%), Pernambuco (82%), Rondônia (94%) e Roraima (87%).

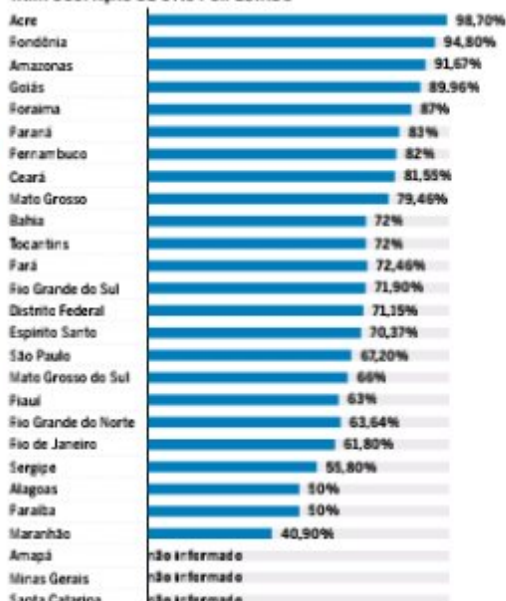
O ofício assinado por Franco, obtido pelo GLOBO, assinala que os recursos previstos no Orçamento de 2021 para o Ministério da Saúde "já encontram-se comprometidos até o final do exercício". O Orçamento deste ano, que ainda não foi aprovado pelo Congresso, prevê para a pasta R\$ 136,7 bilhões, de acordo com dados do Ministério da Economia.

Além dos serviços de atenção especializada, Franco solicita "apoio à atenção básica de municípios por meio da manutenção do efetivo de médicos já contratados e custeio de profissionais de saúde residentes; disponibilização de testes para diagnóstico; manutenção de equipes de saúde indígena; disponibilização de equipamentos de

LEITOS DE UTI NO PAÍS



TAXA OCUPAÇÃO DE UTIS POR ESTADO



proteção individual".

O secretário-executivo da Saúde ressaltou que as "graves repercussões sanitárias, sociais e econômicas (relacionadas à Covid-19) são de conhecimento público", assim como a persistência da doença, revelada pela evolução do número de casos e mortes. Para Franco, estes fatores aumentaram a pressão sobre a capacidade instalada do Sistema Único de Saúde (SUS) e, por isso, demandam recursos orçamentários emergenciais, "até que a vacinação da população produza efeitos no controle da situação epidemiológica".

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO
No ano passado, o governo federal liberou R\$ 63,7 bilhões para o Ministério da Saúde por meio de uma rubrica específica para combater a pandemia, chamada de "enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus". Agora, a pasta

quer mais R\$ 5,2 bilhões nessa mesma rubrica, "com vistas a atender às necessidades de saúde pelo período aproximado de seis meses".

O ministério pede a edição de um crédito extraordinário, que é executado fora do teto de gastos — regra que impede o crescimento das despesas da União acima da inflação do ano anterior. Este recurso, porém, está mais difícil em 2021 porque o Orçamento de Guerra e o Estado de Calamidade Pública perderam validade em 31 de dezembro.

Em outro documento interno da Saúde, o subsecretário de Planejamento e Orçamento Arinaldo Bornfim Rosendo ressaltou que a Covid-19 persiste em um ambiente extremamente complexo. Segundo ele, há incertezas "que vão desde a produção de anticorpos por aqueles que já foram infectados aos impactos de novas cepas do vírus, passando pelas características e circunstâncias que influen-

ciam a taxa de transmissão e o número de mortes".

"Além do elevado número de doentes que estão ingressando no SUS para tratamento em razão da Covid-19, dependendo do comportamento da doença os entes precisarão de apoio inclusive para organizar o fornecimento de itens essenciais para o atendimento, como está acontecendo no Amazonas e em Rondônia", diz Rosendo, em referência à falta de oxigênio nesses estados.

Precurados, os ministérios da Economia e da Saúde não responderam aos pedidos de entrevista.

DESABILITAÇÃO DE LEITOS

Pelo menos 26,6 mil pessoas estão internadas por Covid-19 em leitos públicos de enfermaria e UTI no país. O número caiu desde o último levantamento do GLOBO, publicado em 27 de janeiro, que apontou 30 mil internações simultâneas pela doença na rede pública. Ainda assim, trata-se de um in-

Documento interno da Saúde reconhece que a pandemia persiste em ambiente de incertezas, como as novas cepas do vírus e a alta taxa de transmissão e de morte

dice alto e preocupante, à medida em que a doença está em expansão pelo país.

A própria pasta da Saúde confirmou que o custeio da União com leitos habilitados para Covid-19 cairá de 7.717 para 3.187 entre janeiro e o fim de fevereiro. O levantamento foi divulgado em uma reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), instância do SUS que reúne representantes da União, dos estados e dos municípios.

O governo federal recebeu pedidos de prorrogação para

1.335 habilitações federais, que seguem sem perspectiva de renovação. Outros 2,685 pedidos para a habilitação de novos leitos foram remetidos, mas não houve resposta.

POLÊMICA COM DORIA

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), acusou o Ministério da Saúde de fazer cortes por razões políticas. No estado, diz o tucano, 3,2 mil leitos de UTI foram desabilitados. O investimento do governo federal nessa infraestrutura foi de R\$ 1,5 bilhão entre abril de 2020 e fevereiro de 2021, de acordo com a Secretaria de Saúde. Agora, o Palácio dos Bandeirantes e as prefeituras assumirão as despesas.

— O Ministério da Saúde quebra o pacto federativo ao impor a São Paulo a desabilitação destes leitos e estabelece claramente um viés político no enfrentamento de uma crise gravíssima de saúde — afirmou Doria. — Utilizaremos todos os canais se mantida essa decisão. Vamos judicializar, vamos ao Supremo (Tribunal Federal).

Em nota, a pasta rebateu Doria, afirmando que "não houve nem há nenhum ato administrativo de desabilitação de leitos de UTI para Covid-19", e que os atos da pasta são pactuados de forma tripartite com o Conass e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

"O governador do Estado de São Paulo mente ou tem total desconhecimento do ato. Como o ónus da prova cabe àquele que acusa, resta ao governador comprovar o que chamamos de crime de quebra de acordo federativo. Esse tipo de desinformação é um desserviço ao povo brasileiro", diz o comunicado.

Já a Secretaria estadual de Saúde do Rio de Janeiro disse, em nota, que os 740 leitos de UTI habilitados pelo ministério da Saúde em dezembro permanecem recebendo financiamento federal.

Colaboraram Adriana Mendes, Dimitris Dantas, Gustavo Schmitt, Jusara Soares e Raphaela Ramos

Editoria de Arts

18_MarAcordo_014_DonaLuz_001_MilanLeite_SEX_RegistroBeneficiarios_Foto:CarlaAguiar/Agencia;_S18_CaraGisela/Agencia;_DadoBento/Agencia;_VivaFoto/Agencia;_006_MilanLeite

CLAUDIO FERRAZ



claudio.ferraz@o Globo.com.br



Combatendo desigualdades

Em outubro de 2019, alguns meses antes de o mundo virar de cabeça para baixo com a pandemia da Covid-19, um grupo de economistas acadêmicos se reuniu numa conferência em Washington D.C. para discutir políticas de combate à desigualdade em economias avançadas. O objetivo da conferência era fazer um balanço sobre as políticas públicas que podem ser utilizadas para a redução da desigualdade. Foram tratados os temas mais diversos, desde educação e qualificação da mão de obra, passando por comércio internacional, inovação e mudanças tecnológicas, até o fortalecimento de redes de proteção social e a intro-

dução de taxação mais progressiva.

O que tornou esta conferência única não foi o tema, mas seus participantes e o fato de que praticamente todos concordaram que a desigualdade é um problema de primeira ordem, algo difícil de imaginar há dez ou 15 anos atrás. Os participantes não eram somente economistas considerados de esquerda e especialistas em desigualdade como Emmanuel Saez e Gabriel Zucman. A elite da academia americana estava presente em peso, com nomes como Daron Acemoglu, David Autor, Greg Mankiw, Hilary Haynes, Larry Katz, Marianne Bertrand e Philippe Aghion.

Os trabalhos encomendados para a conferência estão no novo livro "Combating inequality: rethinking government's role" ("Combatendo a desigualdade: Repensando o papel do governo", sem edição no Brasil), editado pelos economistas Olivier Blanchard e Dani Rodrik, organizadores do encontro. Apesar do foco em países desenvolvidos, muitos dos questionamentos e discussões de políticas públicas presentes no livro servem para o Brasil.

Blanchard e Rodrik resumem na introdução do livro alguns dos achados surpreendentes da conferência. Primeiro, a ausência de uma discussão comum entre economistas de que existe um trade-off entre equidade e efici-

ência. A desigualdade é hoje considerada pela maioria dos economistas como um fator que gera má alocação de talentos e restringe o crescimento econômico. Segundo, houve uma ausência da promoção de desregulamentação de mercados ou redução de programas sociais como formas de aumentar emprego e reduzir a desigualdade. Finalmente, a percepção foi generalizada de que programas sociais são importantes e que devem ser pagos com um aumento na progressividade dos impostos.

É hora de o Brasil pensar não só na criação de empregos, mas em políticas que busquem criar "bons empregos"

ressante ao separar as políticas públicas entre aquelas que atingem diferentes estágios da economia (pré-produção, produção ou pós-produção) e o tipo de desigualdade que queremos reduzir (baixa renda, média ou desigualdade no topo da distribuição). A comparação se dá entre políticas educacionais ou de renda mínima, que afetam a igualdade de oportunidades antes do processo produtivo, e políticas de fomento à inovação, que afetam as decisões das empresas.

Uma das principais conclusões do livro é

que as políticas públicas terão que ir além da educação, qualificação e redistribuição. O foco na criação de "bons empregos", como já argumentou diversas vezes Daron Acemoglu, é fundamental.

Políticas para combater a desigualdade devem fomentar a inovação tecnológica, mas de forma que os benefícios possam ser apropriados por trabalhadores e não somente pelos donos das empresas. Elas devem também ajudar os trabalhadores a se organizarem face às novas tecnologias, como a internet e as mídias sociais. E finalmente, políticas redistributivas devem ser pagas com uma maior progressividade dos impostos.

As causas da desigualdade brasileira podem ser diferentes da americana, inclusive pela presença de um grande setor informal. Mas a necessidade de reduzir mais a má alocação de talentos e gerar oportunidades mais amplas é a mesma. Investimentos em educação são fundamentais, assim como programas de transferência de renda, mas não resolvem o problema.

É hora de o Brasil pensar não só na criação de empregos, mas em políticas que busquem criar "bons empregos". Para isso será necessário inovar, experimentar com novas ideias e avaliar seus efeitos. E nesse processo uma coisa é certa, o papel do governo será cada vez mais importante.

Governo antecipa pagamento do abono salarial para este mês

Medida vai injetar R\$ 7,33 bi na economia e busca reduzir efeitos da pandemia. Antecipar 13º de aposentados também está no radar

GERALDA DOCA
gestora@globo.com.br

O governo antecipou o calendário de pagamento restante de abono salarial. A medida faz parte do pacote de ações da equipe econômica para reduzir os efeitos da pandemia sobre a renda dos trabalhadores. O calendário foi publicado ontem no Diário Oficial da União.

De acordo com a resolução, repasses que estavam previstos para meados de março ocorrerão a partir do dia 11 deste mês. Tem direito ao abono salarial

quem recebeu, em média, até dois salários mínimos mensais com registro formal e exerceu atividade remunerada durante, pelo menos, 30 dias em 2019.

8,6 MILHÕES DE BENEFICIARIOS

Segundo dados da Receita Federal, a medida beneficiará 8,6 milhões de trabalhadores, sendo 7,5 milhões pagos pela Caixa Econômica Federal e 1,1 milhão pago pelo Banco do Brasil. Ao todo, os valores antecipados para este mês chegam a R\$ 7,33 bilhões.

A antecipação do abono já estava sendo estudada

pelo Ministério da Economia desde o início do ano, diante do recrudescimento da pandemia de Covid-19 no país.

Como se trata de uma mudança de calendário de pagamentos, a medida não tem impacto sobre as contas públicas, por isso foi escolhida para iniciar a nova rodada de estímulos.

Também está no radar da equipe econômica a antecipação do pagamento do 13º de aposentados e pensionistas do INSS. A expectativa é que a primeira parcela do benefício, prevista normalmente para o



Caixa Econômica. Cerca de 25 milhões de trabalhadores, nascidos até junho, vão poder sacar o benefício este mês no banco

fim do ano, seja paga a partir do fim deste mês.

No caso de abono salarial, os nascidos em maio e junho, que só receberiam o benefício no dia 17 de março, agora vão retirar o dinheiro junto com os aniversariantes em março e abril, no dia 11 de fevereiro.

Para receber, é preciso ainda estar inscrito no PIS/Pasep há, no mínimo, cinco anos e ter os dados atualizados pelo empregador

na Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Os trabalhadores da iniciativa privada recebem os recursos na Caixa Econômica Federal. Já servidores, militares e funcionários de empresas públicas recebem no Banco do Brasil.

Aqueles que possuem contas nesses bancos têm direito ao crédito antecipado, dois dias antes. Nestes casos, o depósito será feito em 5 de fevereiro, de

forma automática.

O valor do abono pode chegar a um salário mínimo (R\$ 1.100), dependendo do número de meses trabalhados no exercício anterior (neste caso, 2019). Portanto, quem trabalhou um mês no ano-base 2019 receberá 1/12 do piso nacional. Quem trabalhou dois meses receberá 2/12, e assim por diante. Só terá o valor total quem trabalhou o ano de 2019 inteiro.

Procuradoria vai investigar alta dos papéis do IRB

Ministério Público quer verificar se houve manipulação do mercado. Bolsa tem valorização de 0,82% e dólar cai 1,21%

O Ministério Público Federal instaurou investigação para apurar se houve crime financeiro nas negociações de ações do IRB Brasil RE. No último dia 28, os papéis saltaram 17,82%, e o volume negociado atingiu quase R\$ 1,4 bilhão, mais de três vezes a média diária dos 12 meses anteri-

ores, de R\$ 437 milhões.

Por trás disso estaria uma ação orquestrada, como a do GameStop, nos EUA, em que um grupo de investidores reuniu no Reddit articularam a compra dos papéis.

No caso do IRB, os investidores estavam em um grupo do aplicativo Telegram. A

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já afirmou que ataques especulativos podem ser caracterizados como crime na Justiça comum.

Segundo o MPF, se for comprovada, a prática caracteriza crime de manipulação do mercado e pode resultar em penas de reclusão de até

oito anos e multa correspondente a três vezes a vantagem ilícita obtida com a compra e venda dos papéis.

O procurador Rodrigo de Grandis, responsável pela investigação, já solicitou informações à presidência da B3, a Bolsa brasileira, para que justifique a interferência no

mercado. O prazo para resposta é de 15 dias. Ele pediu ainda à CVM que informe se foi aberto processo administrativo para apurar o fato e quais regulamentos podem ter sido violados.

O Ibovespa, índice de referência da Bolsa brasileira, fechou ontem em alta de 0,82%,

as 120.240 pontos, avançando 4,5% na semana. Na máxima, chegou a superar os 121 mil pontos. Os ganhos foram impulsionados pelo mercado externo e pela alta de papéis de mineração e siderurgia.

As ações da CSN tiveram a maior alta do Ibovespa, 7,36%. Já Usiminas avançou 4,41%, e a Vale, 3,81%.

Já o dólar comercial recuou 1,21%, a R\$ 5,383, com expectativas crescentes sobre o pacote de estímulo do governo Joe Biden. (Cleide Caralho, com agências)

A revolução da privatização do refino de petróleo

Mudança trará o fim do arbítrio da Petrobras na formação do preço dos combustíveis

Por Winston Fritsch

08/02/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas





— Foto: Andre Valentim/Petrobras

A “Velha Senhora” da Avenida Chile, no centro do Rio, vem aos poucos mudando suas prioridades, abandonando mitos arraigados e vencendo resistências históricas - ideológicas e corporativas - à sua modernização. Talvez a mais simbólica dessas mudanças tenha sido a decisão de sair das atividades de refino onde até recentemente a Petrobras ainda exercia monopólio de fato, mesmo depois da lei que regulamentou a liberalização dos mercados de petróleo e derivados, em 1997, e que transformou a exploração e produção de petróleo e gás no país.

Nos últimos anos a Petrobras abandonou definitivamente as duas refinarias em projeto no Ceará e no Maranhão e decidiu vender a maioria de suas refinarias existentes - compreendendo cerca de 50% de sua capacidade de refino - mantendo apenas aquelas localizadas no Rio e São Paulo. Este processo de venda está em fase avançada de execução. Quando for concluído, ainda este ano, passarão para as empresas privadas interessadas - alguns dos atuais distribuidores nacionais e uns poucos grupos estrangeiros - as refinarias localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e, mais deslocada dos principais mercados, a refinaria de Manaus.

Com custos diferentes entre refinarias, Petrobras equaliza preços e gera subsídios cruzados e distorções

A discussão do impacto dos desinvestimentos feitos pela Petrobras é tradicionalmente feita com ênfase na redução do seu alto nível de endividamento, que cresceu perigosamente a partir de fins de 2014 sob o impacto simultâneo do colapso dos preços mundiais do petróleo, da Lava-Jato, e da recessão e estagnação da economia brasileira. A privatização das refinarias vai ajudar a continuar a reduzir a dívida líquida da empresa e permitir a concentração de sua capacidade gerencial e financeira no aumento da exploração e produção de petróleo - negócio de alta margem e importância estratégica para o país. E, last but not least, deverá evitar para sempre que se repitam os desastrosos investimentos em refino feitos antes da

crise e que foram responsáveis por cerca de um terço dos gastos de investimento da Petrobras em exploração, produção e refino entre 2010 e 2014.

Entretanto, o efeito mais duradouro do fim do monopólio do refino será uma verdadeira revolução nos mercados de combustíveis. A brusca mudança no processo competitivo nesses mercados, afetará a formação de preços nos postos de gasolina e gerará maior competição na oferta, incentivando tanto o aumento de eficiência dos refinadores quanto as importações, até hoje inibidas pelo monopólio e ganhos para o consumidor e para o setor sucroalcooleiro.

O principal vetor dessa radical mudança no segmento de refino será o fim do atual arbítrio da Petrobras na formação dos preços de combustíveis, que até hoje dificultou a livre importação de refinados por agentes privados e permitiu recorrente, atrapalhada e nefasta interferência do governo tentando administrar esses preços para controlar a inflação ou, mais recentemente, agradar aos caminhoneiros. Hoje, o preço é formado arbitrariamente pela Petrobras que, apesar de custos diferentes entre refinarias, equaliza preços nacionalmente. Isso gera subsídios regionais cruzados e produz várias outras distorções.

A principal delas é inibir importações, que só acontecem quando o preço fixado pela Petrobras se afasta muito da paridade com o importado, e sempre de forma descontínua e modesta. Outra importante distorção é a redução da área de influência potencial das refinarias mais eficientes, restringindo artificialmente sua produção.

A maior competição trazida pelo fim do monopólio vai mudar tudo isso, de forma muito positiva para a economia, o consumidor e o acionista da Petrobras. Primeiro, haverá o fim definitivo da interferência do governo sobre preços de derivados que custaram a seus acionistas nada menos do que R\$ 100 bilhões entre 2010 e 2014.

Segundo, em cada submercado regional definido por uma refinaria dominante, os preços devem passar a ser disciplinados pelo preço de importação (mais custos logísticos e tributários) e pela competição entre as refinarias adjacentes. Isso deve forçar as refinarias, agora sob gestão privada, a buscar aumento de eficiência e menores custos de produção para aumentar sua área de influência geográfica.

Terceiro, nas áreas onde o novo dono da refinaria também é um dos distribuidores - que deverá ser o modelo predominante - haverá movimento defensivo dos demais distribuidores existentes na região de influência da refinaria, que aumentarão sua capacidade de importação para poder contestar aumentos abusivos de preços do refinador local.

Esse mecanismo será principalmente sentido no chamado Mercado Integrado, que cobre as áreas de influência das refinarias do Rio Grande do Sul a Pernambuco, onde há submercados regionais adjacentes e com grande competição na distribuição. No chamado Mercado Neutro, compreendendo uma enorme área que engloba o Centro-Oeste, parte do Norte (fora da influência da refinaria de Manaus) e parte do Nordeste (fora da influência da refinaria de Pernambuco), a dinâmica de preços é diferente. Esse mercado, tradicionalmente atingido por cabotagem pela Petrobras, já é crescentemente servido por importações, através de portos como Suape e Itaqui e, no futuro, também por Santarém.

Esse Mercado Neutro, interior, centrado na zona de agricultura exportadora de alta produtividade, com renda e fronteira em expansão, é o que mais cresce no país. Entre 2010 e 2020, o volume consumido de gasolina e diesel cresceu cerca de 70% na região contra apenas 23% no Brasil, segundo dados da consultora Leggio. Esta tendência deve continuar com a profunda transformação da infraestrutura logística em curso nessa região.

A construção de novas ferrovias, hidrovias, portos, rodovias e equipamentos ancilares alterará os custos de interiorização das importações baratas vindas do golfo do México, contribuindo para aumentar ainda mais a competição na distribuição, queda de preços e conseqüente aumento do consumo.

Finalmente, o duplo impacto do fim da interferência arbitrária nos preços da gasolina, que determinam diretamente o preço do etanol no Brasil, e do crescimento da demanda por combustíveis terá impacto muito benéfico para o setor sucroalcooleiro. Isso será particularmente importante também no Mercado Neutro, contribuindo para consolidar a clara tendência atual de transição da cana para o milho como insumo das usinas de etanol, pela atração de novas usinas de álcool para o centro dinâmico de consumo, gigantesca região produtora de grãos.

Winston Fritsch é empresário, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e doutor em Economia pela Universidade de Cambridge.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anvisa libera anti-melasma com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Empreendedores de Salvador abrem loja virtual fácil

OLIST

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PERFECT SLEEP

LINK PATROCINADO

Bahia: empresárias lucram com venda online usando este app

OLIST

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Veja os 10 carros mais vendidos em janeiro de 2021

VALOR INVESTE

Mercado coloca um pé atrás diante das prioridades de Bolsonaro

VALOR INVESTE

Bolsonaro com a faca e o queijo na mão para passar reformas dá novo fôlego ao mercado

Ampliação do Bolsa Família pode ser alternativa

Inclusão dos 5 milhões de pessoas que estão na fila do programa é sugestão de Ricardo Barros, líder do governo

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

08/02/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

A assistência às famílias que voltaram para a pobreza após o encerramento do auxílio emergencial pode começar pela inclusão dos 5 milhões de pessoas que estão na fila do Bolsa Família, disse ao **Valor** o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Ele acrescentou que essa é uma sugestão sua, e não uma decisão de governo.

“Se vamos ampliar o Bolsa Família ou atender a mais pessoas carentes, a sugestão é que seja com pessoas verificadas”, comentou o líder do governo. Esse é o caso das famílias que estão na fila do benefício, pois já tiveram sua situação avaliada pelas prefeituras.

A sugestão de Barros foi publicada no último sábado pelo jornal “O Estado de S. Paulo” e confirmada pelo **Valor**.

Embora o líder apresente a ideia como sugestão, esse formato está de fato em avaliação no Ministério da Economia, segundo fonte. Deve integrar o diálogo em torno da ampliação do Bolsa Família que começou na semana passada, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, recebeu os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para estabelecer a pauta de votações no Congresso. O novo programa assistencial e a aprovação do Orçamento de 2021 são os pontos mais urgentes da agenda legislativa.

De acordo como Barros, não está definido como será feita a ampliação do Bolsa Família. Ninguém sabe ao certo quantas pessoas precisam do benefício, disse o deputado. Mesmo a sinalização de Guedes, que metade dos beneficiários do auxílio emergencial poderá seguir amparada pelo governo, foi um “chute”, afirmou o líder.

Além de definir o universo de pessoas a serem atendidas pelo Bolsa Família ampliado, o grande desafio é encontrar recursos. Guedes tem defendido que a ampliação depende da redução de outras despesas. Não poderá ser feita fora das regras que pautam a política fiscal brasileira.

No momento, a ampliação do benefício pode ser feita mediante a recriação do estado de calamidade, que abre a possibilidade para gastos fora do teto legal por meio de créditos extraordinários. Essa medida, porém, precisa ser adotada “dentro de um novo marco fiscal, robusto o suficiente para enfrentar eventuais desequilíbrios”, disse o ministro.

Esse novo marco está nas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que reformam o Pacto Federativo, paradas no Congresso há mais de um ano. A equipe da Economia aposta no desejo de deputados e senadores de ampliar a assistência social para pressionar pela aprovação das medidas duras que estão nessas PECs, como a possibilidade de redução de até 25% dos salários e jornadas de trabalho dos servidores públicos e a eliminação de incentivos fiscais.

Dentro desse novo marco, seria possível editar um decreto de calamidade e deflagrar os “gatilhos” de corte nos gastos para fazer frente às despesas extraordinárias da pandemia. É o que o ministro chama de “apertar o botão” de um artefato nuclear. Haverá mais recursos. Por outro lado, gastos em áreas como saúde, segurança e educação ficarão travados, vem alertando.

Após receber Pacheco e Lira, na última quinta-feira, o ministro afirmou que governo e Congresso podem se colocar de acordo em pouco tempo, se a opção for pela ampliação do Bolsa Família. “A situação do Brasil exige”, comentou.

Se esse botão será apertado, porém, é algo que ainda não está definido, disse Barros.

Crédito para ajudar exportação está cada vez mais escasso

Dificuldade fiscal e necessidade de novas regras explicam problema, segundo governo

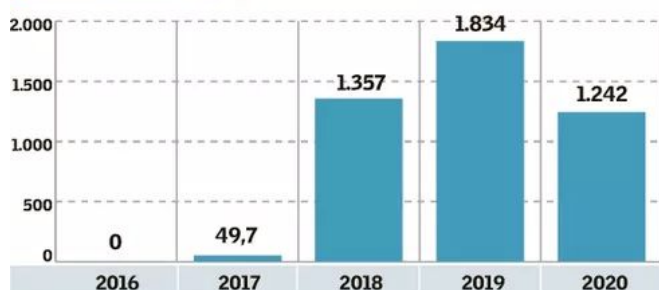
Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

08/02/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

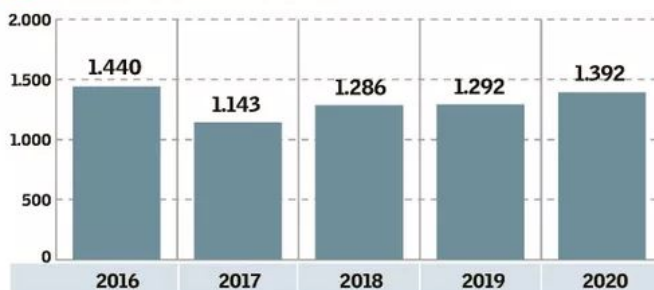
Aquém do desejado

Financiamento externo desacelera e indenizações sobem ao longo dos tempo (em R\$ milhões)

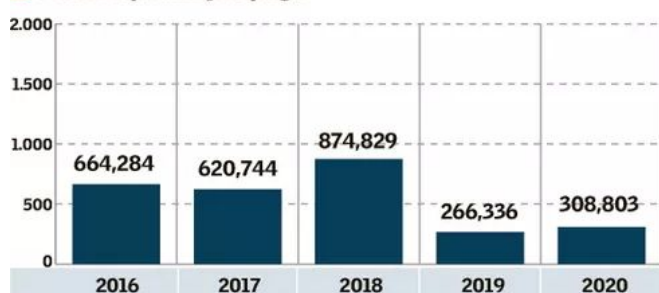
■ Indenizações pagas



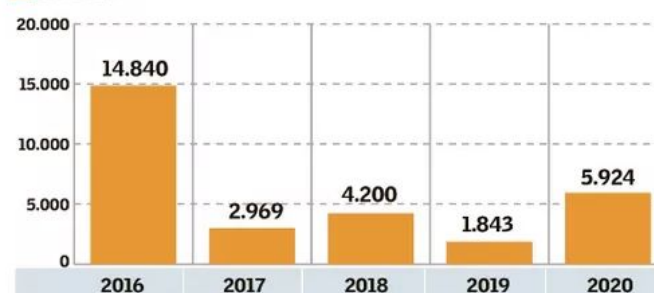
■ Proex Financiamento pago



■ Proex Equalização pago



■ BNDES



Fonte: Ministério da Economia

Se por um lado os recursos públicos destinados ao financiamento das exportações de empresas brasileiras estão mais escassos, por outro, o governo tem desembolsado mais para honrar calotes em contratos cobertos pelo seguro de

crédito à exportação (SCE). A indústria reclama que os mecanismos de crédito oficial estão perdendo força no Brasil.

Segundo técnicos da área econômica, não há uma orientação do governo para diminuir o apoio às exportações brasileiras. A avaliação, no entanto, é que, além da dificuldade fiscal, existe a necessidade de atualização das regras existentes para melhorar e tornar mais célere a execução dos recursos.

O governo já trabalha na revisão de normativos que tratam da liberação de recursos para equalização de juros nos contratos de exportação. O pedido de ajuste, que deve ser apresentado neste mês ou em março, precisa de aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN). Além disso, o seguro de crédito às exportações passará por uma reforma.

Atualmente, o governo apoia as exportações por meio do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) Equalização e Financiamento, operado pelo Banco do Brasil, e do seguro de crédito, pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), ligada ao Ministério da Economia. As iniciativas dependem de recursos orçamentários.

Nos últimos anos é possível notar que uma parcela cada vez maior do valor aprovado pelo Congresso para o Proex-Equalização, especialmente, não tem sido usada na integralidade. A modalidade beneficia, principalmente, as grandes empresas. Segundo dados do Ministério da Economia, o desembolso do governo com equalização somou R\$ 575,1 milhões no acumulado de 2019 (R\$ 266,3 milhões) e 2020 (R\$ 308,8 milhões). Somente em 2018, esse pagamento foi de R\$ 874,8 milhões.

Para técnicos do Tesouro, o que está acontecendo é um “empoçamento” dos recursos porque as empresas solicitam ao Banco Brasil a equalização de uma operação, que nem sempre se confirma. Neste caso, o banco não pode repassar o recurso para outra empresa. Esse “empoçamento”, conforme fontes, está cada vez mais expressivo e, por isso, a necessidade de ajuste nas regras atuais. “Hoje você tem um orçamento que quem chegar primeiro ocupa”, contou um técnico.

Segundo ele, os R\$ 888,6 milhões autorizados para este ano já foram totalmente consumidos com os pedidos já existentes no BB. “Agora, vamos ter que parar de aprovar de aprovar operações por causa disso, sabendo que muito lá na frente não vai se verificar. O BB tem feito uma pressão nas empresas pedindo para que ajustem os cronogramas para que não ocupem lugar na fila.”

Para tentar reverter esse quadro, a ideia é estabelecer alguns prazo, por resolução do CMN, para que as empresas apresentem documentação mostrando o andamento para exportação. Com isso, dependendo da situação, o recurso pode ser transferido para uma outra companhia. “Não dá para apertar demais os prazos”, explicou um técnico do Tesouro.

No caso da modalidade Proex-Financiamento, que apoia exportações de empresas com faturamento bruto anual até R\$ 600 milhões, os técnicos do Tesouro explicaram que o orçamento está condizente com o que vem sendo solicitado ano a ano. Tanto em 2019 quanto em 2020, o orçamento previsto foi de R\$ 2,1 bilhões e o efetivamente pago foi de R\$ 1,3 bilhão em 2019 e R\$ 1,4 bilhão no ano passado. Para este ano, o orçamento previsto é de R\$ 1,999 bilhão. No BNDES, a concessão de crédito passou de R\$ 14,5 bilhões em 2016 para R\$ 5,9 bilhões em 2020.

No caso do SCE, lastreado no Fundo de Garantia às Exportações (FGE), sua atuação tem reduzido gradativamente nos últimos anos, o que se reflete em uma diminuição de suas receitas. Como menos operações têm sido contratadas, a arrecadação de prêmios pelo risco tem diminuído. Dados do Ministério da Economia mostram que as indenizações pagas saltaram de zero em 2016 para R\$ 1,2 bilhão em 2020. Já o prêmio recolhido recuou de R\$ 451,2 milhões em 2016 para R\$ 70,6 milhões em 2020.

“Passou a haver um aumento significativo no número inadimplências em créditos cobertos pelo SCE/FGE, como no caso dos financiamentos a exportações para Cuba, Moçambique e Venezuela, além de uma operação do setor aeronáutico, o qual, aliás, encontra-se em situação de severo estresse devido aos efeitos econômicos da pandemia”, informou o ministério. A ideia é que haja uma disponibilização maior de recursos para o seguro, após a reforma que se pretende fazer nele.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), os dados do governo confirmam um cenário preocupante na área de financiamento às exportações no país, que já vem se desenrolando há alguns anos. Desde 2015, os mecanismos de crédito oficial vêm perdendo força no Brasil, enquanto outros países têm adotado políticas agressivas e competitivas para a área nas últimas décadas, defende.

“Não existe banco privado que financie em longo prazo montantes dessa magnitude. Tem que ter ação pública para poder enfrentar esse tipo de demanda”, disse o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi. Ele destacou que o apoio oficial à exportação tem efeitos mais amplos sobre a economia, como na arrecadação, geração de emprego e utilização de serviços no país.

Dados da entidade mostram que empresas apoiadas por instrumentos públicos de financiamento chegam a exportar 15% mais, ampliam seus mercados em até 70% e aumentam o número de funcionários em até 10%. No caso do Proex Equalização, a CNI afirma que, em 2019, para cada US\$ 1 alocado foram gerados US\$ 25,7 em exportações de bens de alto valor agregado e gerados US\$ 3,20 em impostos à União. Para 2021, a demanda é de ao menos R\$ 1,6 bilhão de orçamento para a modalidade.

Atualmente, aponta a CNI, o BNDES vem apresentando os menores níveis de desembolso histórico para as exportações; o Proex tem enfrentado dificuldades com seu orçamento minguando; e a ABGF, que lida com os seguros e garantias, foi incluída no Plano Nacional de Desestatização (PND) para liquidação, o que gera preocupação.

Para Constanza Negri Biasutti, gerente de Política Comercial da CNI, a política de financiamento às exportações deve ser vista como um pilar da política industrial e de comércio exterior. “A gente já tem que ir atrás do prejuízo de o Brasil ter descuidado dessa área por uns cinco anos. Agora é o momento de a gente reverter isso, mas pensando de maneira estratégica e olhando o contexto maior. Não podemos continuar deixando as empresas brasileiras em desvantagem como elas ficam hoje.”

Falha no sistema da Receita Federal impede emissão de certidão fiscal

Exigibilidade do tributo não é automaticamente suspensa com defesa administrativa

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

08/02/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Tributarista Rafael Vega: chat da Receita Federal não consegue resolver o problema e o encaminha para a ouvidoria, sem prazo para analisá-lo — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Problemas no sistema da Receita Federal têm dificultado a vida das empresas que precisam de certidão de regularidade fiscal. Há cerca de dois meses, a exigibilidade do tributo não é mais automaticamente suspensa com a apresentação de defesa administrativa contra autuação fiscal. E nem o chat ou a ouvidoria virtual - que

substituíram na pandemia o balcão das unidades de atendimento do órgão - estão resolvendo a questão.

Sem a informação que libera a emissão da certidão fiscal, alguns contribuintes são obrigados a recorrer ao Judiciário. O documento é essencial para a participação em licitações, obtenção de empréstimos e a comprovação de conformidade (compliance) para parceiros de negócios, especialmente os estrangeiros.

A Receita controla as cobranças dos contribuintes que estão suspensas com lupa. Conforme o mais recente levantamento (junho de 2020), o total de créditos ativos no país é de R\$ 1,87 trilhão. Desses, 60,6% está com exigibilidade suspensa por processo administrativo, o que equivale a R\$ 1,13 trilhão - R\$ 1,09 trilhão referentes a pessoas jurídicas. A maioria desses créditos é relativa a IRPJ (31,8%), seguido de Cofins (14,7%) e CSLL (12,9%).

Do total de créditos suspensos por processos administrativos, segundo os dados da Receita, 55,05% envolvem contribuintes do Estado de São Paulo e 18,46% do Rio de Janeiro. A maioria refere-se a indústrias de transformação, empresas de atividades financeiras/seguros e de comércio ou reparação de veículos. Juntas, somam R\$ 800 bilhões.

Como determina o Código Tributário Nacional (CTN), entre as hipóteses que suspendem a exigibilidade do crédito estão “as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo” (inciso III do artigo 151). A defesa administrativa é um dos tipos de recurso.

Segundo o tributarista Rafael Vega, do Cascione Pulino Boulos Advogados, a defesa administrativa é importante porque suspende a exigibilidade sem a empresa precisar apresentar garantia do valor em discussão, como é exigido na Justiça. “Agora, quando a empresa abre o extrato on-line, vê a dívida tributária ainda em aberto. Com isso, não consegue tirar a certidão de regularidade fiscal”, diz.

Ao menos dois clientes do escritório já foram prejudicados por causa do problema. Um operador portuário do Rio de Janeiro, afirma, sofreu autuação, em dezembro, de R\$ 200 milhões, protocolou a defesa, mas o débito permanece na chamada conta corrente da Receita. “Como essa empresa é alavancada, periodicamente precisa

apresentar comprovante de regularidade fiscal para mostrar aos bancos que é saneada. Algumas semanas sem a exigibilidade suspensa e a empresa já fica de cabelo em pé.”

Uma outra empresa, do ramo de autopeças, de Guarulhos (SP), passa pela mesma espera em relação a uma cobrança tributária de aproximadamente R\$ 30 milhões, de acordo com o advogado. “Pelo chat da Receita, criado para o contribuinte não ter que ir até uma unidade, dizem que não podem fazer nada a respeito e encaminham o caso para a ouvidoria. De lá, vem a resposta por e-mail de que a questão será analisada, mas sem dar prazo”, afirma Vega.

No escritório TozziniFreire Advogados, a situação não é diferente. Pelo menos dois clientes sofrem com o mesmo problema. “Um deles é uma indústria com oito processos administrativos apresentados, que somam R\$ 1,5 milhão. O outro é uma empresa de serviços de tecnologia que discute uma autuação fiscal de cerca de R\$ 7 milhões”, diz o tributarista e sócio da banca Jerry Levers.

Na prática, a indefinição aumenta o peso tributário e dificulta o compliance das empresas, segundo Levers. “Além de ter que arcar com o custo da discussão administrativa, há um custo adicional para controle das certidões porque, em geral, é difícil operar sem o documento”, afirma. “Ainda mais em época de pandemia, quando cada real conta”, completa o advogado.

A advogada Daniella Zagari, sócia do Machado Meyer, diz que o problema não é novo, já havia ocorrido no passado e, agora, com a pandemia, parece que se intensificou. De acordo com ela, não é incomum a empresa ter que entrar com mandado de segurança na Justiça para conseguir a certidão de regularidade fiscal por causa de falsas pendências que aparecem no sistema da Receita. “O grande problema é o timing porque a certidão pode ser exigida da empresa imediatamente”, afirma.

Daniella lembra ainda que, mesmo dentro do procedimento on-line de renovação do documento, às vezes aparecem como débito em aberto diferenças de valores de tributos em relação aos inseridos na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), antes mesmo de ser aplicada autuação fiscal. “Assim, a Receita

sempre transfere ao contribuinte o dever de esclarecer que não há pendência, como se ele sempre estivesse com a faca no pescoço”, diz.

Por meio de nota, a Receita Federal informa que o procedimento de instrução processual e registro nos sistemas requer intervenção manual e, a depender do volume de demandas, pode não ser imediato. “Não obstante, a Administração Tributária possui, por lei, o prazo de dez dias para expedir certidão; prazo este sempre cumprido pela Receita Federal”, afirma.

Assim, se a certidão de regularidade fiscal da empresa está para vencer, a orientação dos advogados é para que faça um pedido comprovando diretamente, por meio do sistema e-CAC da Receita Federal, que a defesa administrativa já foi protocolada. O prazo de validade de cada certidão é de 180 dias.

A Receita, segundo informa na nota, vem evoluindo os seus sistemas para ampliar a automatização. “O sistema e-Defesa, por exemplo, permite a elaboração padronizada de defesas contra notificações de lançamento decorrentes de malha fiscal de Imposto de Renda de Pessoa Física”, diz. “E em conjunto com o Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais], está sendo implantada uma evolução do sistema e-Processo, que possibilitará indicar as alegações do contribuinte em recursos juntados a processos”, acrescenta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Viaje já com diárias a partir de 6x de R\$ 22!

ALL- ACCOR LIVE LIMITLESS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera anti-melasma com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

Independência do BC está nas mãos de Arthur Lira

Novo presidente da Câmara nomeia outro relator para o projeto

08/02/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Países com bancos centrais independentes costumam ter inflação mais baixa e, conseqüentemente, economia com taxas de juros menores. Não se trata de coincidência: nas nações onde a autoridade monetária sofre interferência política, o custo de vida é mais alto, logo, o poder de compra da moeda é menor.

O que define a independência ou a autonomia formal (prevista em legislação específica) de um banco central é a fixação de mandatos para o presidente e os diretores da instituição, de preferência não coincidentes com o do presidente da República e durante os quais eles não podem ser demitidos. Hoje, presidente e diretores podem ser dispensados a qualquer momento, por decisão do chefe do Poder Executivo.

A maioria dos países que adotam o regime de metas para inflação tem banco central independente. O Brasil, que opera com esse regime desde meados de 1999, é uma das poucas exceções. O Banco Central (BC) brasileiro nasceu independente, em 1964. Três anos depois, porém, perdeu a autonomia formal, isto é, os diretores passaram a não ter mais mandatos garantidos em lei.

O BC é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Economia. Sua principal missão institucional, como determina a Constituição federal, é zelar pelo poder de compra da moeda nacional. Como o BC detém o monopólio da emissão de moeda, sua atribuição precípua não poderia ser outra, a não ser controlar a inflação para

evitar que a variação altista dos preços reduza o valor da moeda, no caso, o real, diminuindo seu poder de compra.

Dentro do regime de metas para inflação, o Conselho Monetário Nacional (CMN), integrado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento (ambos, atualmente, integram a Pasta da Economia) e o presidente do Banco Central, define o objetivo inflacionário a ser alcançado dois anos à frente pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. O instrumento usado para alcançar a meta é a taxa básica de juros (Selic).

O regime de metas dá maior previsibilidade à gestão monetária. A sua adoção já deu ao BC uma certa autonomia, de caráter informal, uma vez que explicitou seus objetivos e o horizonte relevante da política monetária, portanto, o prazo no qual a meta de inflação estabelecida deve ser alcançada. Ficou mais simples para a sociedade (e não apenas para o mercado) acompanhar o trabalho da autoridade monetária, que passou a atuar de forma muito mais transparente.

Nos governos Fernando Henrique Cardoso (1985-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Michel Temer (2016-2018), o Banco Central operou com autonomia informal, mas não sem ruídos e alguns momentos de tensão. Na gestão Dilma Rousseff (2011-2016), por decisão deliberada da presidente, a autonomia acabou. Para que ninguém tivesse dúvida de quem mandava no BC, a então presidente chegou a declarar publicamente, na presença do então presidente da instituição, Alexandre Tombini, que não se combate inflação com aumento de juros.

Uma comparação do comportamento da inflação desde o início do regime de metas mostra que o IPCA, o índice oficial desse regime, foi mais alto durante o período em que o Banco Central não teve autonomia para calibrar a taxa de juros e, assim, usá-la no combate à carestia. Em 2015, a inflação chegou a dois dígitos (10,67%), superando em mais de seis pontos percentuais a meta oficial (4,5%).

O atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem dedicado parte de seu tempo a convencer o governo para o qual trabalha e a classe política a aprovar lei que dê independência formal à autoridade monetária. Em novembro, o Senado aprovou projeto com esse objetivo e o entendimento, negociado na ocasião, era o de que o

relator da matéria na Câmara, Cássio Maldaner (MDB-SC), adotaria, em sua integralidade, o texto aprovado pelos senadores. Com o acordo, para que a autonomia virasse lei, bastaria o projeto ser aprovado no plenário.

Ontem, porém, o novo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu nomear novo relator - Sílvio Costa Filho (Republicanos-SE). Hoje, Lira vai reunir-se com Campos Neto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e Costa Filho, para tratar do tema. Se a mudança do relator representar, também, alteração do teor do projeto de independência, o BC permanecerá sem autonomia, um assunto que tramita no Congresso há mais de 20 anos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PERFECT SLEEP

LINK PATROCINADO

Empreendedores de Salvador abrem loja virtual fácil

OLIST

LINK PATROCINADO

Bahia: empresárias lucram com venda online usando este app

OLIST

por taboola

Conteúdo Publicitário

Judiciário determina expedição de documento

A formalização de parcelamento de débitos libera a certidão de regularidade fiscal

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

08/02/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas





Carolina da Silveira: Receita tem demorado de 20 a 30 dias para responder — Foto: Divulgação

A demora no atendimento da Receita Federal para a formalização de parcelamentos, durante a pandemia, vem obrigando empresas a recorrer ao Judiciário. A medida, assim como a apresentação de defesa administrativa contra autuação fiscal, suspende a exigibilidade do tributo.

A saída foi adotada recentemente por uma empresa da Bahia. Sem a análise de um pedido de parcelamento pela Receita, não conseguiria obter a certidão de regularidade fiscal.

Na liminar, que ordena a expedição da certidão, o juiz Robson Silva Mascarenhas, da 14ª Vara Federal Cível da Bahia, lembra que “não há prejuízo à União [com a expedição do documento fiscal], uma vez que a suspensão das cobranças permanece condicionada ao recolhimento das parcelas”.

O parcelamento suspende a exigibilidade, conforme o inciso VI do artigo 151 do Código Tributário Nacional (CTN). Contudo, é a formalização do parcelamento que libera a certidão fiscal.

Segundo a advogada que obteve a liminar, Carolina Oliveira Serra da Silveira, sócia do Fernando Neves Advogados e Consultores, a Receita Federal tem demorado de 20 a 30 dias para dar resposta para um pedido de parcelamento. “É uma morosidade injustificada da administração. Os prazos para respostas dos requerimentos dos contribuintes precisam ser revistos”, diz.

Para ela, esse problema intensificado com a pandemia limita inclusive os direitos dos advogados de acesso às informações dos clientes. “Ficamos de mãos e pés

atados e o cliente a ver navios, o que nos leva a partir para a via judicial”, afirma.

Quando o valor a ser parcelado ultrapassa R\$ 5 milhões, de acordo com a advogada, é preciso fazer um requerimento para a análise da possibilidade de parcelamento ordinário. “Mas não conseguimos agendamento em data próxima, só dali a 15, 20 dias”, diz.

No caso, trata-se de empresa de engenharia do ramo de petróleo e gás que participava de processo licitatório e não poderia ser penalizada pela demora do órgão para obter uma certidão. “O juiz considerou que não havia perspectiva para resposta e liberou a expedição do documento”, afirma a advogada.

Por meio de nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional diz que no momento da impetração da ação não existia atraso do Fisco. “A Receita Federal, assim como outros órgãos da Administração Pública Federal, possui um prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para apreciação, segundo o artigo 49 da Lei 9784, de 1999”, diz a nota.

De acordo com dados da Receita Federal de junho de 2020, do total de R\$ 1,87 trilhão em créditos ativos dos contribuintes, R\$ 224,47 bilhões estão com a cobrança suspensa por parcelamentos - a maior parte está no Programa Especial de Regularização Tributária (21,8%), instituído pela Lei ° 13.496, de 2017, e no parcelamento ordinário (23,7%).

Essa transferência de responsabilidade do Fisco ao contribuinte, em relação ao dever de esclarecer que não existem pendências, é uma situação grave, por gerar novos processos judiciais, segundo a advogada tributarista Daniella Zagari, sócia do Machado Meyer Advogados. “Há anos, muitas vezes, quando o contribuinte perde a discussão na esfera administrativa, se a inscrição do débito na dívida ativa da União demora a acontecer, o contribuinte também tem que ir à Justiça para oferecer garantia e suspender a exigibilidade”, diz.

Lira discute autonomia do BC com Campos e Guedes

Relator da matéria, deputado Silvio Costa Filho, também deve participar da conversa

Por Renan Truffi — De Brasília

08/02/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem que pretende se reunir hoje com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o projeto que dá autonomia ao BC. O relator da matéria, deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos-SE), também deve participar da conversa. A expectativa é que a matéria seja votada na Câmara dos Deputados nesta semana.

“Ainda sobre a autonomia do Banco Central, temos uma reunião com o ministro Paulo Guedes, da Economia, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto e com o relator do projeto, deputado Silvio Costa Filho”, publicou Lira em seu perfil no Twitter. Antes dessa mensagem, Lira havia republicado um texto de Sílvio Costa Filho no qual ele alertava que o parecer favorável à matéria já estava disponível. “Temos que ter previsibilidade nas pautas a serem votadas. Acesso prévio aos relatórios e amplo debate”, disse o presidente da Câmara.

Sobre isso, o relator disse que pretende “aprovar o melhor relatório possível”. “Protocolei, na noite de ontem [sexta-feira], o parecer prévio favorável à aprovação da autonomia do Banco Central. Entretanto, estou ouvindo os parlamentares, os técnicos do Governo Federal e do Banco Central. Vamos, ao final, aprovar o melhor relatório possível”, escreveu o deputado.

Em seu parecer, o parlamentar destacou que a pandemia mostrou a importância da estabilidade de preços e que os beneficiários do auxílio emergencial perceberam um aumento da inflação pela elevação de preços de itens básicos de consumo: “É portanto, papel do Banco Central do Brasil defender a nossa população de aumentos de preços, que afetam os mais pobres, ainda muito mais do que aqueles mais favorecidos. É precisamente em defesa dos cidadãos mais pobres e desfavorecidos que uma política severa de combate à inflação se faz necessária. Nesse sentido, um banco central autônomo é seguramente mais eficiente na busca de baixa inflação.”

Apesar do aval de lideranças governistas e independentes, o texto deve enfrentar resistência da oposição. O projeto cria mandatos para o presidente e diretores do BC, para evitar “interferências políticas” para redução dos juros, mesmo com a inflação em alta. Pelo texto aprovado pelo Senado, com o aval do governo e do presidente do Banco Central, a autoridade monetária manterá a missão de assegurar a estabilidade monetária, mas passa a também perseguir, “na medida de suas possibilidades”, o fomento ao pleno emprego no país, em uma espécie de duplo mandato ‘light’.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anvisa libera anti-melasma com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PERFECT SLEEP

LINK PATROCINADO

Empreendedores de Salvador abrem loja virtual fácil

Nova ferramenta antecipa valores para empresas que fornecem para o governo

Valores serão pagos com desconto pelo banco, que fica com o direito de receber pelo produto ou serviço diretamente da União depois

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

08/02/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas



Secretário Caio Paes de Andrade: “Vamos azeitar a economia com crédito” — Foto: Dênio Simões/Valor

O governo lança hoje uma ferramenta chamada AntecipaGov, que pode liberar até R\$ 45 bilhões para empresas fornecedoras. “É muito bom, no momento em que a economia precisa de liquidez”, disse o secretário especial de Desburocratização,

Gestão e Governo Digital, Caio Paes de Andrade. “Vamos azeitar a economia com crédito.”

O programa será uma funcionalidade do ComprasNet, o portal de compras do governo federal. É um site tipo “marketplace” no qual ocorrerá uma espécie de leilão reverso, explicou.

As 250 mil empresas que fornecem ao governo poderão informar os valores que têm a receber. As instituições financeiras cadastradas na plataforma informarão qual a taxa desejada para antecipar até 70% do saldo que o fornecedor tem a receber. Feita a operação, o banco receberá do governo no prazo em que o pagamento ocorreria, originalmente.

“Não muda em nada o nosso pagamento”, afirmou Paes de Andrade. O gasto é exatamente o mesmo previsto no Orçamento e na programação de caixa, ressaltou.

“Não estamos injetando dinheiro, porque este governo não faz isso.” Os recursos da antecipação serão aportados pelo mercado de capitais, frisou. E ajudarão a animar a atividade econômica num momento de incertezas motivadas pelo recrudescimento da pandemia.

O programa beneficiará principalmente as pequenas e médias empresas, que necessitam de capital de giro e deixaram de contar, neste ano, com os empréstimos emergenciais do governo. O Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) foi prorrogado, mas em condições diferentes das de 2020.

Além disso, muitas pequenas e microempresas podem estar inviabilizadas de fornecer ao governo por falta de fôlego para esperar os ritos de contratação do governo, que podem ser demorados.

Com a antecipação do pagamento, é possível que mais empresas se interessem em vender ao setor público. A diversificação ampliará a concorrência, acredita o secretário. Com isso, os preços pagos pelo governo tendem a diminuir.

O governo tem R\$ 65 bilhões em contratos ativos com fornecedores de produtos, serviços e obras. Parte desse estoque pode já ter sido paga de forma parcial, em contratos de duração mais longa, disse o secretário de Gestão, Cristiano Heckert.

Até o momento, há nove instituições financeiras cadastradas para operar no AntecipaGov. Além disso, duas plataformas que já existem e prestam serviço semelhante se acoplaram ao sistema.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PERFECT SLEEP

LINK PATROCINADO

Empreendedores de Salvador abrem loja virtual fácil

OLIST

LINK PATROCINADO

Bahia: empresárias lucram com venda online usando este app

OLIST

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Veja os 10 carros mais vendidos em janeiro de 2021



Por Luiz Carlos Mendonça de Barros

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é p... [ver mais](#)

O novo espaço de Paulo Guedes

As novas condições políticas do Brasil serão uma restrição muito forte à liberdade do ministro

08/02/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Uma pergunta domina hoje coração e mente dos principais agentes econômicos no Brasil: qual será a agenda do ministro Paulo Guedes depois do cavalo de pau - para usar uma expressão dos primeiros anos do governo Lula - que o presidente Bolsonaro acaba de dar na política brasileira?

A nova relação com os partidos do chamado "Centrão" certamente garante uma maior tranquilidade política ao governo, mas implica a aceitação de uma agenda na economia diferente daquela com a qual Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil. Praticamente calado durante todo o mês de janeiro - uma prova de sabedoria - em função da árdua disputa pelo controle das mesas diretoras da Câmara e do Senado, cabe a ele agora mostrar suas cartas para a definição de uma agenda econômica para 2021. A disputa eleitoral no Congresso, controlada com mão de ferro pelo Palácio do Planalto, produziu um forte rearranjo na política brasileira - o terceiro nestes dois anos de mandato do presidente Bolsonaro - e foi montado com o objetivo de preservá-lo politicamente até as eleições presidenciais de 2022 e depois, vencê-las.

As novas condições políticas vão representar uma restrição muito forte à liberdade de ação do ministro

E é em função deste cenário que o poderoso czar da economia brasileira na primeira metade do mandato presidencial terá que se posicionar. Não existe mais hoje o governo com uma pauta de ação política e administrativa confusa e sem maiores definições que saiu das urnas em 2018. Nele Paulo Guedes se sobressaiu com um discurso vigoroso, claro e articulado de reformas radicais no modelo econômico que prevaleceu nos últimos 10 anos no Brasil.

Seu objetivo era a construção de uma economia de mercado radicalmente liberal, tendo Roberto Campos - o simbólico ministro do primeiro governo militar - como seu inspirador.

Apesar do longo histórico político de Jair Bolsonaro se chocar com as ideias do então chamado Posto Ipiranga, houve um movimento eufórico no mercado financeiro e entre os grandes empresários, brasileiros ou não.

Embora as metas colocadas para serem executadas - R\$ 1 trilhão de privatizações por exemplo - fossem ambiciosas demais para um governo sem nenhuma base política no Parlamento, milagres poderiam ocorrer, e os mercados apostaram nele.

Em março passado, esta euforia já estava desgastada quando recebeu um golpe mortal com a chegada da pandemia ao Brasil. A crise econômica que se instalou obrigou o ministro a adiar seu plano de voo e a recorrer aos velhos ensinamentos de Keynes, inimigo mortal de seu liberalismo e principal inspiração de governos anteriores. A antiga agenda foi deixada de lado e Paulo Guedes - e seu companheiro, o presidente do Banco Central Roberto Campos Neto - presidiram a implantação de um dos mais exitosos planos de enfrentamento da recessão da covid- 19 que aconteceram nas maiores economias de mercado do mundo.

Os dados, que estão disponíveis hoje, confirmam esta minha leitura quando comparados com os dos Estados Unidos e vários países da Comunidade Europeia. Um exemplo claro do êxito das medidas tomadas pela equipe econômica é a recuperação da indústria brasileira que chegou ao fim do ano com sua produção agregada acima do nível do ano de 2019.

Mas este êxito teve um custo fiscal pesado - mais de 10% do PIB - e colocou as contas fiscais e a dívida pública brasileira em uma zona de perigo dentro do protocolo do liberalismo econômico dominante nas elites brasileiras. A reação natural do ministro seria a de promover em 2021 reduções vigorosas no chamado gasto público e acelerar as reformas estruturais que consolidem um equilíbrio fiscal mais sólido para o futuro. Mas as novas condições políticas do Brasil de hoje vão representar uma restrição muito forte à liberdade de ação do ministro.

Do lado do presidente, empenhado que está na campanha de sua reeleição em 2022, não existe mais o mandato que detinha no primeiro ano de governo, como já foi ressaltado acima. Naquela época, com as eleições muito adiante ainda, as suas divagações sobre as maravilhas de uma economia liderada pelas forças de mercado serviam inclusive ao objetivo de diferenciar o governo eleito de seus inimigos históricos da esquerda e centro-esquerda.

Muito ajudou este estado quase eufórico a presença de Rodrigo Maia na presidência da Câmara de Deputados com sua origem política e seus valores sinceramente liberais. Tudo apontava na direção de uma parceria histórica com chances de vencer o ranço estatizante de grande parte do Congresso e caminhar na direção de uma economia mais eficiente. Mas esta parceria não existe mais e as primeiras declarações públicas dos novos comandantes do parlamento apontam no sentido contrário.

Me impressionou muito o “body language” do presidente do Senado e do ministro Paulo Guedes em uma rápida entrevista coletiva na noite da última quinta-feira e que deixou claro duas coisas para mim: a primeira é a autoconfiança do senador por Minas Gerais, Rodrigo Pacheco, que preside o Senado, em expor suas ideias em relação à economia. Em segundo lugar, a postura compreensiva do poderoso ministro da Economia que mostrou com clareza - pelo menos para mim - que já entendeu o novo equilíbrio de forças entre Executivo e Legislativo que se seguiu ao cavalo de pau do presidente Bolsonaro.

Um novo desenho ainda não conhecido da agenda econômica em 2021 estará sendo gerado nas próximas semanas deste embate entre o Congresso e o ministro Paulo Guedes, mas com certeza será bem diferente do que os mercados previam.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é presidente do Conselho da Foton Brasil. Foi presidente do BNDES e ministro das Comunicações. Escreve mensalmente às segundas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Viaje já com diárias a partir de 6x de R\$ 22!

ALL- ACCOR LIVE LIMITLESS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera anti-melasma com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PERFECT SLEEP

LINK PATROCINADO

Empreendedores de Salvador abrem loja virtual fácil

OLIST

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Veja os 10 carros mais vendidos em janeiro de 2021

VALOR INVESTE

Maia ameaça aceitar impeachment de Bolsonaro após DEM abandonar Baleia Rossi

VALOR INVESTE



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

Os obstáculos para a retomada da economia

Vacinação lenta, fim do auxílio emergencial, desemprego e inflação atrapalham retomada mais forte da economia

08/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A economia brasileira começou 2021 sem o auxílio emergencial e com a vacinação em ritmo lento, o desemprego elevado e a inflação ainda pressionada. É um cenário que aponta para uma atividade fraca no primeiro trimestre, com provável queda do PIB em relação ao trimestre anterior. O auxílio, porém, deverá voltar, ainda que num valor mais baixo e por um período não muito extenso. A vacinação, por sua vez, vai avançar e, a depender do ritmo das imunizações, tende a permitir restrições menores à mobilidade, favorecendo o claudicante setor de serviços.

Nesse cenário, a economia pode voltar a ganhar algum fôlego daqui a alguns meses. Alguns fatores importantes, porém, jogam contra a retomada, como um mercado de trabalho fraco e pressões inflacionárias decorrentes principalmente da combinação de commodities em alta e do câmbio desvalorizado. Incertezas em relação à sustentabilidade das contas públicas enfraquecem a moeda brasileira, ao mesmo tempo em que mantêm os juros futuros em níveis elevados. Isso leva a uma piora das condições financeiras, prejudicando a recuperação.

Vacinação lenta, fim do auxílio, desemprego e inflação atrapalham

O retorno do auxílio emergencial parece inevitável. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, que se opunha à medida, falou na volta do benefício na quinta-feira. Segundo ele, o novo auxílio será voltado para metade do público-alvo da sua primeira versão - em alguns meses, chegou a quase 68 milhões de pessoas. O valor será menor que os R\$ 600 que vigoraram de abril a agosto de 2020 - e, na visão da equipe econômica, também inferior aos R\$ 300 do período de setembro a dezembro, além de um prazo curto, de três meses. No Congresso, as pressões devem ser um por um benefício maior e por um período menor.

Com a piora da pandemia e a vacinação lenta, a volta do auxílio é necessária para evitar uma perda de renda muito acentuada. O desafio é aliar o retorno do benefício - além de eventuais novos gastos com saúde - a um compromisso com a trajetória sustentável para as contas públicas. Na quinta-feira, Guedes atrelou a volta do auxílio a “um ambiente fiscal robusto”, indicando que ela poderia ocorrer num quadro em que o Congresso acionasse o estado de emergência ou de calamidade pública.

Com uma média de mais de mil mortos por dia, um cenário de excepcionalidade se justifica, e parece improvável que o retorno do auxílio ocorra dentro dos limites do teto de gastos. O estado de calamidade permitiria gastos acima do teto, assim como a abertura de créditos extraordinários. O Citi Brasil avalia que, dado o espaço limitado para corte de despesas discricionárias (como o custeio da máquina e investimentos), os gastos públicos devem superar o teto em 1% do PIB neste ano.

No entanto, isso precisa ser feito com cautela, para evitar pressões adicionais sobre o câmbio e sobre os juros futuros. O ideal é adotar ao mesmo tempo medidas que enfrentem o crescimento das despesas obrigatórias. Versões mais robustas da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial e da reforma administrativa ajudariam nesse sentido, ao combater a expansão dos gastos de pessoal. A questão é que o presidente Jair Bolsonaro resiste a bancar esse tipo de medida, e é difícil acreditar na disposição dos novos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), de levar o Congresso nessa direção, que afeta os interesses do funcionalismo. De qualquer modo, é possível encontrar uma saída para financiar o auxílio emergencial e mais gastos com saúde sem que isso signifique o abandono do compromisso com a sustentabilidade fiscal.

Isso é fundamental para tirar pressão do câmbio, que segue volátil e desvalorizado. Um modelo dos pesquisadores Livio Ribeiro e Samuel Pessôa, do Instituto Brasileiro da Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), decompõe a variação do câmbio, considerando fatores externos (preços de commodities, o comportamento do dólar no cenário global e a taxa de dez anos dos títulos do Tesouro americano), a diferença de juros externos e internos e fatores locais (levando em conta o risco-país, mas expurgando a influência de fatores globais). Pelos cálculos de Ribeiro, a alta de 9% do dólar de 10 de dezembro do ano passado ao fim de janeiro deste ano, quando a moeda passou de R\$ 5,02 a R\$ 5,47, se deveu quase toda a fatores domésticos. Em texto para o Blog do Ibre, Ribeiro diz que o real “opera descolado do comportamento de seus pares desde o evento da covid, com reconciliações incompletas e pontuais (principalmente em relação ao comportamento das moedas emergentes)”. Segundo ele, há algo específico que “nos atrapalha” e, desde novembro, fica evidente que esse fator negativo é de responsabilidade do país. “O real tem operado sob fogo amigo e, enquanto isso não for resolvido, continuaremos não aproveitando bons ventos globais em sua totalidade. Ainda pior, quando os ventos inverterem, não estaremos bem posicionados para enfrentá-los”, afirma Ribeiro.

No texto, o pesquisador do Ibre/FGV não aponta quais motivos domésticos seriam responsáveis por pressionar o câmbio - pelo modelo, os fatores domésticos são o “resíduo” não explicado pelos fatores externos e pela diferença de juros. As incertezas fiscais, em especial, ajudam a entender as pressões sobre o real, assim como possíveis dúvidas quanto ao ritmo de crescimento do país, devido à piora da pandemia e a vacinação lenta.

Num ambiente de alta dos preços das commodities, o câmbio desvalorizado é um fator que preocupa, por elevar a inflação. Em janeiro, o Índice de Commodities do Banco Central, medido em reais, subiu 10,6%, a maior alta desde maio de 2020, como lembra o Bradesco. Com isso, avalia o banco, a inflação não deve dar alívio no curto prazo. “Se por um lado o aumento das cotações internacionais de produtos básicos, favorecido pela demanda chinesa aquecida, tende a continuar favorecendo as exportações brasileiras, por outro, tais cotações, quando mensuradas em reais, aumentam os desafios na condução da política monetária”, afirma o Bradesco, em relatório.

O BC já indicou que deverá elevar os juros em breve. A persistência da combinação de commodities em alta expressiva e câmbio mais depreciado pode levar a instituição a aumentar a Selic mais do que se antecipa hoje. Isso tenderia a colocar em risco uma recuperação que já é frágil. Além da volta do auxílio e de uma vacinação mais rápida, evitar pressões exageradas sobre o câmbio é importante para garantir a retomada da economia, num país que desde 2014 tem enormes dificuldades para crescer.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anvisa libera anti-melasma com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PERFECT SLEEP

LINK PATROCINADO

Empreendedores de Salvador abrem loja virtual fácil

OLIST

LINK PATROCINADO

Bahia: empresárias lucram com venda online usando este app

OLIST

LINK PATROCINADO

Brasil: Novo roteador de Wi-Fi acaba com a necessidade de internet cara

TOPSIGNAL™ - ROTEADOR WI-FI

por taboola

Conteúdo Publicitário